

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2026

NÚMERO 22.951 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Trump e Otan se acertam sobre a Groenlândia



Mandel Ngan/AFP

Reunido em Davos com o chefe da aliança militar liderada pelos EUA, presidente anuncia o “esboço de um acordo” para instalar novas bases norte-americanas no território, que ele falava em anexar. Antes, discursando no Fórum Econômico Mundial, ele voltou a criticar a Europa, mas prometeu: “Não vou usar a força”. Hoje, Trump espera assinar, com dezenas de líderes, a carta de fundação de seu Conselho de Paz, visto como uma “ONU paralela”. Brasil estuda convite para se integrar.

PÁGINA 9

Mortes na UTI

Investigação ampliada e com várias linhas

Reprodução/Câmeras de Segurança



Responsável pela apuração da suspeita de homicídios no Hospital Anchietã, o delegado Maurício Iacozzilli não descarta motivos para a barbárie. Entre as hipóteses, a de que Marcos Vinícius, líder do trio que está preso, tenha matado “por prazer”. O policial diz que outras denúncias devem ser investigadas, mas por enquanto não há novos casos concretos.

PÁGINA 13

Mercosul

Europeus vão reagir na Justiça

Moção aprovada por eurodeputados vai levar aos tribunais diversos aspectos do acordo para o bloco de livre-comércio assinado no sábado.

PÁGINA 7

Medicina

Maus alunos serão barrados

CFM e AMB querem impedir que 13 mil alunos de medicina que tiraram nota abaixo de 2 no Enamed 2025 exerçam a profissão.

PÁGINA 6

De olho em 2026, Tarcísio adia visita a Bolsonaro

PÁGINA 4. NAS ENTRELINHAS, 3, E BRASÍLIA-DF, 4

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Um milhão na festa

Ao Podcast do **Correio**, Carla Maia e Paulo Henrique Oliveira (E), organizadores do carnaval, querem ampliar o número de foliões nas ruas.

PÁGINA 17

Saque forte para o Oscar

Diamond Films/Dividção

Protagonista de *Marty Supreme*, Timothée Chalamet é favorito para Melhor ator. Filme chega ao Brasil. PÁGINA 22

BC liquida o Will Bank, braço digital do Master

Após constatar “comprometimento da situação econômico-financeira” da instituição, o Banco Central decretou ontem fim das atividades do Will Bank, fintech que tem 12 milhões de clientes, em todo o país, operando cartões de crédito, empréstimos e investimentos. Em 2025, a movimentação chegou a R\$ 7,5 bilhões. O Will Bank compunha o conglomerado Banco Master, também liquidado pelo BC por suspeita de operações ilegais no mercado, além de ser alvo de uma investigação da Polícia Federal, com processo sob a guarda do Supremo Tribunal Federal. Com o fechamento do Will Bank, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), instrumento que ampara parte dos consumidores e é gerido pelas empresas do setor, vai desembolsar R\$ 6,3 bilhões para pagar os correntistas. Há estimativas de que o FGC desembolse R\$ 47 bilhões com o escândalo do Master.

● **Gabriel Galípolo tem nova reunião no TCU**

● **Clientes vão ter que esperar mais 60 dias**

● **Relator no STF, Toffoli terá apoio da PGR**

PÁGINAS 2 E 3

Ed Alves/CB/D.A Press



Interdição — A BR-020 ficou totalmente fechada no sentido Plano Piloto, ontem, por volta das 14h, em decorrência de um acidente com um caminhão carregado de soja, três carros e uma motocicleta. Não houve feridos e a via foi liberada no fim da tarde. PÁGINA 14

CB.Poder



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Supercomputador com DNA brasileiro

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, falou sobre investimentos em alta tecnologia e como a IA pode ajudar no combate à violência contra a mulher.

PÁGINA 6



Assassinato de Elenice comove o DF

A empresária do Guará II Maria Elenice de Queiroz, 61 anos, foi morta com uma facada em casa. O algoz é o próprio filho, Vinícius, 23, que sofre de depressão e ansiedade. “Foi um impulso. Ela fala bem alto, e eu tenho um pouco de sensibilidade. Acabou que eu ataquei”, disse o jovem à polícia, que trata o caso como feminicídio.



Reprodução/Redes sociais

PÁGINA 14. VISÃO DO CORREIO, 10

Um novo sonho universitário

A terceira edição do vestibular 60+ da Universidade de Brasília divulgou, ontem, a lista dos aprovados. Calouros falaram ao **Correio** sobre planos para o futuro. PÁGINA 15

Ed Alves/CB/D.A Press



Direito & Justiça

União contra a violência

Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência contra a Mulher, Camila Guerin quer fortalecer estratégias nacionais nessa área.



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

FGC deve pagar R\$ 6 bi a clientes do Will Bank

Instituição ligada ao Master é liquidada pelo Banco Central, e usuários aguardam ressarcimento do Fundo Garantidor de Créditos

» RAFAELA GONÇALVES
» PEDRO JOSÉ*

O Banco Central (BC) decretou, ontem, a liquidação extrajudicial do Will Bank, ligado ao Banco Master, após constatar o “comprometimento da situação econômico-financeira” da instituição. Com a decisão, as atividades do Will Bank foram interrompidas e o banco passa por um processo de saída organizada do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Já os clientes terão de aguardar o ressarcimento pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que deve chegar a R\$ 6,3 bilhões.

A liquidação extrajudicial é um regime de resolução aplicado quando uma instituição apresenta insolvência irreversível ou comete infrações graves às normas do setor. Na prática, o mecanismo interrompe as atividades da empresa e viabiliza sua retirada ordenada do sistema financeiro, com o objetivo de preservar a estabilidade e proteger depositantes e o interesse público.

O Banco Central explicou que, quando decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, em novembro do ano passado, optou inicialmente por impor o Regime Especial de Administração Temporária (Raet) ao Master Múltiplo S/A. A avaliação, à época, foi de que a medida poderia “preservar o funcionamento de sua controlada Will Financeira”, considerada uma alternativa mais adequada ao interesse público.

Essa estratégia, no entanto, não se sustentou. Em 19 de janeiro, a autoridade monetária identificou o descumprimento da grade de pagamentos da Will Financeira junto ao arranjo de pagamentos da Mastercard, o que resultou no bloqueio da participação da instituição na rede. Para o BC, esse episódio evidenciou a inviabilidade operacional da financeira. “Tal solução não se mostrou viável”, destacou a autoridade ao justificar a decisão.

Em nota, o Banco Central ressaltou que a liquidação da Will Financeira decorre não apenas da deterioração de sua situação econômico-financeira, mas também do “vínculo de interesse evidenciado pelo exercício do poder de controle do Banco Master S.A.”, que já se encontrava sob liquidação extrajudicial desde 18 de novembro de 2025.

A instituição integrava o Conglomerado Master, classificado

como de pequeno porte, com atuação em crédito diversificado e enquadrado no segmento S3 da regulação prudencial. Segundo o BC, o grupo detinha 0,57% do ativo total e 0,55% das captações do Sistema Financeiro Nacional.

O Banco Central informou, ainda, que seguirá adotando “todas as medidas cabíveis para apurar responsabilidades”, o que pode resultar em sanções administrativas e comunicações a outras autoridades. Conforme prevê a legislação, os bens dos controladores e ex-administradores da Will Financeira ficam indisponíveis a partir da decretação da liquidação.

De acordo com dados divulgados pelo Will Bank, a instituição reúne cerca de 12 milhões de clientes em produtos como cartões de crédito, empréstimos e investimentos, com movimentação aproximada de R\$ 7,5 bilhões no último ano. A fintech mantém ainda um quadro de cerca de 1,1 mil funcionários.

Clientes começaram a relatar dificuldades para efetuar pagamentos e movimentar recursos antes da decretação da liquidação. As primeiras queixas surgiram na noite de terça-feira. Dados do Downdetector, plataforma que monitora falhas em serviços digitais, indicam um pico de 443 registros de instabilidade por volta das 21h. Nas redes sociais, usuários afirmaram não conseguir acessar o saldo em conta nem realizar operações básicas pelo aplicativo.

Reembolso

Com a liquidação, clientes que mantinham recursos na instituição terão de esperar o ressarcimento pelo FGC. Diferentemente do Banco Master, que concentrava grande volume de certificados de depósito bancário (CDBs) distribuídos por plataformas de investimento, na prática, o dinheiro mantido em conta no Will Bank funcionava como um recibo de depósito bancário (RDB) com liquidez diária. Esse tipo de aplicação é coberto pelo FGC, o que garante aos clientes o direito ao reembolso dos valores depositados.

A medida implica a interrupção imediata das atividades da fintech. Desde então, clientes não conseguem mais realizar qualquer tipo de operação. Ao acessar

Liberação do pagamento

O que o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) precisa para iniciar o ressarcimento aos clientes

1. O liquidante ou interventor precisa enviar a relação das pessoas que são beneficiárias. A consolidação das informações demanda um período para ser finalizada e varia de instituição para instituição (na média, considerando as últimas liquidações, esse prazo foi de 30 dias).
2. O app do FGC está disponível, e as pessoas podem realizar o cadastro básico. Quando as informações forem enviadas pelo liquidante ou interventor ao FGC, os credores podem completar o pedido da garantia.
3. O FGC recebe as informações do liquidante ou interventor e informa que o sistema está disponível para completar a solicitação da garantia (o FGC tem a obrigação desde a intervenção ou liquidação e, a partir do recebimento das informações, é que pode ser realizado o pagamento).
4. Com as informações, o FGC precisa que os credores se manifestem.
5. A partir do recebimento da base pelo FGC, os credores (CPF) devem solicitar a garantia diretamente pelo aplicativo do FGC. As pessoas jurídicas (CNPJ) realizam o processo pelo site do FGC.
6. Ao finalizar o cadastro, a pessoa física poderá visualizar o valor que irá receber e, em seguida, deve assinar digitalmente um termo confirmando a solicitação do pagamento da garantia (as pessoas jurídicas também assinam o termo, enviado diretamente a elas após a análise dos documentos).
7. Após a assinatura digital e, estando tudo de acordo com os dados bancários, o FGC efetiva o pagamento em até 48h úteis, direto na conta de titularidade do credor.

Fonte: FGC.

R\$ 47 BILHÕES
Valor a que deve chegar a conta a ser paga pelo FGC no caso Master, incluindo a liquidação extrajudicial do Will Bank. É o maior montante da história

o aplicativo, os usuários são informados de que, por determinação do Banco Central, as transações estão suspensas e que novas

orientações sobre o acesso aos saldos serão divulgadas em breve.

Na véspera da liquidação, a Mastercard já havia suspendido o uso dos cartões do Will em sua rede. Todos os cartões emitidos pela instituição serão cancelados e não poderão mais ser utilizados.

A economista e consultora do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) Ione Amorim avalia que a liquidação extrajudicial do Will Bank gera impactos que vão além dos investidores e atingem diretamente trabalhadores que recebiam salários e benefícios por meio da instituição.

Segundo ela, o caso envolve uma fintech que foi convertida

em banco após a regulamentação de 2013 e passou a operar contas vinculadas a contratos firmados diretamente com empresas empregadoras.

De acordo com Amorim, em muitas situações não houve escolha individual do trabalhador quanto à instituição financeira utilizada para o recebimento de salários, vales e outros benefícios. “Essas contas foram abertas a partir de contratos firmados entre empresas e o banco, o que faz com que o trabalhador seja afetado sem ter optado por essa relação financeira”, afirma.

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

Prazo de até dois meses

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou que acionou o mecanismo de garantia e que os pagamentos aos clientes do Will Bank dependerão da consolidação dos dados pelo liquidante indicado pelo Banco Central, com apoio do próprio Fundo. “A quantidade de clientes e o valor a ser pago serão divulgados após a consolidação das informações”, afirmou.

Com base no censo de novembro de 2025, o valor estimado de ressarcimento é de cerca de R\$ 6,3 bilhões, mas o montante final pode variar porque a Will Financeira integra o conglomerado Master. “Alguns beneficiários já podem ter atingido o limite da garantia”, explicou o FGC.

O Fundo esclareceu que clientes com produtos contratados antes de 30 de agosto de 2024 terão a cobertura preservada. Após essa data, valores mantidos na Will e no Master serão somados por CPF ou CNPJ, respeitado o limite de R\$ 250 mil. Credores que já receberam o teto da garantia em liquidações do mesmo conglomerado não terão novos valores a receber.

A consultora do Idec Ione Amorim ressalta que, embora os valores em conta corrente, poupança ou aplicações em renda fixa estejam cobertos pelo FGC, o ressarcimento não ocorre de forma imediata. “Será necessário um processo de levantamento dos saldos pelo liquidante e o posterior cadastro dos correntistas junto ao FGC, o que pode levar semanas”, diz.

Não há prazo legal para o início dos pagamentos. Segundo o FGC, em liquidações recentes, o ressarcimento começou entre 30 e 60 dias, tempo necessário para a consolidação das informações. “O credor precisa se manifestar, pois o pagamento da garantia constitui cessão de créditos com sub-rogação de direitos ao FGC”, informou. Pessoas físicas devem solicitar a garantia pelo aplicativo do FGC, enquanto pessoas jurídicas têm de usar o site da entidade.

Processo digital

O FGC acrescentou que todo o processo será digital, com cadastro, assinatura eletrônica e biometria, sem necessidade de atendimento presencial. Após a validação dos dados e a assinatura do termo, o pagamento será feito em até 48 horas úteis na conta do credor.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que não comenta casos específicos de instituições financeiras, mas entende que o regulador detém o dever de atuar para assegurar a resiliência do sistema financeiro, com a adoção de regime de resolução que afaste o risco de contágio e que leve à rigorosa apuração dos fatos e à responsabilização dos agentes de mercado. “Essa atuação decorre da autoridade regulatória do BC, que é fundamental para a credibilidade e a confiança do sistema financeiro, e compreende medidas que podem levar à necessidade de liquidação de instituições financeiras que se revelem incapazes de manter suas atividades”, explica a instituição. “Trata-se de um pilar essencial da regulação e da estabilidade financeira, que confere ao regulador independência técnica e autonomia, exatamente para que suas decisões sejam respeitadas sob a ótica prudencial, da solvência e da disciplina de mercado”, acrescenta. **(RG e PJ*)**

Galípolo vai a reunião no TCU para discutir caso Master

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, reuniu-se, ontem, com o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Jorge Oliveira, para tratar do processo em análise na corte de contas que acompanha a tentativa de aquisição do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB).

O encontro ocorreu em meio às discussões sobre os desdobramentos regulatórios e institucionais do caso, que envolve decisões já tomadas pelo BC e questionadas no âmbito do tribunal.

A reunião estava inicialmente agendada para as 11h, mas começou alguns minutos antes e foi encerrada por volta das 11h15. Ao deixar o local, Galípolo não comentou o teor da conversa com jornalistas. O presidente do BC está no chamado período de silêncio que antecede a reunião do Comitê

de Política Monetária (Copom), marcada para a próxima semana, quando será definida a taxa básica de juros, a Selic.

Também participaram do encontro o procurador-geral do Banco Central, Cristiano Cozer, e o diretor de Regulação da autarquia, Gilneu Vivan. Desde o fim de 2025, Vivan acumula interinamente a Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução — após a saída de Renato Gomes —, área diretamente envolvida nos processos de intervenção, liquidação e supervisão de instituições financeiras.

No TCU, parte do caso é relatado pelo ministro Jhonatan de Jesus, que tem feito questionamentos ao Banco Central sobre a liquidação extrajudicial do Banco Master. Em um segundo procedimento sob sua relatoria,

Raphael Ribeiro/BC



Galípolo articula para que decisões do BC sejam preservadas

o ministro autorizou recentemente o acesso do BC aos autos do processo.

Em setembro do ano passado,

no entanto, Jhonatan de Jesus havia determinado sigilo sobre os documentos e restringido o acesso da autoridade monetária

às informações, ao mesmo tempo em que advogados da instituição continuavam a protocolar e despachar nos autos. Ele também foi o relator do processo que questionou a decisão do Banco Central de liquidar o Master.

Nos bastidores, Galípolo vem articulando com ministros do TCU para assegurar que as decisões adotadas pelo BC sejam preservadas. Entre elas estão a negativa, em setembro, à operação de compra do Banco Master pelo BRB e a decretação da liquidação extrajudicial da instituição, anunciada em novembro.

A estratégia do BC é reforçar a autonomia técnica do regulador e evitar que as medidas implementadas sejam revistas ou fragilizadas no âmbito da corte de contas. **(RG)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Adiamento do encontro de Tarcísio com Bolsonaro frustra a Faria Lima

No começo da semana, na bolsa de apostas da Faria Lima, acreditava-se que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, teria uma conversa decisiva com o ex-presidente Jair Bolsonaro durante uma visita previamente agendada e autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa era de que o gesto — embora apresentado como manifestação de solidariedade pessoal — carregasse um significado político mais profundo: abrir uma janela para rearranjo da direita na disputa presidencial e, sobretudo, reanimar a esperança do mercado de que ainda existe um caminho eleitoral capaz de derrotar Lula sem recorrer ao bolsonarismo “raiz”.

Nos bastidores da política paulista, circulava a versão de que Tarcísio tentaria convencer Bolsonaro de que uma candidatura apoiada diretamente pelo clã — com o senador Flávio Bolsonaro ou mesmo com Michelle Bolsonaro na vice — seria “imbatível” contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao contrário, argumentariam esses setores, um nome identificado de forma integral com o bolsonarismo aumentaria a rejeição e dificultaria a construção de uma maioria eleitoral que ultrapasse a base conservadora militante, impedindo a atração de segmentos do centro e do centro-esquerda que rejeitam Lula e se dispõem a votar em um candidato de direita sem o estilo bolsonarista.

Esse raciocínio alimenta, há meses, o sonho da elite econômica: uma frente de centro-direita capaz de se articular, sobretudo em segundo turno, agregando o apoio de outras lideranças com densidade regional, como os governadores Ronaldo Caiado (GO), Ratinho Junior (PR), Eduardo Leite (RS) e Romeu Zema (MG) — a maioria, inclusive, podendo entrar na aliança já no primeiro turno para ampliar o leque oposicionista. O problema é que as pesquisas vêm mostrando que essa tese tem dificuldades crescentes para se materializar: o campo antipetista não se dispersa de forma “racional”, mas se organiza por identidade, comando e pertencimento político.

A pesquisa Quaest da semana passada apontava justamente essa contradição: ao mesmo tempo em que sinalizava a inviabilidade prática de uma terceira via competitiva, reforçava a expectativa de reeleição de Lula diante de um adversário polarizador. Foi nesse ambiente que a pesquisa AtlasIntel/Bloomberg, divulgada ontem, caiu como um banho de água fria no sonho da Faria Lima, hoje com um olho na crise do Banco Master e outro no cálculo eleitoral.

Ao consolidar o peso de Flávio Bolsonaro como principal nome da oposição e ao retratar a manutenção de Lula na liderança, o levantamento reforçou um diagnóstico incômodo: a direita pode até ter nomes mais competitivos no plano administrativo, mas o bolsonarismo continua sendo o centro gravitacional do voto oposicionista. E, sem uma decisão política de Jair Bolsonaro, não há “engenharia” de mercado capaz de impor um candidato alternativo.

Turma do funil

O adiamento da visita de Tarcísio a Bolsonaro ampliou o mal-estar entre ambos e frustrou ainda mais as expectativas. A conversa estava autorizada por Alexandre de Moraes e ocorreria nesta quinta-feira, entre 8h e 10h. Mais cedo, o próprio governador havia confirmado o encontro, com um discurso cuidadosamente desenhado para transmitir lealdade e afeto: disse que iria visitar “um grande amigo”, manifestar solidariedade, oferecer apoio e reforçar que Bolsonaro “sempre poderá contar” com ele.

Na política, frases afetivas cuidadosas quase sempre carregam segundas intenções: tratava-se de um gesto público que poderia ser interpretado como tentativa de reaproximação, reafirmação de compromisso, ou até como ensaio de reposicionamento. Seria a primeira visita de Tarcísio a Jair Bolsonaro desde que o ex-presidente confirmou, em carta, o apoio à pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência da República. Antes desse anúncio, a possibilidade de Tarcísio ser o candidato da direita circulava com intensidade, alimentada pelo desempenho do governador paulista em São Paulo e pela percepção de que ele poderia ser mais competitivo contra Lula em segundo turno.

O problema é que a carta de Bolsonaro mudou o rumo da prosa: oficializou a candidatura de Flávio e faz de qualquer alternativa uma espécie de deslealdade. A visita, por isso, serviria para medir se existe espaço para flexibilizar a decisão do ex-presidente ou, no mínimo, reabrir as negociações. O que os números recentes indicam é que não existe argumento “robusto” o suficiente para demover Bolsonaro.

Flávio pode não ter perfil de administrador e não transmitir ao mercado a mesma previsibilidade de Tarcísio, mas é um político com mais experiência no Congresso e, sobretudo, com a chancela do pai — que segue como principal operador de unidade do campo bolsonarista. A capacidade de transferência de votos, mobilização de base e pressão sobre o sistema político permanece impressionante. Na prática, Bolsonaro continua inegável, mas plenamente ativo como árbitro da direita, dono de um capital político que nenhum governador ou empresário consegue neutralizar.

O mercado reage à viabilidade, governabilidade e risco de cada candidatura de oposição: Lula líder; Flávio consolida-se como segundo polo; a alternativa “moderada” não encontra mecanismo de construção. A reação da Faria Lima é ambígua: deseja uma candidatura com menor rejeição, porém percebe o funil identitário que reduz as margens de manobra.

PODER

Liquidação do banco pode ter efeito no BRB

Banco de Brasília tem R\$ 1,75 bilhão em ativos do Will Bank e deve precisar de aportes

» GABRIEL BOTELHO

A liquidação do Will Bank, que integra o conglomerado do Banco Master, feita pelo Banco Central, pode causar impacto no Banco de Brasília (BRB). Documentos mostram que a instituição de Daniel Vercaro cedeu R\$ 1,75 bilhão em ativos do Will Bank para o banco da capital federal. As informações são do *O Estado de S.Paulo*. De acordo o jornal, a manobra teria sido realizada para compensar R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito podre vendidas ao BRB.

O liquidante do Banco Master, com o processo já em andamento do Will, terá de conferir os contratos feitos durante a negociação, para que possa determinar se realmente pertencem ao BRB ou se serão direcionados ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

O BRB precisará comprovar que os ativos pertencem a ele. Caso contrário, verá aumentar a necessidade de aportes feitos pelo Governo do Distrito Federal (GDF), controlador do banco brasileiro. Dessa forma, cumprirá as regras do índice de Basileia, indicador responsável por medir a saúde financeira das instituições.

Caso os ativos do Will Bank ainda não pertençam ao BRB, será preciso fazer uma provisão ou dar baixa no balanço financeiro. Isso forçaria um aporte ou uma venda de outros ativos, para reforçar o patrimônio. Se uma liquidação bancária tomar forma, o FGC será

Reprodução/Adriano Machado



O BRB precisará comprovar que os ativos no Will Bank, liquidado pelo Banco Central, pertencem a ele

obrigado a honrar as obrigações do banco em até R\$ 250 mil por CPF.

Segundo o jornal, um documento datado de julho de 2025 mostra que existem R\$ 600 milhões em crédito rotativo do Will cedidos ao Banco Master. Esse valor, no entanto, já estaria liquidado. Outros R\$ 500 milhões estariam em liquidação. O BRB não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Em meio ao imbróglio envolvendo a liquidação extrajudicial do Will Bank, a Mastercard executou garantias de dívidas para assumir o controle de parte do capital social da varejista on-line de móveis Westwing e do BRB.

Na Westwing, a bandeira de

cartões obteve 3.540.768 ações, o equivalente a 31,87% do capital social da empresa, mas informou que não pretende exercer os direitos políticos vinculados à participação.

A multinacional também adquiriu 33.684.706 papéis do BRB, ou 6,93% do banco público, também sem intenção de produzir alteração no controle acionário.

Segurança

Em nota, a Mastercard informou que mantém diferentes tipos de garantias de seus participantes, entre elas ações, como parte da gestão de risco enquanto pagamento regulado. “Essas garantias

têm como finalidade exclusiva assegurar o cumprimento de obrigações de pagamento por parte dos emissores em caso de inadimplemento”, explicou.

Na terça-feira, a Mastercard deixou de aceitar compras feitas por cartões de crédito do Will Bank, do qual é um dos principais credores.

Em resposta, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da fintech, cujo controlado, o Banco Master Múltiplo, estava sob Regime de Administração Especial Temporária (Raet).

A instituição havia ficado de fora da liquidação do Master, porque havia a possibilidade de uma venda para outro grupo. (Com Agência Estado)

PGR deve apoiar Toffoli

» LUANA PATRIOLINO

Acionado pela oposição para avaliar uma eventual suspeição do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), no caso do Banco Master, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, deve se manifestar, nos próximos dias, contra o afastamento do magistrado da relatoria da ação. A expectativa é de que o chefe do Ministério Público Federal mantenha a posição para evitar um desgaste com a Corte, que tenta driblar as críticas sobre a conduta de Toffoli.

A atuação do ministro no processo sobre as fraudes do Master tem sido alvo de questionamentos. Além da sequência de recuos dele em decisões sobre o caso e as acusações de que tem interferido na autonomia da Polícia Federal na investigação, críticos ressaltam a suposta ligação da família do magistrado com Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Nesta semana, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) solicitou à PGR a instauração imediata de procedimento investigatório para apurar as irregularidades apontadas e “análise técnica independente sobre possíveis conflitos de interesse e impedimentos que deveriam afastar o ministro Toffoli das investigações relacionadas ao Banco Master”.

Girão questionou uma decisão segundo a qual os materiais apreendidos na investigação fossem lacrados e mantidos sob custódia direta do Supremo, sem a realização de perícia técnica prévia pela PF. Em meio à repercussão negativa, Toffoli autorizou que a polícia também tivesse acesso às provas. Para o parlamentar, mesmo após o recuo do ministro, a decisão foi “absolutamente excepcional” e desrespeitou regras do processo penal ao retirar da corporação a análise técnica.

Também são apontados possíveis conflitos de interesse. O jornal *Estado de S. Paulo* revelou que o cunhado de Vercaro, Fabiano Zettel, fez aportes financeiros por meio de um fundo de investimentos no resort pertencente aos irmãos do ministro do STF.



Leis que melhoram a vida e promovem um futuro melhor para o Distrito Federal.

Câmara Legislativa.
O que transforma cada novo ano é o trabalho que fazemos todos os dias.

A Câmara Legislativa atua o ano inteiro criando leis que fortalecem a convivência, protegem direitos, ampliam o acesso à saúde, incentivam o desenvolvimento econômico, combatem o preconceito e ajudam a construir um futuro melhor para todos. Porque cada novo ano só melhora quando todos trabalham pelos mesmos objetivos. É isso o que a Câmara Legislativa faz todos os dias.



Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dfr@dabr.com.br

Tem mas acabou

Justamente no dia em que o relator do caso Master/BRB no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, liberou o acesso aos depoimentos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro e do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, o sistema do STF... ficou fora do ar com a mensagem: "O STF informa que o site e os serviços externos estão em manutenção". Só voltou a funcionar no fim do dia.

Hora de parar

Mais de 217 mil brasileiros pediram a exclusão de contas em sites de casas de apostas on-line, as bets. O Ministério da Fazenda criou um site onde o apostador pode pedir e escolher o período da autoexclusão da conta, seja por tempo indeterminado, seja por um, por três, por seis, por nove ou por 12 meses. O site foi criado no fim de 2025. Até agora, 19% dos pedidos foram para o período de um ano e 73% por tempo indeterminado.

Diagnóstico para o governo

Durante o processo de autoexclusão, o apostador pode responder o motivo pelo qual optou pela ação. De acordo com a Fazenda, 37% justificaram "perda de controle sobre o jogo e saúde mental"; 25% alegaram "prevenir que meus dados sejam utilizados pelas plataformas".

Enquanto isso, no Rio Grande do Norte...

O PT está zozno por lá, por causa do anúncio da desincompatibilização do vice-governador Walter Alves (MDB). Ele será candidato a deputado federal, numa chapa de oposição ao governo de Fátima Bezerra (PT). Fátima também sairá para concorrer a uma vaga ao Senado — prioridade do partido. Agora, a Assembleia Legislativa deverá eleger um governador interino, num colegiado em que a maioria é de oposição aos petistas. A legenda de Fátima tenta achar uma saída desse imbróglio.

Tarcísio com profusão de candidatos



O adiamento da ida do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), à Papudinha para visitar Jair Bolsonaro, está relacionada à estratégia de valorizar o apoio à candidatura do filho 01 do ex-presidente, o senador Flávio (PL-RJ), à Presidência da República. Tarcísio se elegeu governador lastreado pelo bolsonarismo e por grande parte do centro. Desde a campanha de 2022, contou com o apoio do presidente do PSD, Gilberto Kassab, ex-prefeito da capital paulista e ex-deputado federal. O PSD terá candidato ao Planalto, seja o governador do Paraná, Ratinho Júnior, seja o do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Logo, o grupo que apoia Tarcísio não estará fechado com o nome de Flávio na campanha presidencial.

Veja bem/ Embora Tarcísio tenha sido candidato em 2022 por obra e graça de Bolsonaro, o que se diz no grupo do governador é que uma coisa é a lealdade ao ex-presidente, outra é o atendimento cego às pretensões da família. Para completar, os demais governadores-candidatos se dão muito bem com Tarcísio. Logo, o momento é de esperar decantar as candidaturas, focar na preparação da disputa para a reeleição em São Paulo e ingressar na campanha presidencial apenas quando a corrida começar oficialmente. Até lá, Flávio que lute.

CURTIDAS

Rafael Ribeiro/CBF



Mais um/ O Will Bank, outro envolvido no caso Master e liquidado pelo Banco Central (BC), não era pouca coisa nas redes. Até o ano passado, suas propagandas passeavam pelo Tik-Tok, tendo como garoto propaganda o astro de futebol Vinícius Jr. (foto).

Explica isso aí/ Pré-candidato ao Planalto, Flávio Bolsonaro começa o ano se explicando. Esta semana, foi às redes sociais esclarecer por que seu colega, senador Rogério Marinho (PL-RN), largou a candidatura ao governo potiguar para coordenar a campanha presidencial. Marinho era um dos líderes das pesquisas para governador no ano passado.

Luta pela legalidade/ O presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz, será homenageado pelo seu esforço ao atacar rotas e esquemas de contrabando e descaminho que financiam o crime organizado no setor de combustíveis. Ele será laureado pela Receita Federal junto com autoridades do Fundo Monetário Internacional (FMI), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A honraria será entregue no dia 26, em evento fechado no Ministério da Defesa.

PODER

Visita ao padrinho fica para depois

Tarcísio adia encontro com Bolsonaro na Papudinha, quando seria cobrado a entrar de cabeça na campanha de Flávio ao Planalto

» DANANDRA ROCHA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), adiou a visita que faria ontem a Jair Bolsonaro, que está preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a Papudinha. O pedido para encontrar o ex-presidente tinha sido feito ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada e foi concedido na terça-feira. Em nota enviada ao **Correio**, a equipe do governador afirmou que o adiamento ocorreu por decisão do próprio Tarcísio, em razão de compromissos previamente assumidos em São Paulo — “uma nova data será solicitada”, acrescenta o comunicado.

Apesar da alegação de ter havido um conflito de agendas, nos bastidores o adiamento da visita foi atribuído ao fato de que Tarcísio seria cobrado por Bolsonaro a explicitar o apoio a Flávio na corrida presidencial e a afirmar, publicamente, que sua meta eleitoral é a reeleição ao Palácio dos Bandeirantes. Porém, o governador vem sendo pressionado por setores da direita a não abrir mão, pelo menos por ora, da candidatura ao Palácio do Planalto.

Isso porque pesquisas de opinião o colocam com chances de fazer uma disputa equilibrada com Inácio Lula da Silva, enquanto que as possibilidades do senador aparecem como menores. O mais recente levantamento, realizado pela AtlasIntel e divulgado ontem, mostra que Tarcísio perderia para o presidente no segundo turno (39% contra 49% do petista), mas por uma margem mais curta do que a de Flávio (35% contra 49% de Lula).

Além disso, em pesquisas anteriores, Tarcísio chegou a registrar 47% contra 49% de Lula,

configurando um empate técnico dentro da margem de erro. O governador também mantém uma taxa de rejeição (41,1%) menor que a de Lula (49,7%) e a de Flávio (47,4%), cujo alto percentual é atribuído ao sobrenome.

Segundo Flávio, a prioridade do bolsonarismo é garantir a reeleição do governador em São Paulo, considerada estratégica por concentrar o maior colégio eleitoral do país. “Tarcísio vai ouvir da boca de Bolsonaro que está fazendo um grande trabalho como governador de São Paulo e que sua reeleição é fundamental para a estratégia nacional de derrotar o PT. As eleições presidenciais estão descartadas para ele”, sentenciou o senador em entrevista ao *O Globo*. O encontro entre o ex-presidente e o governador seria o primeiro desde a prisão do ex-presidente.

Críticas

O adiamento da visita provocou reações no bolsonarismo. O vice-prefeito de São Paulo, coronel Mello Araújo (PL), criticou a decisão do governador. “Vejo como um equívoco. Entendo que o presidente, nessa situação humanitária que ele está vivendo, passando por todo esse sofrimento... Pelo menos metade da população brasileira gostaria de visitá-lo. Eu seria um deles”, afirmou. Tarcísio não quis comentar.

Mello Araújo rechaçou a ideia de que a desistência tenha relação com receio de associação a articulações eleitorais em torno de uma eventual candidatura presidencial. Segundo ele, a definição já estaria consolidada no campo bolsonarista. “O presidente escreveu uma carta de próprio punho para não existir dúvidas de que ele (Flávio) é o candidato. Para toda a direita, é Flávio”, frisou. (Com AE)

Reprodução de vídeo



Nova visita de Tarcísio a Bolsonaro não tem data marcada. Governador pontua bem nas pesquisas eleitorais

» Caminhada completa 4 dias

A caminhada chefiada pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), cujo objetivo é pedir “justiça e liberdade” para o ex-presidente Jair Bolsonaro, completa quatro dias hoje. Ontem, o político chegou à marca de 90 km percorridos, depois de ter saído do município de Paracatu (MG). Ele pretende completar 240 km rumo a Brasília, via BR-040, até domingo. Ao fim da caminhada, está prevista uma manifestação de apoiadores bolsonaristas, que deverá ser na Praça do Cruzeiro, em frente ao Memorial JK. O horário ainda não está definido. Juntaram-se à caminhada outros bolsonaristas, como o filho 02, Carlos Bolsonaro, candidato do PL ao Senado por Santa Catarina; o vereador paulistano Lucas Pavanato; os deputados André Fernandes (PL-CE) e Gustavo Gayer (PL-GO); e o senador Magno Malta (PL-ES).

Marinho atende ex-presidente e ajudará 01

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), anunciou ontem que não seguirá à frente da pré-candidatura ao governo potiguar. A decisão, segundo o parlamentar, decorre de um pedido direto do ex-presidente Jair Bolsonaro para que ele concentre esforços na campanha presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Em entrevista concedida em Natal, Marinho afirmou que a mudança de rota exigiu uma reavaliação pessoal e política. Disse que a escolha não foi simples, após um ano inteiro dedicado à construção de seu

projeto estadual, mas que pesou o vínculo político e a confiança mantida com Bolsonaro. O senador pasará a integrar a coordenação-geral da campanha do filho 01.

Marinho relatou o impacto da decisão. “Há alguns dias, tenho dormido mal, tenho me sentido diferente, pela mudança de rumos que a vida me leva a tomar, mas eu não posso negar um pedido do presidente Bolsonaro. Não posso”, afirmou.

Com a saída do senador da disputa local, o campo oposicionista anunciou o ex-prefeito de Natal, Álvaro Dias, como novo

pré-candidato ao governo potiguar. A escolha busca preservar a unidade do grupo e evitar a fragmentação da direita no estado em um cenário eleitoral polarizado.

Em nota, Marinho reforçou que atendeu a um apelo direto do ex-presidente. Relembrou o trabalho realizado em 2025, período em que percorreu municípios do Rio Grande do Norte e manteve diálogo com lideranças regionais. Ainda assim, apontou que o contexto político nacional foi determinante para a mudança de planos, citando a

prisão de Bolsonaro e sua exclusão do processo eleitoral como fatores centrais.

“Neste momento difícil, ele me pede que me some à luta de seu filho, Flávio, para que juntos possamos resgatar o país”, escreveu.

Eleito senador em 2022, Marinho cumpre mandato de oito anos, que chega à metade no fim de 2026. No tabuleiro potiguar, além de Álvaro Dias, já está definida a pré-candidatura do secretário estadual da Fazenda, Carlos Eduardo Xavier (PT), nome do grupo governista. (DR)

PODER

Defensoria Pública de São Paulo e Conectas recorrem à comissão da OEA com acusações de graves violações de direitos humanos em operações deflagradas no estado

Denúncia contra o Brasil por ações policiais em SP

» IAGO MAC CORD

A Defensoria Pública de São Paulo e a organização Conectas Direitos Humanos denunciaram formalmente o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). A acusação foi fundamentada em graves violações de direitos humanos ocorridos durante as operações Escudo e Verão, deflagradas na Baixada Santista, em São Paulo, entre julho de 2023 e maio de 2024.

As ações, classificadas pelas entidades como “operações vingança”, resultaram na morte de 84 pessoas em supostos confrontos com a Polícia Militar do estado e mais de dois mil presos. A denúncia, que possui 252 páginas, aponta um padrão de violência estrutural e seletividade racial.

Entre os principais pontos destacados, estão o perfil das vítimas, que eram majoritariamente homens negros, jovens e moradores de periferias. Entre os mortos na Operação Escudo, havia dois adolescentes (15 e 17 anos) e oito pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, a acusação alega execuções sumárias e tortura. Em 91,6% dos casos dessa mesma operação, os corpos foram retirados do local sob alegação de socorro, o que, segundo a parte denunciante, visava dificultar a perícia.

Além disso, aproximadamente 77,7% dos mortos possuíam histórico criminal, dado que teria sido usado para justificar os assassinatos. Há relatos de que o Ministério Público (MPSP) utilizou até mesmo tatuagens para associar vítimas à criminalidade sem provas técnicas.

As entidades que contataram a OEA afirmam que não houve o uso de câmeras corporais ou que elas foram operadas de forma inadequada — descarregadas ou deixadas nas viaturas — durante as incursões. Destacaram, também, a letalidade policial abusiva elevada, uso abusivo da força, falhas na apuração das ocorrências, invasão de domicílios e intimidações com impacto direto sobre moradores de áreas periféricas.

O MPSP arquivou todas as investigações de casos suspeitos de execução, o que também fez a Defensoria e a Conectas acionarem a CIDH. Na acusação, são mencionadas, ainda, remoções de corpos, ausência de registro adequado da posição de armas apreendidas e retirada de objetos das cenas antes da perícia.

Por conta da denúncia, o Brasil — governo federal e estadual — terá de responder com explicações e mostrar as medidas tomadas para que haja a responsabilização dos policiais envolvidos nos massacres.

Retaliação

As operações foram deflagradas após a morte de agentes do estado, o que reforça a tese de retaliação proposta pelos acusadores. A Operação Escudo, por exemplo, foi iniciada em 27 de julho de 2023, após o assassinato do soldado Patrick Bastos Reis, da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota).

Já a Operação Verão foi deflagrada em fevereiro de 2024, logo em seguida à morte dos PMs Marcelo Augusto da Silva, Samuel Wesley Cosmo e José Silveira Santos.

A denúncia cita, ainda, casos emblemáticos, como o de Hildebrando Neto, de 24 anos, que era cego de um olho e tinha apenas 20% da visão do outro, mas foi morto sob a alegação policial de que teria apontado uma arma contra os policiais. Outro episódio mencionado é o do motoboy Evandro



O governo brasileiro mantém relação respeitosa e construtiva com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, respondendo a todas as demandas recebidas daquele órgão sobre alegadas violações de direitos humanos no Brasil"

Trecho da nota do Itamaraty

Alves da Silva, baleado enquanto estava nu no banheiro.

Ao **Correio**, o Itamaraty afirmou que não recebeu nenhuma notificação da comissão da OEA a respeito do tema. Segundo a pasta, no momento em que o Brasil foi notificado sobre o assunto, “atenderá à solicitação da CIDH”.

“O governo brasileiro mantém relação respeitosa e construtiva com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, respondendo a todas as demandas recebidas daquele órgão sobre alegadas violações de direitos humanos no Brasil”, garantiu.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) e o MPSP negaram as acusações. A SSP afirma que as operações foram rigorosamente investigadas e resultaram na prisão de mais de dois mil criminosos — entre eles, 826 foragidos —, na apreensão de 119 armas de fogo — incluindo dois fuzis — e mais de 3,6 toneladas de drogas.

“A Polícia Militar atua dentro da legalidade, com base na Constituição e nas leis, e não tolera desvios de conduta de seus agentes. A Secretaria da Segurança Pública investe continuamente na capacitação do efetivo, na atualização de protocolos, no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo e no aprimoramento das estruturas investigativas, com foco na redução da letalidade policial. Até o momento, a pasta não foi formalmente notificada sobre a denúncia mencionada”, afirmaram.

O Ministério Público, por sua vez, declara que atuou de forma técnica, analisando imagens e laudos, o que resultou em sete denúncias criminais e no arquivamento de outros inquéritos por falta de provas de irregularidades.

Segundo o órgão, a Defensoria participou ativamente de diversos procedimentos, fazendo pedidos e diligências. O MPSP frisa que todos esses pedidos foram analisados, a investigação foi “participativa” e a vítima permaneceu no centro da apuração.

Além da esfera criminal individual, a instituição diz que também atuou de forma estrutural e coletiva, ao instaurar dois inquéritos civis para investigar falhas relacionadas a direitos humanos e ao expedir uma recomendação técnica à SSP-SP para melhorar os instrumentos de investigação.

“Por fim, reitera-se que todos os casos denunciados são acompanhados atualmente pelos promotores naturais, reiterando o compromisso do Ministério Público paulista com os direitos humanos, com o Estado Democrático de Direito e com as vertentes mais avançadas do efetivo controle concentrado da segurança pública”, acrescenta o MPSP.

Reprodução/Redes Sociais



As operações Escudo e Verão, na Baixada Santista, deixaram 84 mortos em supostos confrontos com a polícia

Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos

Mediadoras:

Carmen Souza
editora de Opinião do Correio Braziliense

Sibele Negromonte
subeditora da Revista do Correio

Convidados Confirmados:

Marina Silva
ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Daniela Teixeira
ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Leila do Vôlei
senadora

Fabriziane Zapata
juíza de Direito e coordenadora da Coordenadoria da Mulher do TJDF

Janaína Penalva
professora associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB)

Socorro Souza
membro da Coordenação do Laboratório contra o Feminicídio do DF e pesquisadora da Fiocruz

Luciana Santos
ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

Vera Lúcia
ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Rozana Naves
reitora da Universidade de Brasília (UnB)

Eutália Barbosa
secretária executiva do Ministério das Mulheres

Ana Addobbati
CEO da Livre De Assédio

Victor Valadares
doutorando em Psicologia Clínica e Cultura e integrante do Grupo Saúde Mental e Gênero da UnB

27 • JAN

a partir das 09h

auditório do Correio Braziliense

SIG Qd. 02 Lt. 340

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Apoio:

Realização:

Produção:



» Entrevista | **LUCIANA SANTOS** | MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Investimento no desenvolvimento de altíssima tecnologia reforça a soberania nacional em um setor estratégico

“Supercomputador põe Brasil entre potências”

» LETÍCIA CORRÊA*

O Brasil está desenvolvendo um supercomputador que colocará o país entre os cinco maiores do mundo em computação de alto desempenho. Trata-se de uma máquina que permitirá integrar dados de programas do governo, o que tornará o serviço público mais eficiente e rápido, e terá condições, ainda, de aumentar a eficiência na detecção de desastres climáticos. Foi o que adiantou a ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovações), em conversa com as jornalistas Denise Rothenburg e Sibele Negro Monte, na edição de ontem do CB.Poder — uma parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. Ao supercomputador, soma-se a elaboração de uma linguagem totalmente nacional de inteligência artificial (IA), que possibilitará à ciência brasileira dar um salto e aumentar ainda mais a soberania ante potências tecnológicas. Luciana ainda será uma das convidadas do CB.Debate — Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos, em 27 de janeiro. Leia os principais trechos da entrevista.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A inteligência artificial é usada para o bem e para o mal. O que pode trazer de bom para as pessoas?

É uma tecnologia disruptiva, tem a capacidade de concentrar e processar dados. É possível ter soluções importantes, como na medicina de precisão, ajudando a resolver doenças. Quando juntamos diagnósticos de ressonância magnética, exames laboratoriais e outros exames cotidianos, o cruzamento desses dados permite maior precisão, inclusive com antecedência no diagnóstico. A IA pode ser usada na educação, para entender melhor a evasão escolar, saber o que está acontecendo naquela família. Ou seja: é possível ter mais foco e eficiência nos resultados. Na política, porém, há um problema. Tendo a achar que a melhor solução é não permitir o uso dessas ferramentas em eleições.

Ainda sobre IA. O Brasil lançou uma em língua portuguesa, que garante certa soberania ao país. Qual a importância disso?

Lançamos o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, em 2024. Elaboramos um plano ousado, baseado na capacidade instalada do Brasil, tanto em infraestrutura quanto em desenvolvimento de soluções. O plano tem cinco eixos: infraestrutura de inteligência artificial; IA para o serviço público; IA para a indústria; formação e capacitação; e governança da IA. Na infraestrutura, estamos lançando este ano um edital para um supercomputador, que colocará o Brasil entre as potências, entre os cinco maiores do mundo em computação de alto desempenho. A coordenação é do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). O Santos Dumont é focado em pesquisa e terá usos



A IA pode ser usada na educação para entender melhor a evasão escolar, saber o que está acontecendo naquela família, o desempenho do aluno. É possível ter mais foco e eficiência nos resultados, porque se trabalha com melhor cruzamento de informações”

múltiplos. Permitirá integrar dados do Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, matrículas escolares, processos da Justiça, tornando o serviço público mais eficiente e rápido. Também será usado pela indústria e exigirá forte investimento em formação de engenheiros de hardware e desenvolvedores de software. Dentro do plano, temos também o desenvolvimento de um LLM — um modelo de linguagem

de grande porte — com identidade brasileira, sem vieses externos. Tudo isso faz parte de um projeto de soberania tecnológica.

Esse supercomputador pode ajudar no monitoramento de desastres climáticos?

Temos, hoje, uma infraestrutura importante no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Inauguramos um novo

computador, o Jaci, que já contribui para isso. Com o apoio do Cemaden, conseguimos antecipar eventos extremos com até 72 horas de antecedência, graças a soluções de inteligência artificial desenvolvidas por brasileiros. Além disso, teremos satélites, inclusive um geoestacionário desenvolvido em parceria com a China, que permitirá uma melhor imagem. Tudo isso é processado por supercomputadores e modelos matemáticos desenvolvidos por nossos técnicos.

Qual o peso para a indústria da IA e desse supercomputador? O que vem aí para ajudar a chamada Nova Indústria Brasil?

Nosso ministério está totalmente integrado à Nova Indústria

Brasil, que envolve investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). O conceito aponta para uma nova industrialização, com bases tecnológicas e sustentáveis. Há missões na área de infraestrutura e mobilidade, na transição energética, na transformação digital, que inclui a inteligência artificial, desde o letramento até todo o ciclo da transformação digital, e também no complexo industrial da saúde. Esse é, hoje, o segundo maior déficit da balança comercial brasileira: cerca de US\$ 20 bilhões em dependência de produtos importados. Por isso, temos metas claras a atingir. Em 7 de fevereiro, vamos anunciar, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), três editais voltados para essas seis missões para impulsionar uma agenda de reindustrialização.

E a repatriação de pesquisadores?

São 2,5 mil brasileiros que estavam fora do país e que conseguimos trazer de volta. Serão cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos ao longo de cinco anos para trazer de volta a inteligência brasileira.

Fale sobre as mulheres na ciência.

São maioria na iniciação científica júnior — cerca de 64%. Mas no topo da carreira científica, esse número cai para 35,5%. Isso reflete questões ligadas à condição feminina, como gravidez e responsabilidades de cuidado. Criamos programas específicos para estimular a presença feminina, principalmente nas áreas de ciência da computação, engenharia e ciências exatas.

Na semana que vem, o Correio promoverá um debate sobre violência contra a mulher. A ciência pode ajudar no enfrentamento ao feminicídio?

A tecnologia tem papel decisivo na proteção e na prevenção. A prevenção é mais difícil, porque envolve aspectos culturais profundos da cultura machista. Mas, do ponto de vista da rede de proteção, é fundamental que as mulheres acreditem nela.

» **Anvisa proíbe caneta “pirata” para emagrecer**

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária determinou, ontem, a proibição total da comercialização, distribuição, fabricação, importação, divulgação e uso de medicamentos à base de tirzepatida das marcas Synedica e TG, além de produtos com retatrutida de todas as marcas e lotes. A medida alcança substâncias conhecidas popularmente como “canetas emagrecedoras do Paraguai”. Segundo a Anvisa, os itens são fabricados por empresas não identificadas e vendidos, principalmente, por meio de perfis em redes sociais, sem qualquer tipo de registro, notificação ou cadastro sanitário. A agência afirmou que, por serem irregulares e de procedência desconhecida, “não há garantia sobre o conteúdo, a qualidade ou as condições de fabricação”, razão pela qual os produtos “não podem ser utilizados em nenhuma hipótese”.

MEDICINA

CFM e AMB querem barrar formando com nota baixa

» CAETANO YAMAMOTO*

O Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) querem impedir 13 mil alunos de medicina que não atingiram nota superior a dois, no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2025, de atuar profissionalmente. Eles ficaram abaixo do mínimo aceitável, de acordo com a metodologia adotada pelo Ministério da Educação (MEC).

O exame, que mede o desempenho dos estudantes e a qualidade dos cursos de medicina, mostrou que três em cada 10 estudantes do último semestre da graduação foram considerados com formação acadêmica insuficiente. Para a AMB, esses números indicam a necessidade de um exame de proficiência como pré-requisito para o exercício da profissão.

Ao todo, 351 cursos de medicina

foram avaliados. Desses, 99 obtiveram conceitos um ou dois, resultado considerado insatisfatório pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao MEC — em contrapartida, 67,1% dos cursos avaliados têm conceitos entre três e cinco. Entre os 39.258 estudantes avaliados, apenas 67% demonstraram proficiência adequada, enquanto cerca de 13 mil alunos não atingiram o nível esperado para o exercício seguro da medicina.

“Quando mais de um terço dos egressos de medicina obtém desempenho considerado insuficiente pelo próprio MEC, estamos diante de um problema estrutural gravíssimo. São mais de 13 mil graduados em medicina que receberão diploma e registro para atender à população sem terem competências mínimas para exercer a medicina. Isso

é assustador”, alerta o presidente do CFM, José Hiran Gallo.

Para Simone Henrique, especialista em direito médico e da saúde pela Legale Educacional e doutora em direitos humanos pela Universidade de São Paulo (USP), o CFM e a AMB não têm competência legal para impedir que esses 13 mil reprovados exerçam a carreira. O advogado Max Kolbe reforça a observação.

“O Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) dispõe expressamente que a inscrição como advogado depende da aprovação no Exame de Ordem. Trata-se de requisito legal claro, validado pelo STF como constitucional. A Lei 3.268/57, que organiza os conselhos de medicina, não prevê qualquer exame eliminatório como condição para o exercício da profissão”, adverte.

***Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Gallo, do CFM: profissional mal-formado é um risco para a população



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
3,33% São Paulo	164.799 171.816	R\$ 5,321 (- 1,11%)	R\$ 1.621	R\$ 6,221	14,90%	14,89%	Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33
1,21% Nova York	16/1 19/1 20/1 21/1	15/janeiro 5,368 16/janeiro 5,372 19/janeiro 5,364 20/janeiro 5,361					

UE-MERCOSUL

Parlamento europeu judicializa acordo

Por 334 votos contra 324, eurodeputados aprovaram uma moção para questionar no Tribunal de Justiça alguns aspectos do pacto

» VINICIUS DORIA
» FERNANDA STRICKLAND

A possibilidade de judicialização do tratado de livre-comércio com a União Europeia (UE) estava no radar dos sócios do Mercosul, mas a decisão do Parlamento Europeu de questionar na justiça o documento assinado, sábado passado, em Assunção, no Paraguai, pelos representantes dos dois blocos econômicos, frustrou quem apostava em uma aprovação rápida das medidas. Por 334 votos contra 324, os eurodeputados aprovaram uma moção para questionar no Tribunal de Justiça da União Europeia alguns aspectos do acordo. Com isso, a chancela final pelo Parlamento Europeu fica condicionada à decisão judicial, que pode levar de seis meses a dois anos para sair.

O governo brasileiro, um dos mais entusiastas com a assinatura do acordo — que levou quase 26 anos em negociações antes de ser sancionado, na semana passada —, aguarda os próximos passos da Comissão Europeia (braço executivo da UE), mas não vai ficar parado à espera da decisão.

Segundo diplomatas que acompanham essas negociações, a ideia é mostrar que o Mercosul está comprometido com o tratado e que pretende implementá-lo assim que os termos do documento forem aprovados pelos parlamentos sul-americanos. O Palácio do Planalto vai orientar suas lideranças partidárias para agilizar a tramitação do acordo no Congresso Nacional. O objetivo é que o texto oficial em português possa ser votado e ratificado o mais rapidamente possível, tão logo os parlamentares voltem das férias, no começo de fevereiro.

A estratégia está acertada com os demais sócios do bloco sul-americano. O governo do Paraguai, que exerce a presidência temporária do Mercosul, disse que pretende encaminhar, na semana que vem, ao Parlamento do país, o documento do acordo. “Que o Paraguai seja o primeiro



Líderes do Mercosul, Ursula von der Leyen (Comissão Europeia), e Antonio Costa (Conselho Europeu), assinaram o tratado bilateral no Paraguai, no sábado



Não vejo que isso possa ser um inconveniente, de alguma maneira estava previsto como possibilidade”

Santiago Peña,
presidente do Paraguai

país (a ratificar o tratado)”, disse o presidente paraguaio, Santiago Peña, antes de embarcar para Davos, na Suíça, onde participará da fundação do Conselho de Paz para a Faixa de Gaza, proposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Peña confirmou que a judicialização era uma possibilidade real e que conversou com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, sobre o novo impasse. “Não vejo que isso possa ser um inconveniente, de alguma maneira estava previsto como possibilidade”, disse ele. Mas ressaltou que a Comissão Europeia tem “ferramentas legais” para implementar o acordo imediatamente, de forma

provisória — “inclusive antes da promulgação do Parlamento” —, até que o Tribunal Europeu tome uma decisão.

“Se a União Europeia põe já em execução o acordo, ainda que de maneira provisória, os países do Mercosul, na medida em que vão aprovando (o documento em cada Parlamento), vão aplicando (os termos do acordo)”, declarou Peña. Em relação à dúvida sobre a transitoriedade da medida, Ursula von der Leyen disse ao presidente paraguaio que a Comissão Europeia trabalha com acordos que estão há mais de dez anos em questionamento judicial, mas que foram postos em prática por

decisão executiva dos dirigentes do bloco europeu.

“Ônus da inércia”

A estratégia de deixar o problema no colo dos europeus pode, porém, não trazer resultados práticos no curto prazo. Para o CEO (principal executivo) da Casa Política e ex-diretor da Apex-Brasil Marcio Coimbra, “a tentativa do governo de acelerar a ratificação do acordo no Congresso, acompanhada pelo Paraguai, é uma manobra de ‘presão por espelhamento’, que busca transferir o ônus da inércia para Bruxelas”, mas que “peca pelo excesso de otimismo político diante

da frieza dos ritos europeus”. Para ele, a judicialização do tratado de livre-comércio “não é um acidente de percurso, mas um recurso de obstrução deliberada que já estava no radar dos analistas mais céticos como a cartada final dos lobbies protecionistas liderados pela França”, o maior produtor rural do bloco e epicentro dos protestos contra a abertura de mercado aos sul-americanos.

“Diante desse cenário, em que a política foi vencida pela burocracia judicial, a prudência de manter a champagne francesa no gelo deixa de ser apenas uma cautela estratégica e passa a ser a única leitura realista possível. O país agiu bem ao não abrir a garrafa, pois, com o cronômetro do Tribunal de Justiça acionado, o brinde parece ter sido adiado para um horizonte ainda muito distante e incerto”, metaforizou Coimbra.

Com mais de 700 milhões de consumidores, o tratado cria a maior zona de livre-comércio do mundo, integrando 27 Estados-membros da UE, além de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O acordo, que acaba com tarifas sobre mais de 90% do comércio bilateral, permitirá que os europeus exportem mais veículos, máquinas e vinhos para a América do Sul, enquanto produtos daqui — principalmente, do agronegócio, como carne bovina, açúcar, café, arroz, mel, soja — serão beneficiados com menos barreiras para disputar o rico mercado consumidor da Europa.

A entrada de alimentos brasileiros com preços baixos assusta os produtores rurais europeus — principalmente, da França, o maior produtor do continente —, que temem a concorrência. Por isso, tentam ampliar as restrições ao acordo avançando sobre barreiras não tarifárias. Uma das acusações que serão levadas ao Tribunal Europeu é a de que os produtos do Mercosul podem não atender às exigências fitossanitárias e ambientais impostas pela UE para os produtos vendidos lá.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Em Davos, Dweck foca em crescimento

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A ministra Esther Dweck, titular da pasta da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), atribuiu o crescimento econômico do país a políticas sociais e econômicas adotadas desde 2023, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“O Brasil, nos últimos três anos, voltou a crescer um pouco mais rápido do que nos períodos anteriores, inclusive mais próximo da taxa de crescimento mundial. Esse desempenho é resultado de uma combinação de políticas, entre elas uma mudança importante na política externa brasileira”, declarou Dweck, ontem, durante participação em um painel sobre crescimento econômico da América Latina, promovido pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), em Davos, na Suíça.

A ministra destacou ações realizadas no terceiro mandato do governo Lula, como reajuste real do salário mínimo, crescimento do emprego, além de incentivos às políticas industriais, investimento público e incentivos às ações da iniciativa privada.

“Os efeitos multiplicadores de políticas sociais fortalecidas, da valorização do salário mínimo e de um mercado de trabalho aquecido — dois lados de uma mesma moeda — reativaram o crescimento, mas sem gerar desequilíbrios, pois a redução de desigualdades também está no centro da agenda de política econômica”, reforçou Esther Dweck, única única representante brasileira do primeiro escalão em Davos.

Além de Dweck, as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, até chegaram a constar na programação oficial do WEF, porém, desistiram da

viagem. O titular da Fazenda, Fernando Haddad, e o próprio Lula foram convidados, mas não marcaram presença.

Eleições

O discurso da representante brasileira em Davos, sobre alinhar crescimento econômico com avanços sociais, vem sendo usado como estratégia do governo Lula para disputar a reeleição, no pleito de outubro. O presidente afirmou, na terça-feira, que o ano de 2026 será usado para que as pessoas comparem suas situações com os anos passados.

“Depois de dois anos de reconstrução, a gente começou a preparar a terra e a plantar. Passamos o ano inteiro de 2025 recuperando este país, plantando as coisas, cuidando da terra, colocando fertilizantes, e agora vamos começar a colheita”, disse o

líder petista, em discurso realizado em uma cerimônia de entrega de unidades do Minha Casa, Minha Vida, no Rio Grande do Sul.

Quanto ao histórico de “reconstrução” — citado por Lula — Esther Dweck lembrou que o atual governo pegou o Brasil no Mapa da Fome. Ainda assim, reforçou a representante brasileira em Davos, foi possível avançar de forma consistente no equilíbrio das contas públicas, sem abandonar políticas distributivas e investimentos estruturantes.

“Do ponto de vista macroeconômico, quando analisamos os resultados desses três anos, o que vemos é uma redução muito expressiva do déficit fiscal, mesmo com uma retomada muito grande das políticas de transferência de renda e do investimento público. Ao ajustarmos o déficit fiscal real do início do mandato, a redução ultrapassa 70% em apenas três anos”, pontuou.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Esther Dweck, única integrante do primeiro escalão do governo em Davos

MERCADO FINANCEIRO

Bolsa rompe 171 mil pontos

Embalada pelo bom humor dos investidores, B3 dispara 3,3% e fecha aos 171.816 pontos, maior patamar da história

» PEDRO JOSÉ*

O mercado financeiro embalou no bom humor do recuo das declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Davos, na Suíça, no Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), evitando uma escalada na crise com a Groenlândia antes mesmo de concluir a invasão militar da Venezuela. Em discurso no resort suíço ontem, Trump negou o uso de força na questão da Groenlândia e anunciou, mais tarde, que não aplicará tarifas adicionais à Europa, a partir de fevereiro, evitou uma queda maior para o dólar.

Em Nova York, o Índice Dow Jones teve alta de 1,21% enquanto que, no Brasil, o Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), bateu vários recordes ao longo do dia e encerrou o pregão de ontem acima de 171 mil pontos pela primeira vez na história.

No fechamento da B3, o IBovespa avançou 3,33%, para 171.816 pontos, com os papeis do Grupo Toky e da Paranapanema liderando os ganhos no dia, com altas de 18,97% e de 18,82%, respectivamente. Foi a primeira vez desde 9 de abril de 2025, quando avançou 3,12%, que o IBovespa obteve um ganho acima de 3%. A alta de ontem também foi a maior em quase três anos, superado apenas pelo salto de 4,29% de 11 de abril de 2023. Na semana, o indicador acumula alta de 4,26%, e, no ano, de 6,64%.

O avanço da B3 reflete um movimento de diminuição da aversão ao risco dos investidores. E, no câmbio o mesmo ocorre com a valorização do real frente ao dólar, que segue recuando frente às moedas emergentes de forma geral. Ontem, a divisa norte-americana recuou 1,11% frente

B3/Divulgação



Enquanto IBovespa dispara 3,3% e registra maior alta diária em três anos, dólar registra queda de 1,11% e fecha cotado a R\$ 5,321

ao real e encerrou o pregão cotado a R\$ 5,321 para a venda.

De acordo com o economista André Perfeito, da Garantia Capital, o novo recorde da B3 não é privilégio apenas do Brasil dessa “fuga para a qualidade”, que é a busca pelo ouro e pela prata, mas que tem deixado a rebarba para as commodities. “Os países emergentes têm se beneficiado do movimento duplo de Bolsa em alta e dólar em queda. Claro, o Brasil se beneficia mais por conta da nossa

estrutura mais organizada no mercado de capitais que outros países e também pelas empresas listadas ligadas a commodities”, disse.

Outro fator de atenção para o mercado internacional, ontem, foi o julgamento da diretora do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) Lisa Cook. Por fim, a Suprema Corte dos EUA indicou que tende a manter Cook no cargo, diminuindo a pressão de Trump na autoridade monetária. O alívio nos mercados ocorreu

porque “Trump foi claro em Davos de que não vai usar força na questão da Groenlândia”, acrescenta o diretor de Análise na Zero Markets Brasil, Marcos Praça.

Nova liquidação

No Brasil, as atenções dos agentes financeiros brasileiros também ficaram voltadas à decisão do Banco Central de decretar a liquidação extrajudicial da Will Financeira, controladora do Will Bank e subsidiária do Banco

Master. Foi a terceira liquidação em pouco mais de dois meses.

Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que não comenta casos específicos de instituições financeiras, mas entende que o regulador detém o mandato e o dever de atuar para assegurar a resiliência do sistema financeiro, com a adoção de regime de resolução que afaste o risco de contágio e que leve à rigorosa apuração dos fatos e à responsabilização dos agentes de mercado. “Essa atuação decorre da

autoridade regulatória do BC, que é fundamental para a credibilidade e confiança do sistema financeiro, e compreende medidas que podem levar à necessidade de liquidação de instituições financeiras que se revelem incapazes de manter suas atividades. Trata-se de um pilar essencial da regulação e da estabilidade financeira, que confere ao regulador independência técnica e autonomia, exatamente para que suas decisões sejam respeitadas sob a ótica prudencial, da solvência e da disciplina de mercado”, explicou a instituição.

Com o início dos pagamentos aos 800 mil credores do Banco Master, anunciado para esta semana, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) informou, ontem, por meio de nota, que “não há um prazo legal definido para o pagamento das garantias, mas que trabalha para que os ressarcimentos ocorram no menor tempo possível”.

A expectativa da instituição é de que os depósitos ocorram em até dois dias úteis após a conclusão da solicitação pelo credor, com base em experiências anteriores. O FGC esclareceu ainda que, por motivos de segurança e prevenção a fraudes, parte dos pedidos pode passar por etapas adicionais de verificação de identidade.

Na seara política, a pesquisa Atlas/Intel apontando menor distância na intenção de votos entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) também colaborou para o movimento positivo da B3, uma vez que o mercado financeiro confia na promessa do filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de seguir a cartilha do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, segundo analistas. **(Com Agência Estado)**

***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

TRABALHO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Segundo ministro Guilherme Boulos, mudança é foco do governo e garante qualidade de vida ao trabalhador

Boulos apoia fim da escala 6x1

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGP), Guilherme Boulos, afirmou que o fim da escala de trabalho 6x1, que garante apenas um dia de descanso semanal, é uma medida urgente e necessária para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, impulsionar a produtividade. A declaração foi feita, ontem, em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, que reúne rádios e portais de notícias de diversas regiões do país.

Segundo Boulos, a redução da jornada de trabalho integra as prioridades do governo federal com foco no ciclo político de 2026. A proposta em debate prevê a adoção de uma escala máxima de 5x2, com carga semanal de até 40 horas, sem redução salarial. Atualmente, a legislação trabalhista brasileira permite jornadas de até 44 horas por semana. “O debate está avançando muito bem no Congresso. Na semana passada, estive com o presidente da Câmara, Hugo Motta, ao lado do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e há um ambiente favorável para

que a proposta seja votada ainda neste semestre”, afirmou o ministro. De acordo com ele, a iniciativa busca responder a uma demanda histórica dos trabalhadores por melhores condições laborais.

Na entrevista, Boulos argumentou que a redução da jornada não deve ser encarada como obstáculo ao desempenho econômico. Para sustentar a posição, citou experiências internacionais em que mudanças semelhantes resultaram em ganhos de produtividade. Entre os exemplos mencionados está a Islândia, que adotou uma jornada de 35 horas semanais e registrou crescimento econômico, além de melhorias nos indicadores de produtividade. Casos nos Estados Unidos e no Japão também foram lembrados, com empresas que testaram semanas de quatro dias e obtiveram resultados positivos.

O ministro ainda destacou dados de um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado em 2024, que analisou 19 empresas que reduziram a jornada de trabalho. Segundo o levantamento, 72% dessas companhias tiveram aumento de receita e 44% registraram melhora no cumprimento de prazos. “Isso mostra

que a redução da jornada não significa queda de desempenho. Em muitos casos, ocorre exatamente o contrário”, afirmou.

A defesa do fim da escala 6x1, no entanto, também gerou críticas no meio jurídico. Para o advogado trabalhista Maurício Corrêa da Veiga, sócio do escritório Corrêa da Veiga Advogados, o debate é válido, mas a forma como ele vem sendo conduzido pode gerar insegurança. “A discussão sobre a escala 6x1 é legítima, mas a declaração é inoportuna para quem ocupa um cargo cuja missão institucional é o diálogo e a mediação social. Ao se posicionar de forma categórica sobre o fim de uma escala hoje legal, sem proposta normativa concreta, cria-se insegurança jurídica e expectativas que não encontram respaldo imediato na legislação”, afirmou.

Para Boulos, apesar das divergências, a revisão da jornada de trabalho faz parte de uma agenda mais ampla de valorização do trabalho no país. “Trata-se de uma questão de dignidade. Queremos um modelo que respeite os trabalhadores e, ao mesmo tempo, fortaleça a economia brasileira.”



Carnaval

no Rio de Janeiro é no Windsor Marapendi

Até **10% OFF***

UTILIZE O CUPOM: CARNAVALWINDSOR



Hospede-se no **Windsor Marapendi** e viva o Carnaval com todo conforto.


Localização privilegiada


Gastronomia internacional


Atendimento personalizado


Serviços exclusivos

Aproveite o evento que abre alas para o maior espetáculo do mundo



FELJO ADA
CARNAVALESCA 2026
WINDSOR BARRA
14 FEV | 13h às 19h

PARCELE EM ATÉ **6X** SEM JUROS
Adquira seu ingresso em windsortickets.com.br



Reserve agora - windsorhoteis.com



GROENLÂNDIA

Trump
anuncia
acordo

Mandel Ngan/AFP



À margem do Fórum de Davos, presidente dos EUA se reúne com o chefe da Otan, fala em um entendimento sobre o território ártico que pretende anexar e suspende tarifaço contra europeus. Em discurso, ele renunciou ao uso da força

» SILVIO QUEIROZ

Donald Trump começou sua agenda oficial em Davos, na Suíça, com um discurso duro perante outros chefes de Estado e governo, empresários de grande porte e personalidades internacionais reunidos para o encontro anual do Fórum Econômico Mundial. Insistiu na “aquisição” da Groenlândia, fez ameaças veladas invocando o poderio militar e econômico dos Estados Unidos, mas frisou que “não quer” e “não vai” usar a força para tomar o território, que pertence à Dinamarca. No fim do dia, porém, saiu de uma reunião com o comando da Organização do Tratado do Atlântico (Otan, aliança militar liderada por Washington) anunciando “o marco de um acordo” para o impasse. E suspendeu o tarifaço com que havia ameaçado, a partir de 1º de fevereiro, os países cujos governos resistissem às suas pretensões.

“Com base nesse entendimento, não vou impor as tarifas que deveriam entrar em vigor em 1º de fevereiro”, escreveu em sua plataforma, Truth Social, sem dar nenhum detalhe sobre esse “marco”. Trump classificou como “muito construtiva” a conversa com o secretário-geral da Otan, Mark Rutte. Não quis adiantar detalhes, de momento, mas assegurou que o acordo seguirá em negociações e deverá “durar para sempre”. Pelo lado dos EUA, o processo ficará a cargo de seu vice, JD Vance; do secretário de Estado, Marco Rubio; e do emissário especial Steve Witkoff.

Fontes do governo norte-americano, citadas pelo jornal *The New York Times*, afirmaram que teria sido discutida, no encontro, uma fórmula que permitiria aos EUA controlar áreas da Groenlândia para instalar novas bases militares, além da que já operam, no âmbito da Otan. Em sua postagem no Truth Social, Trump voltou a mencionar a ilha ártica como parte dos planos para estabelecer um “Domo de Ouro”, sistema de defesa antimísseis inspirado no Domo de Ferro israelense. A fim de contornar resistências, a proposta não prevê a transferência da soberania sobre o território, detida pela Dinamarca.

A menção a um possível entendimento sobre a Groenlândia, com a expectativa de uma distensão entre Washington e os europeus, foi o bastante para impulsionar a reação esboçada pelos mercados no início do dia. A tendência de alta se consolidou, em forte contraste com a véspera, quando os aliados ocidentais pareciam a caminho de um choque frontal e os investidores acusaram a apreensão.

Mandel Ngan/AFP



Palavra de especialista

A ordem mundial acabou

O unilateralismo do presidente Trump vai até onde ele encontrar resistência interna nos EUA, principalmente da sua base de apoio. Maga, ou, externamente, de algum outro oponente que não se intimide, ou que não sofra tanto com as possíveis sobretaxas com que ele vem ameaçando. Esses são os limites para o unilateralismo dele.

A ordem internacional em que a gente vivia acabou — vou frisar: acabou. É peça de museu. Não temos mais uma

ordem internacional baseada no multilateralismo e no direito internacional. Como disse o primeiro-ministro do Canadá, Mike Carney, em seu discurso de terça-feira em Davos, estamos vivendo uma ruptura, não uma transição. Qual vai ser a nova ordem internacional? Ainda não sabemos. Ela está em construção.

Gunther Rudzit, professor de relações internacionais da ESPM

Discurso

Horas antes, no discurso perante o Fórum de Davos, o presidente norte-americano reafirmou a necessidade de os EUA “possuírem” a Groenlândia, em nome dos interesses “da segurança nacional e internacional” — referência velada a possíveis avanços da Rússia ou da China em pleno Atlântico Norte, que dá nome à aliança militar criada no início da Guerra Fria, na segunda metade do século 20. “Apenas os EUA podem proteger essa enorme massa

de terra, esse gigantesco bloco de gelo, desenvolvê-lo e melhorá-lo”, afirmou, na primeira de várias menções à ilha como terreno “quase desabitado” e “pouco desenvolvido”. Mais de uma vez, trocou o nome pelo da Islândia.

Atento, porém, aos tremores provocados pela dura troca de ameaças e críticas com a União Europeia (UE), em especial com o colega francês, Emmanuel Macron, o magnata republicano renunciou, explicitamente, a tomar a ilha ártica pelas armas. “Eu não preciso usar a força. Eu não



Eu não preciso usar a força. Eu não quero usar a força. Eu não usarei a força. Tudo o que os Estados Unidos estão pedindo é um lugar chamado Groenlândia”

Apenas os EUA podem proteger essa enorme massa de terra, esse gigantesco bloco de gelo, desenvolvê-lo e melhorá-lo”

Assim que o ataque terminou, eles (os dirigentes da Venezuela) disseram: 'Vamos fazer um acordo'. Mais pessoas deveriam fazer isso”

Eu amo a Europa, quero vê-la prosperar, mas ela não está indo na direção certa”

Donald Trump, presidente dos EUA

quero usar a força. Eu não usarei a força”, assegurou. Mas não perdeu a oportunidade para exaltar a supremacia militar dos EUA, citando como exemplo a captura do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por um comando de elite. “Eles foram muito espertos de fazer acordo (com os EUA)”, observou.

“Trump ter descartado o uso da força é um recuo por causa das reações internas, dentro do próprio Partido Republicano”, avalia o professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM. “Não foi um recuo por causa dos europeus”, disse ao **Correio**. “Todas as falas dele sempre são para intimidar, ou para deixar os oponentes sem saber o que ele pode fazer.” A colega de universidade (e de cátedra) Denilde Holzbacker acompanha o diagnóstico, e vê no tom do presidente norte-americano um recado. “Ele sinalizou que, para os europeus, um embate com os EUA seria de alto custo”, observa.

Não faltou, no longo discurso de mais de uma hora, mais uma alfinetada no presidente francês, com quem troca farpas há dias. Em Davos, Trump começou mencionando com ironia “os lindos óculos escuros” que Macron exibiu no Fórum, por causa de um derrame ocular. “Que diabos aconteceu?”, perguntou. Depois, voltou a expor conversas reservadas entre os dois — dessa vez, em torno de exigências relacionadas a práticas comerciais consideradas por ele desleais. “Três vezes, ele disse que não faria (o que Trump reclamava). No fim, disse: ‘Sim, eu vou fazer’”.

Ambos os especialistas veem na condução adotada pela Casa Branca na crise da Groenlândia, como nas atitudes unilaterais tomadas na política externa no primeiro ano do atual mandato, a determinação do presidente em colocar em xeque o sistema multilateral construído no pós-Segunda Guerra, em torno das Nações Unidas. “O unilateralismo de Trump vai até onde ele encontrar resistência interna nos EUA, ou, externamente, de algum oponente que não se intimide”, avalia Rudzit. “A ordem coletiva está sendo testada”, concorda Holzbacker.

A apreciação faz eco ao pronunciamento feito na terça-feira, em Davos, pelo primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, crítico notório de Trump. “Estamos no meio de uma ruptura da ordem mundial, não de uma transição” afirmou. “Todos os dias, somos lembrados de que vivemos em uma era de rivalidade entre grandes potências, que a ordem baseada em regras está se esvaindo, que os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem.”

Angela Weiss/AFP



O premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, na Assembleia-Geral da ONU

Hoje, nasce a "ONU paralela"

Pode ser assinada hoje, em Davos, à margem do Fórum Econômico Mundial, a carta de fundação do Conselho de Paz, nome escolhido por Donald Trump para a iniciativa que lançou como desdobramento do cessar-fogo negociado para o território palestino da Faixa de Gaza. Embora apresentado inicialmente como reposta para o conflito no Oriente Médio, o organismo, a ser integrado por chefes de Estado e alguns “notáveis”, nasce sem âmbito definido e assume ares de uma alternativa ao sistema multilateral centrado desde 1945 nas Nações Unidas.

Até ontem, segundo a agência de notícias France-Presse, aproximadamente 35 dirigentes teriam concordado em firmar o documento, cuja carta entrará em vigor assim que pelo menos três Estados formalizarem o compromisso. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, foi um dos primeiros a aceitar o convite de Trump

para integrar o organismo. Foi seguido por pesos pesados do Oriente Médio, como Arábia Saudita e Turquia. França, Noruega e Ucrânia, também convidados, declinaram. O presidente Lula estuda a resposta com assessores e aliados, mas o colega da Argentina, Javier Milei, já disse “sim”.

“O Conselho de Paz é uma organização internacional que busca promover a estabilidade, restabelecer uma governança confiável e legítima e garantir uma paz duradoura nas regiões afetadas ou ameaçadas por conflitos”, diz o preâmbulo dos estatutos. O texto critica os “enfoques e instituições que falharam com demasiada frequência”, em clara alusão à ONU. Em comentário feito em Genebra, um porta-voz das Nações Unidas ressaltou que o plano do presidente norte-americano “foi autorizado pelo Conselho de Segurança apenas para sua atuação em Gaza”. E completou: “Não é um plano da ONU”.

Trump será o primeiro presidente do Conselho, com amplos poderes: somente ele poderá convidar outros chefes de Estado e de governo a se juntarem ao organismo, e poderá revogar sua participação, salvo em caso de “veto por dois terços dos países-membros”. O conselho executivo, liderado pelo chefe da Casa Branca, terá sete membros, entre eles o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, o enviado especial Steve Witkoff, o genro do presidente, Jared Kushner, e o ex-premiê britânico Tony Blair.

Os países que aderirem à iniciativa terão um mandato e três anos, a partir da entrada em vigor da carta de fundação. O período pode ser renovado por decisão de Trump. Aqueles que preferirem um status de membro permanente terão de fazer um aporte mínimo de US\$ 1 bilhão durante o primeiro ano de vigência do documento.

Angela Weiss/AFP

VISÃO DO CORREIO

Brasil precisa dar respostas estruturais contra o feminicídio

Tipificado no Brasil em 2015, o feminicídio mostra a sua face covarde ao longo da última década. Segue em rota ascendente, com registros que também chamam a atenção pela crueldade dos casos, pelo aumento de vítimas e criminosos com pouca idade e pela disseminação de um sentimento de impunidade. Para mudar os rumos das relações de gênero no país, é urgente que se firme um pacto coletivo de enfrentamento à violência. E isso passa por um debate profundo sobre as práticas de agressões cotidianas envolvendo todos os sujeitos das diversas instâncias sociais. Não se pode conter um fenômeno cujos registros cresceram mais de 300% em 10 anos sem a convocação de toda a sociedade. Em 2015, quando o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres passou a ser previsto na lei penal, o país registrou 535 casos do tipo. Em 2025, o número é de ao menos 1.470, já um recorde em relação à série histórica mesmo sem serem considerados os dados de dezembro de São Paulo, Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Com os números parciais, o país exhibe a preocupante média de quatro feminicídios por dia – patamar mantido desde 2022. Nos cinco anos anteriores, a taxa também era vergonhosa: três vítimas a cada 24 horas. Pode-se atribuir parte desse aumento de registros a uma maior sensibilização de autoridades para enquadrar assassinatos de mulheres como feminicídios. Mas um olhar mais atento aos crimes também indica o surgimento, e sobretudo o agravamento, de um movimento disseminado de extermínio de mulheres, como têm alertado especialistas. Casos recorrentes de vítimas atropeladas e arrastadas por rodovias, queimadas depois de mortas ou decapitadas, entre outras atrocidades, evidenciam um ódio desenfreado a mulheres que precisa de respostas à altura. O endurecimento das penas

para o feminicídio na última década não deu conta disso. Em 2024, o crime deixou de ser uma qualificadora do homicídio e passou a ser tipificado como autônomo, resultando em penas mais duras, de 20 a 40 anos de prisão. O recorde de casos em 2025 comprova que só aumentar o tempo de cadeia não coíbe os covardes. O enfrentamento é complexo e precisa ser feito em diferentes frentes. Uma delas é a educação das novas gerações para a desconstrução de estereótipos de gênero e promoção da cultura de paz. Os jovens também são vítimas — o feminicídio de adolescentes com 12 e 17 anos aumentou 30,7% de 2023 a 2024, segundo o mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública — e agressores. No mundo digital, homens de pouca idade praticam violência de gênero confiando na impunidade e impulsionados por uma subcultura on-line que estimula o ódio às mulheres e até capitaliza com isso. Reprimir o submundo das redes é, dessa forma, outra urgência, com desdobramentos internacionais. Ao **Correio**, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, pontuou a necessidade de um esforço científico para conter a violência de gênero no país. “Segurança pública exige inteligência, equipamentos e tecnologia para fortalecer a rede de proteção à mulher. A tecnologia tem papel decisivo na proteção e na prevenção”, justificou. A ministra é uma das autoridades que vão participar, na próxima terça-feira, de um debate, promovido pelo **Correio**, sobre a urgência de um enfrentamento coletivo à violência de gênero. Estudiosos, agentes públicos, artistas, líderes religiosos, professores, comunicadores, ninguém pode se eximir do compromisso de preservar a vida. Está em curso uma crise civilizatória que tem as mulheres como alvo. O país precisa dar soluções estruturais a ela.

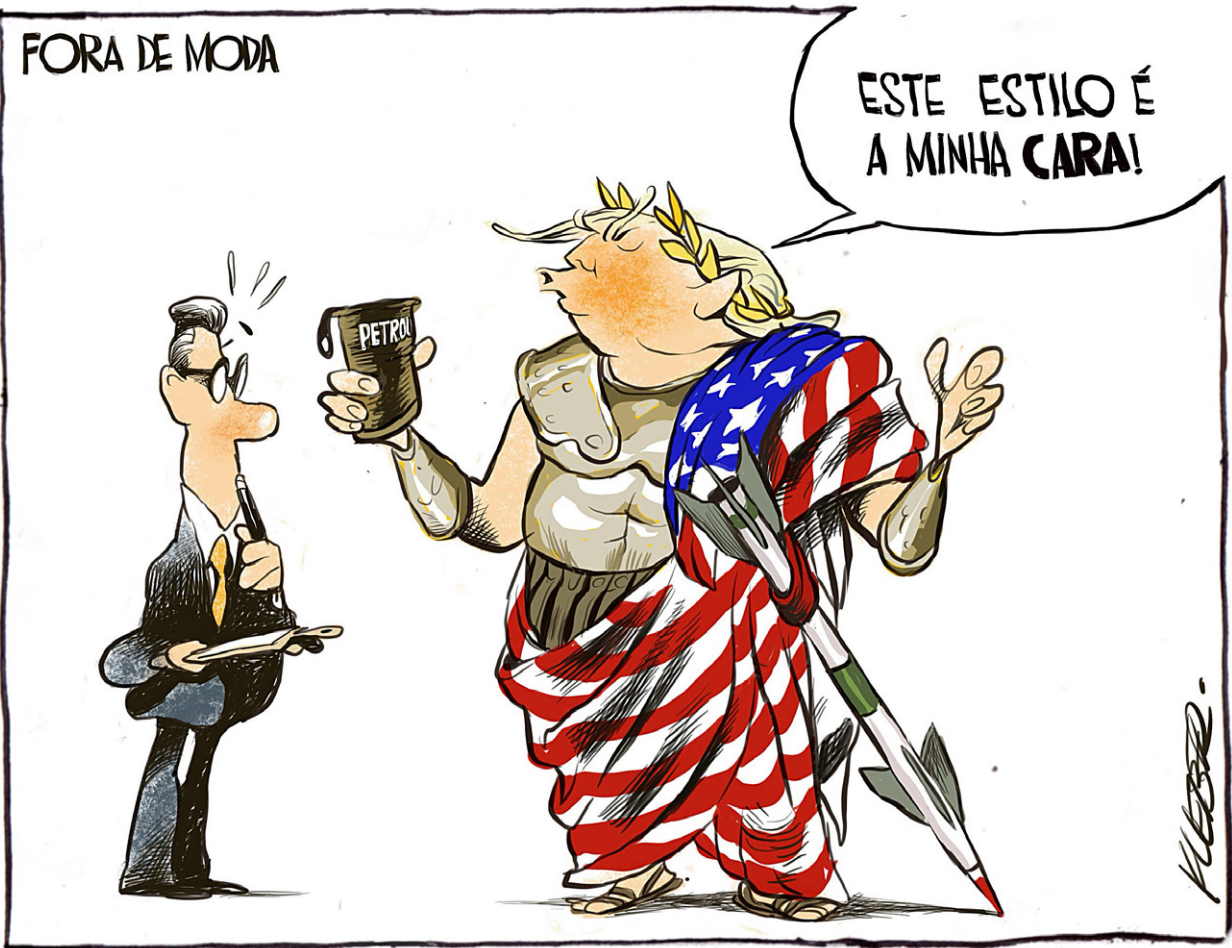


CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Vítima da covardia e da lei

Abusadores de crianças e adolescentes deveriam apodrecer na cadeia. Somente a jaula é capaz de conter o avanço deles sobre vulneráveis. Mantê-los trancafiados, porém, é impossível neste país, por causa das nossas generosas leis, que beneficiam até mesmo essa escória. Não importa quão sórdido tenha sido o crime que cometeram, os seres repugnantes conseguem progredir de regime e, logo, voltam às ruas. Ganham passe livre para vitimar mais inocentes. Inocentes como Ester, de 14 anos, brutalmente assassinada dentro da própria casa — justamente o lugar onde deveria estar segura. Ela foi encontrada no quarto da residência, em Planaltina, com sinais de agressões no pescoço e no rosto. A morte ocorreu por asfixia e esganadura. A polícia apura, também, a suspeita de tentativa de estupro. O acusado da crueldade era namorado da mãe da adolescente e tem um histórico de crimes graves — passagens pela polícia por estupro de uma criança e da própria mãe dele, além de roubo, desacato e uso e posse de drogas. Mesmo com uma folha corrida assim, estava em prisão domiciliar! Veja o que é a nossa lei. O abuso sexual que cometeu contra uma menina de 11 anos deveria

ter sido suficiente para que passasse longos anos na prisão. Mas no Brasil não funciona dessa forma. Por aqui, além de a Constituição proibir penas de caráter perpétuo, criminosos não cumprem nem a totalidade das sentenças, tantas são as benesses da nossa legislação. O objetivo, dizem os especialistas, é a ressocialização. Mas para todos os tipos de infratores? Acreditar que torturadores, estupradores e assassinos de crianças e adolescentes são capazes de se reabilitar e serem devolvidos ao convívio social é assumir o risco de novas barbáries. Não há recuperação possível para essa corja. Ante a vulnerabilidade de suas vítimas, algozes de meninos e meninas tinham de ser punidos exemplarmente, de forma diferenciada. Cumprir sentenças longas e no regime fechado, sem regalias de nenhum tipo, sem direito à progressão. A cada vez que um predador deixa mais cedo a prisão, mais vidas são colocadas em perigo, mais vidas ficam entregues à própria sorte. Ester foi assassinada por uma criatura abjeta, sim, mas também foi vítima de uma legislação frouxa, que favorece até mesmo os criminosos mais perversos e covardes.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. » E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Acordo entre blocos

Mesmo que eivado de desigualdades condicionais — sobretudo quanto aos prazos de redução tarifária —, o acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia recém firmado entre os blocos econômicos latino e europeu, respectivamente, beneficiará a balança comercial (PNB) nacional. Portanto, hemos de reconhecer os esforços dos derradeiros chefes do Executivo brasileiro, em cooperação com o Itamaraty (a exaustiva negociação perdurou por mais de 25 anos). Por outro lado, com relação ao convite recebido do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para compor o Conselho de Gaza, a meu ver, Lula deverá refletir com muita atenção antes de aceitá-lo. Afinal, no Brasil, 2026 é ano eleitoral; portanto, integrar um conselho de paz nesse período poderá municiar a oposição na batalha política iminente.

» **NetoKobra**
Brasília

Endividamento

O Brasil tem hoje um buraco de R\$ 35 bilhões no Orçamento de 2026 e uma dívida pública que ultrapassa R\$ 9,4 trilhões, o equivalente a 76,6% do PIB, segundo o Banco Central. A conclusão é inescapável, pois estamos caminhando para o precipício. O número não é apenas uma estatística em uma planilha, é a confissão de um governo acuado e a prova de que a aritmética sempre vence. Assim como uma empresa, um país não deveria sobreviver pensando apenas “no próximo trimestre”. Mas o Brasil vive exclusivamente para a próxima eleição. Cada decreto é pensado para o ciclo eleitoral seguinte: cada medida provisória é um remédio tático. A política de Estado foi substituída pela política de governo, imediatista, reversível e destrutiva. O governo arruma um arsenal de possibilidades para recuperar a arrecadação, reeditando medidas rejeitadas. Isso não é firmeza, é desespero. Essa situação denota que, quando a política tributária vira campanha antecipada, o país perde a capacidade de governar. Em suma, são medidas autodestrutivas movidas por cálculo político, reflexo de um governo que pensa no calendário eleitoral, não no país.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Planos de saúde

É difícil apontar qual a pior agência reguladora, pois a ineficiência e a falta de atendimento ao cidadão e consumidor é total! Na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por exemplo, denunciamos aumentos de mais de 60% nas mensalidades, e a agência simplesmente repassa para a operadora e verifica se foi respondido. Só isso! Não toma conhecimento, audita e fiscaliza as reclamações e denúncias. Os reajustes dos planos privados e de cegestão aumentam mais de 22% a cada ano. A mudança de faixa etária, que não é explicada e justificada pelas operadoras, é outra caixa preta, com aumentos superiores a 50%. A ANS só autoriza, e a pessoa que se vire para negociar com os tubarões da saúde! Isso, sim, é se importar com o povo!

» **Elaine Maria Oliveira**
Asa Sul

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O documento da ONU sobre a falência hídrica lembra que a água ignora fronteiras e que sua escassez redefine riscos globais. A normalidade hidrológica não mais existe, e adiar decisões só amplia o deficit.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

Trump diz que o Conselho de Paz criado por ele poderá substituir a Organização das Nações Unidas. Como se o presidente de um país que se acha o dono do mundo não nos dá um minuto de paz?

Marlon Barros — Cruzeiro

Moacyr de Oliveira Filho tem razão em artigo publicado no **Correio** em 21 de janeiro: o medonho quarto branco do BBB-26 é uma completa, deplorável e absurda idiotice.

Vicente Limongi Netto — Asa Sul

Alô, Novacap. Os tratores podam o gramado do Plano Piloto e deixam muita sujeira nas calçadas e ciclovias. Por que não vem, em seguida, uma equipe para limpar?

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Duas inteligências

A inteligência humana é criadora de significados; a inteligência artificial (IA) é reprodutora de dados. Enquanto a mente humana integra razão e emoção, a IA permanece limitada ao cálculo e à lógica. A complementaridade surge quando a IA é usada como ferramenta para ampliar capacidades humanas, sem substituir a dimensão existencial que nos torna únicos. Em síntese: a forma da inteligência humana é fluida e subjetiva, enquanto a da inteligência artificial é estruturada e objetiva. O conteúdo humano é existencial e simbólico; o da IA é técnico e informacional. A grande questão filosófica é como equilibrar essas duas inteligências para que a tecnologia sirva à vida, e não o contrário. Com o avanço dos meios de comunicação e expressão, continua sendo prudente a orientação proferida por Jesus: “Seja, porém, o vosso falar: Sim, sim; não, não; pois o que passa daí, vem do Maligno” (Mateus 5:37).

» **Marcos Fabrício**
Asa Norte

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1588.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Passos após a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia



» ANDRÉ ARAUJO
Professor da pós-graduação em política e relações internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

» ALEXANDRE COELHO

Professor e coordenador dos cursos de política e relações internacionais e do MBA em geopolítica da transição energética, ambos da FESPSP

Após mais de duas décadas de negociação, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) foi assinado em 17 de janeiro deste ano. O ato encerra um longo processo iniciado nos anos de 1990, mas também inaugura uma etapa decisiva que dependerá das políticas domésticas e da conjuntura internacional.

Para entender esse percurso, é preciso lembrar que o Mercosul nasceu em um momento de globalização acelerada e hegemonia norte-americana pós-Guerra Fria. A proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), com reticências por alguns membros do Mercosul, reforçou a busca de alternativas à dependência dos Estados Unidos, enquanto a União Europeia via vantagem em ampliar sua presença econômica na América do Sul, para não perder o mercado para os EUA. É nesse ambiente que surgiram as primeiras tentativas de acordo.

Com o passar dos anos, crises internas na Europa e no Mercosul, além da oscilação da influência norte-americana e da ascensão da China, afetaram o ritmo das negociações. O anúncio da conclusão em 2019 não avançou por divergências ambientais e políticas com o governo brasileiro da época, o que adiou a assinatura por mais seis anos. Mesmo assim, o cenário internacional mudou

e favoreceu a reaproximação. Em um ambiente de instabilidade devido à deterioração do multilateralismo, a institucionalidade garantida por tratados pode assegurar transparência e previsibilidade.

Ainda assim, não houve consenso pleno. Setores agrícolas europeus mantiveram forte resistência, temendo a concorrência de produtos sul-americanos mais baratos e com padrões sanitários diferentes. Esse ponto esteve presente nos votos contrários de Áustria, França, Hungria, Irlanda e Polônia no Conselho da União Europeia. Do outro lado, indústrias do Mercosul apontaram risco de assimetria diante da entrada de bens industrializados europeus com maior valor agregado, o que pode pressionar segmentos tecnológicos sensíveis.

Essas divergências projetam-se para a etapa seguinte, pois a assinatura não produz efeitos imediatos. O texto negociado será enviado aos Legislativos de cada país. Nessa etapa, podem surgir divergências entre os partidos políticos, que refletem pressões de setores domésticos, tanto favoráveis quanto contrários. Não se espera, contudo, que a negociação seja reaberta para alterar tarifas ou regras de propriedade intelectual, por exemplo. Ademais, o acordo foi estruturado em dois instrumentos — um comercial e outro de cooperação política — o que permite que um entre em vigor mesmo se o outro enfrentar atrasos.

No âmbito europeu, a ratificação pode ser mais complicada. Tanto na etapa junto aos parlamentos nacionais, que sofrerão pressão de diversos grupos de interesse contrários ao acordo de livre comércio, quanto na etapa regional. A moção aprovada pelo Parlamento Europeu, nesta quarta-feira, dia 21 de janeiro, para que o Tribunal de Justiça da União Europeia avalie a conformidade do texto assinado indica que há um expressivo grupo com poder decisório para se opor à parceria com o bloco sul-americano.

Por outro lado, do ponto de vista do Mercosul,

a aprovação legislativa tende a ser menos conflitiva. Nos últimos 20 anos, o bloco firmou parcerias extrarregionais com a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta), Egito, Índia, Israel, Palestina, Singapura e União Aduaneira da África Austral. Apesar de alguns ainda não terem sido ratificados por todos os membros do Mercosul, não há registro de rejeição pelos parlamentos nacionais. Assim, a probabilidade de aprovação é muito alta, mas a variável decisiva é o tempo de tramitação.

Há também um componente geopolítico pouco mencionado, mas central para explicar por que o acordo foi assinado agora. A volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2025, reacendeu uma política exterior mais transacional e pressionou a Europa a ampliar margens de autonomia econômica. Ao priorizar tarifas, renegociar compromissos e agir de forma assertiva em áreas sensíveis — como a disputa pela Groenlândia, rica em minerais estratégicos —, Washington elevou o custo de inação para a União Europeia. Quanto mais a Europa se vê pressionada por seu principal aliado atlântico, mais racional se torna buscar parceiros comerciais estáveis fora do eixo EUA-Ásia. Paradoxalmente, a ofensiva diplomática e econômica de Trump acabou funcionando como impulso para destravar a assinatura do acordo com o Mercosul, ao reduzir resistências internas na UE e favorecer sua lógica de aprovação.

Por fim, a conclusão do acordo com a União Europeia produz um interesse renovado no restante da agenda externa do Mercosul — que é consenso mínimo encontrado entre seus membros ao longo de mais de uma década de indefinições que afetaram o arranjo regional. Os principais acordos que vêm sendo negociados são com Emirados Árabes Unidos, Canadá e Coreia do Sul, além de outros que estão em diferentes estágios de negociação. Dessa maneira, a rede comercial na qual o Mercosul se insere pode ser ampliada no futuro, apesar da fragmentação do sistema internacional.

Por um pacto político que resolva a questão fundiária na Amazônia



» SÉRGIO LEITÃO
Advogado, diretor-executivo do Instituto Escolhas. Foi assessor para temas indígenas e ambientais do governo FHC e diretor de Campanhas e de Políticas Públicas no Greenpeace Brasil (2005/2015)

Os esforços do atual governo levaram a uma queda de 11% no desmatamento no ano passado, em comparação a 2024, com uma perda de 5.796 quilômetros quadrados de floresta. Porém, é preciso reconhecer, como fez o **Correio Braziliense** em editorial na sua edição de 29 de dezembro de 2025, que “a perda de vegetação nativa segue elevada, com consequências diretas para a biodiversidade, o clima global e a qualidade de vida”.

A permanência da “prática antiga” do desmatamento é um capítulo inalterado da história fundiária do Brasil, onde a derrubada da floresta, como acontece desde o período colonial, é o que justifica a obtenção do título de propriedade para quem ocupou ilegalmente terras públicas. Enquanto houver terras públicas disponíveis para serem cobiçadas, sem que o governo cumpra com a obrigação de definir a sua destinação, o desmatamento continuará sendo peça central na engrenagem de ocupação da Amazônia.

Estudo do Instituto Escolhas mostrou que, na Amazônia, um quarto do seu território, ou 118 milhões de hectares, área maior do que a Região Sudeste, é composto de terras públicas sem destinação, vulneráveis à ocupação desordenada e predatória. Desses, 59 milhões de hectares contam com grandes extensões de florestas que devem ser destinados à conservação ambiental e ao uso coletivo sustentável.

Em 56 milhões de hectares, existem áreas desmatadas e ocupadas. Em 33 milhões de hectares, as ocupações são inferiores a 2.500 hectares e com desmatamento anterior a 2008, onde, de acordo com a lei, a regularização fundiária pode ser feita. Já nos 23 milhões de hectares restantes, ocorre o oposto, o que impediria a expedição dos títulos, levando a consequente retirada dos ocupantes legais.

Mas o coquetel explosivo da falta de vontade do poder público misturado com a dificuldade real para dar conta da tarefa gigantesca de desocupar, por exemplo, uma extensão de 23 milhões de hectares joga água no moinho da pressão constante para uma regularização fundiária quase que forçada, o que sempre leva a mudanças nas regras da lei para tornar legal o que até então era ilegal.

Prova disso é que o presidente Lula, em seu segundo mandato, assinou a Medida Provisória (MP) 458, de fevereiro de 2009, alterando as regras de regularização da ocupação de terras públicas na Amazônia. Já o presidente Temer fez o mesmo com a MP 759, de dezembro de 2016, o que voltou a se repetir no governo Bolsonaro com a MP 910, de dezembro de 2019.

Quando presidentes tão diferentes que nem água e azeite como Bolsonaro, Temer e Lula assinam três medidas provisórias legalizando a ocupação de terras públicas na Amazônia, recaindo sobre uma extensão de mais de 100 milhões de hectares, é possível ter a exata dimensão da força política que gravita em torno da questão fundiária na região.

Mas, se o problema vem desde a Colônia e se arrasta sem solução desde então, mexendo com interesses tão poderosos que fazem diversos governos, de correntes políticas antagônicas, se sucederem nos últimos anos em iniciativas para a regularização de terras ocupadas na Amazônia, é possível debater propostas para resolvê-lo e que o desmatamento possa, enfim, acabar?

Pois é justamente o que precisamos fazer agora no ano em que o Brasil escolherá o próximo presidente da República, governadores dos estados e renovará a composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

É necessário que o presidente que governará o país a partir de 2027 lidere uma ampla discussão com os governos estaduais, com o Congresso Nacional, com representantes do agronegócio e com a sociedade civil sobre o que precisa ser feito para ordenar o uso das terras públicas na Amazônia, o que é fundamental para proteger a floresta, garantir direitos territoriais e reduzir conflitos.

Precisamos de um grande pacto político que coíba novas invasões e retire da ilegalidade um enorme contingente de pessoas que hoje já estão ocupando as terras amazônicas, o que dará fim à rotina interminável de criação de leis de regularização fundiária que premiam quem desmata.

É esse grande acordo político que permitirá que o Brasil alcance a meta ambiciosa de acabar com o desmatamento, deixando-o apenas como uma memória do que se fazia no passado. Essa ambição precisa fazer parte das prioridades do mandato do nosso próximo presidente da República.



Omissão legislativa lança urnas ao far west digital



» MARCELO SENISE
Sociólogo e presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria)

Minha jornada de quase quatro décadas no marketing político mostra-me uma realidade inquestionável: as eleições de 2026 não serão uma mera evolução, serão uma ruptura sísmica. O cenário político brasileiro adentra um território sem precedentes, reescrito pela velocidade vertiginosa e pela capacidade quase divina da inteligência artificial (IA). A paralisia legislativa da Câmara dos Deputados nos deixou à beira de um abismo legal. Caminhamos, a passos largos, para um "far west digital" eleitoral.

O que foi válido ontem, hoje é um risco. As campanhas não são mais decididas nos palanques, são travadas em um campo de batalha invisível. As ameaças de 2026 são múltiplas e sofisticadas: de deepfakes e voicemails falsos, capazes de aniquilar a credibilidade em tempo real, a exércitos de bots e perfis falsos que, por meio do astroturfing, sufocam o debate autêntico. Mais insidioso ainda é o microtargeting psicológico — uma cirurgia de precisão nas emoções dos eleitores —, em que a propaganda sutil desvia decisões conscientes. Vivemos em bolhas de filtro, e neurobots

atuam como engenheiros de emoções. Essa combinação mina os pilares institucionais, gerando um ambiente onde o ceticismo é a norma e a verdade, um conceito em erosão.

O alerta é claro: a "janela para blindar legalmente as eleições de 2026 se fechou". O prazo legal esgotou-se. A oportunidade de estabelecer diretrizes eficazes sobre o uso de tecnologias disruptivas simplesmente sumiu. Essa inércia legislativa não é apenas uma falha, é uma condenação estrutural que escancara a vulnerabilidade do nosso sistema. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), embora bem-intencionado, se vê em xeque: suas normativas, predominantemente reativas, são como um band-aid em uma hemorragia, focando na gestão de crises instaladas, não na prevenção. E essa lentidão na atualização cria uma defasagem explorada por atores menos éticos.

O Brasil não é o primeiro a enfrentar esses desafios. Outras democracias, como Estados Unidos, Índia e Europa, foram campos de testes para as táticas mais insidiosas da manipulação digital (como o escândalo da Cambridge Analytica e deepfakes). Enquanto esses países lutam para criar arcabouços legais, o Brasil se prepara para um pleito crucial com uma defasagem regulatória alarmante, sem o resguardo legal mínimo.

Nesse cenário de far west digital, candidatos, partidos e o eleitorado tornam-se alvos vulneráveis. Ataques orquestrados explorarão essa falta de controle para disseminar narrativas distorcidas e manipular a percepção pública. Os danos atingem a essência da autonomia individual, desviando

eleitores de escolhas informadas e conscientes. A normalização do caos gera um cidadão cada vez mais cético e desconfiado, criando um ciclo vicioso que ameaça o contrato social que fundamenta a própria democracia representativa no Brasil.

Embora o relógio da lei tenha escorrido, a defesa não pode ser negligenciada. As estratégias de campanha clássicas são obsoletas. O imperativo agora é consolidar mecanismos robustos, erguendo uma fortaleza invisível. A criação de uma estrutura autônoma e multidisciplinar — o que chamo de núcleo de blindagem e sala de guerra digital — não é um investimento estratégico, é um investimento existencial. É a única linha de defesa capaz de enfrentar a rapidez e a precisão das ofensivas digitais. A IA, que é a arma do adversário, deve se tornar nosso escudo mais poderoso. Mas, acima de tudo, a moralidade, a transparência e a educação do eleitor são as armas mais afiadas para edificar fortalezas cognitivas e manter a soberania popular intacta.

A responsabilidade por proteger a democracia é de todos. Em um cenário em que a lentidão da lei nos deixou expostos, a proatividade, a inteligência estratégica e a coragem de lutar pela integridade do processo eleitoral são as únicas garantias de que o pleito de 2026 será a genuína expressão da vontade popular, e não uma miragem digital manipulada. A história nos aguarda, mas não esperará por aqueles que se recusam a ver o futuro. A escolha entre construir uma defesa eficaz e ceder ao caos tecnológico definirá o futuro do Brasil que queremos — ou o país que tememos.

Falhas genéticas comuns ameaçam gestações

Cientistas descobrem fortes conexões entre falhas genéticas no DNA de mães e pais e problemas que levam à interrupção espontânea da gravidez. Conclusão abre caminho para avanços nos cuidados com a fertilidade

» ISABELLA ALMEIDA

Cientistas liderados por equipe da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, descobriram que falhas genéticas comuns no DNA de mães e pais favorecem a perda gestacional. A conclusão é de que genitores com erros no DNA podem gerar óvulos e espermatozoides com problemas, que, por sua vez, dão origem a embriões com ausência ou excesso de cromossomos — as aneuploidias, uma das principais causas de abortos espontâneos. Para investigar essa questão, a equipe avaliou dados genéticos de quase 140 mil embriões de fertilização in vitro (FIV). O trabalho foi publicado ontem na revista *Nature*.

Segundo a publicação, a grande quantidade de dados permitiu à equipe demonstrar fortes conexões entre variações específicas no DNA dos genitores, sobretudo da mãe, e o risco de aborto espontâneo. “Esse trabalho fornece a evidência mais clara até o momento das vias moleculares pelas quais surge o risco variável de erros cromossômicos em humanos”, disse o autor sênior, Rajiv McCoy, biólogo computacional da Johns Hopkins especializado em genética da reprodução humana. “Essas descobertas aprofundam nossa compreensão dos estágios iniciais do desenvolvimento humano e abrem caminho para futuros avanços na genética reprodutiva e nos cuidados com a fertilidade.”

A perda gestacional em humanos é comum, com cerca de 15% das gravidezes resultando em aborto espontâneo e muitas outras concepções perdidas em estágios iniciais sem que as pessoas percebam. A maioria dos erros cromossômicos tem origem no óvulo, e a frequência aumenta com a idade da mãe. Para descobrir como diferenças genéticas podem predispor uma pessoa a produzir gametas com falhas genéticas, a equipe estudou dados de uma empresa que testa a viabilidade de embriões fertilizados in vitro por meio da análise do DNA dos pais. Os pesquisadores estudaram 139 mil gametas fecundados de 23 mil casais e criaram um software para encontrar padrões.

“O poder reside, aqui, no enorme tamanho das amostras. Isso nos permitiu a escala e a resolução necessárias para descobrir várias das primeiras associações bem caracterizadas entre o DNA da mãe e o risco de ela produzir embriões que não sobreviverão”, frisou McCoy.

Além da idade

Bruno Ramalho, ginecologista especialista em reprodução assistida e professor adjunto do Centro Universitário de Brasília (Ceub), reforça que, “ao ampliar o foco de investigação, olha-se para os óvulos novos, que também podem perder a capacidade de serem fecundados, por diversos

Freepik



Casal com teste de gravidez: cerca de 15% das gestações resultam em aborto espontâneo, muitas em estágio inicial

motivos. Penso que (o estudo), não tira o peso da idade materna na fecundidade, mas amplia a atenção para outros aspectos, para além do envelhecimento”.

A equipe descobriu que as associações mais fortes surgem em genes que determinam como os cromossomos se emparelham, recombina e são mantidos unidos durante a formação do óvulo, incluindo o gene SMC1B, que codifica parte da estrutura em forma de anel que circunda e une os cromossomos. Se a função desse gene falha durante a produção do gameta, o óvulo criado pode ser defeituoso, e assim, favorecer a aneuploidia do feto gerado a partir de sua fecundação.

Segundo os cientistas, os genes destacados na pesquisa são os mesmos que biólogos detalharam ao longo de décadas como essenciais para a recombinação e a coesão cromossômica em animais modelos, como camundongos. Além disso, eles sublinham que essas mesmas variantes genéticas que influenciam o risco de perda gestacional também estão associadas à recombinação, o processo de embaralhamento genético que gera diversidade quando óvulos e espermatozoides são produzidos.

Alfonso Massaguer, ginecologista e



Esse tipo de pesquisa pode mudar de forma decisiva a avaliação pré-concepcional, modificar o risco associado à idade e impactar as gestações por via natural ou por reprodução assistida”

Gustavo Guida, geneticista

obstetra especialista em reprodução humana, frisa que há décadas já se sabe que a principal causa da perda gestacional são as alterações cromossômicas no embrião. “Quando a análise embrionária passou a fazer parte da rotina da fertilização in vitro, há cerca de 10 a 15 anos, ficou evidente

que muitas mulheres produzem um número significativo de embriões geneticamente alterados, o que explica tanto a dificuldade para engravidar quanto a ocorrência de abortamentos. Com esses dados em mãos, percebemos que o abortamento é, na verdade, apenas a ponta do iceberg.”

Para Gustavo Guida, médico geneticista da Dasa Genômica, a compreensão dos mecanismos envolvidos oferece a primeira chance de desenvolver terapias que atuem diretamente na causa das aneuploidias. “É um longo caminho entre o conhecimento da fisiologia e o desenvolvimento de uma terapia, mas podemos dizer que essa passo a ser uma possibilidade real. Esse tipo de pesquisa pode mudar de forma decisiva como é feita a avaliação pré-concepcional das mulheres, modificar o risco associado à idade e impactar as gestações por via natural ou por reprodução assistida.”

Agora, a equipe estuda variações raras nos genomas materno e paterno que podem ter efeitos maiores no risco de aneuploidia. Eles também estão usando novas tecnologias para entender melhor como até mesmo pequenas alterações genéticas, pouco compreendidas, contribuem para a perda gestacional.

Eu acho...

“Temos evoluído muito na seleção embrionária e na identificação de pequenos problemas genéticos, de novas vias de erro, e no entendimento de por que essas falhas acontecem. Não se trata apenas de descartar embriões que sabemos que são geneticamente alterados, mas, quando entendemos essas vias, podemos dar um passo à frente e pensar, inclusive, em correções embrionárias in vitro.”

Luiz Fernando Pina, ginecologista especialista em reprodução humana e endometriose e diretor da Baby Center Medicina Reprodutiva, em São Paulo

Palavra de especialista



Arquivo pessoal

Caminho longo

“A medicina reprodutiva está em constante evolução, e as pesquisas são fundamentais para aprimorar a prática clínica e oferecer novas esperanças aos pacientes. Muitos abortos espontâneos recorrentes em mulheres ocorrem sem uma causa aparente, evidenciando a complexidade dos fatores envolvidos na reprodução humana. Compreensão e identificação de genes potencialmente críticos para a formação e manutenção da integridade cromossômica dos embriões podem nos ajudar a entender por que algumas mulheres são mais suscetíveis a perdas gestacionais, mas ainda estamos distantes de implementar abordagens terapêuticas personalizadas que realmente aumentem as chances de sucesso das técnicas de reprodução assistida nesses casos.”

Natália Paes, ginecologista e especialista em reprodução assistida da Maternidade Brasília

ESPERANÇA

Bloqueio a células cerebrais pode “segurar” glioblastoma

Pesquisadores da Universidade McMaster, no Canadá, descobriram uma nova maneira de retardar o crescimento do glioblastoma, a forma mais agressiva e atualmente incurável de câncer cerebral. Além disso, a equipe identificou um medicamento já existente que pode ajudar no tratamento. O artigo foi publicado ontem na revista *Neuron*.

A pesquisa revela que algumas células cerebrais, antes consideradas apenas auxiliares na função nervosa saudável, na verdade contribuem para o crescimento e disseminação do glioblastoma. Os pesquisadores descobriram que essas estruturas enviam sinais que fortalecem o tumor. Ao bloquear essa comunicação em modelos de laboratório, o crescimento do câncer foi retardado.

O estudo sugere que um medicamento já existente para o HIV poderia ser reaproveitado para interromper essa comunicação e auxiliar no tratamento para pacientes que, atualmente, têm poucas alternativas. Conforme os autores, o prognóstico para o glioblastoma é ruim, com uma sobrevida média de apenas alguns meses.

“O glioblastoma não é apenas uma

massa de células cancerígenas, é um ecossistema”, afirma Sheila Singh, coautora do estudo e professora na Universidade McMaster. “Ao decodificar como essas células se comunicam, descobrimos uma vulnerabilidade que pode ser alvo de um medicamento já disponível no mercado.”

Conforme os cientistas, o glioblastoma cresce formando uma rede de células que se comunicam e se apoiam mutuamente, e a interrupção dessas conexões pode retardar o câncer. Para o estudo, eles se empenharam em descobrir quais dessas estruturas cerebrais estão envolvidas no processo.

Os pesquisadores notaram que um tipo de célula chamada oligodendrócito, normalmente responsável por proteger as fibras nervosas, pode mudar de função e apoiar o crescimento do tumor. Essas estruturas se comunicam com o câncer por meio de um sistema de sinalização específico, criando um ambiente que permite que o tumor prospere. Quando os pesquisadores bloquearam essa comunicação em modelos de laboratório, o câncer diminuiu significativamente de crescimento, demonstrando que essa interação é crucial para a sobrevivência do glioblastoma.

Alternativa descoberta

O que torna essa descoberta especialmente promissora é que o sistema de sinalização envolve um receptor chamado CCR5, que já é alvo de um medicamento existente para o HIV chamado Maraviroc. Isso significa que um medicamento já aprovado e amplamente utilizado poderia potencialmente ser reaproveitado para tratar o glioblastoma, oferecendo esperança de um progresso mais rápido em direção a novas terapias.

“O ecossistema celular dentro do glioblastoma é muito mais dinâmico do que se imaginava. Ao desvendarmos uma parte importante da biologia do câncer, também identificamos um potencial alvo terapêutico que poderia ser tratado com um medicamento já existente. Essa descoberta abre um caminho promissor para explorar se o bloqueio dessa via pode acelerar o desenvolvimento de novas opções de tratamento para os pacientes”, disse Jason Moffat, coautor sênior do estudo, cientista sênior e chefe do programa de Genética e Biologia Genômica do SickKids.



Freepix/Divulgação

Glioblastoma é hoje a forma mais agressiva — e incurável — de câncer no cérebro

MORTES NO HOSPITAL

Hipótese de assassinatos “por prazer” é a mais forte

Acusado de matar três pacientes de UTI, o técnico de enfermagem Marcos Vinícius tinha rotina comum, segundo vizinhos. Polícia Civil trabalha em várias linhas de investigação, incluindo mais cúmplices e outras mortes

» DARCIANNE DIOGO
» ANA CAROLINA ALVES
» LETÍCIA MOUHAMAD

Em um apartamento do segundo andar de um residencial no Parque das Barragens, em Águas Lindas (GO), Marcos Vinícius Silva Barbosa de Araújo, 24 anos, passava despercebido entre a vizinhança. Morava com a esposa e saía, dia sim, dia não, para trabalhar no plantão das 7h às 19h no Hospital Anchieta, em Taguatinga. A rotina se repetiu por ao menos um ano. Até que, na madrugada de 12 de janeiro, o silêncio da rua foi interrompido por um barulho incomum: chutes na porta e os gritos de “polícia, deita, mão na cabeça.” Começava ali uma sequência de fatos que desmontaria aquela rotina.

Entre novembro e dezembro de 2025, Marcos Vinícius, na companhia de duas colegas de profissão — Amanda Rodrigues de Sousa, 28, e Marcela Camilly Alves da Silva, 22 —, matou três pacientes internados na UTI, na “ilha 3” do Anchieta. As vítimas, a professora aposentada Miranilde Pereira da Silva, 75; o servidor dos Correios Marcos Moreira, 33; e o servidor da Caesb João Clemente, 63, receberam, na veia, altas dosagens de uma substância química e sofreram paradas cardíacas súbitas.

A Polícia Civil também trabalha com a instauração de um novo inquérito policial para apurar se outras mortes podem ter sido provocada pelos acusados. O delegado Maurício Iacozzilli, da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa (CHPP), afirma que há várias linhas de investigação. Entre elas, a hipótese de que Marcos teria matado por prazer. “É a mais forte”, afirmou.

As investigações foram expandidas a todos que trabalham nos 100 leitos da unidade, a fim de apurar se há mais profissionais de saúde suspeitos de envolvimento nos crimes. “Mas, por enquanto, não há ninguém mais específico. Os autores também não delataram a participação de mais pessoas, mas esse é o procedimento”, destacou o delegado-chefe da CHPP, Wislei Salomão.

As três mortes ocorreram em pelo menos dois dias de plantão cumpridos por Marcos. Terminada a jornada, voltava para casa como de costume. Camuflava para a esposa, amigos e familiares a personalidade de uma pessoa “divertida” e “de bem com a vida”, segundo relataram ao **Correio** pessoas próximas a ele.

Aos domingos pela manhã, das 7h às 11h, o destino era quase sempre o mesmo. Participava da reunião de jovens em uma igreja evangélica localizada a 2,5km da casa dele. Os encontros, marcados por pregações e cânticos, reúnem cerca de 30 pessoas. Para quem o via, era um jovem dedicado à fé.

O **Correio** esteve em Águas Lindas, onde Marcos morava e congregava. Os vizinhos evitam descrição e limitam-se a dizer que viam. “Sempre quando saía para passear com os cachorros pela manhã, o via com a mochila nas costas. Acho que estava indo trabalhar”, afirmou uma moradora. O prédio onde residia com a mulher tem 10 apartamentos. Desde o dia da prisão, as luzes do imóvel permanecem apagadas.

Notícia impactante

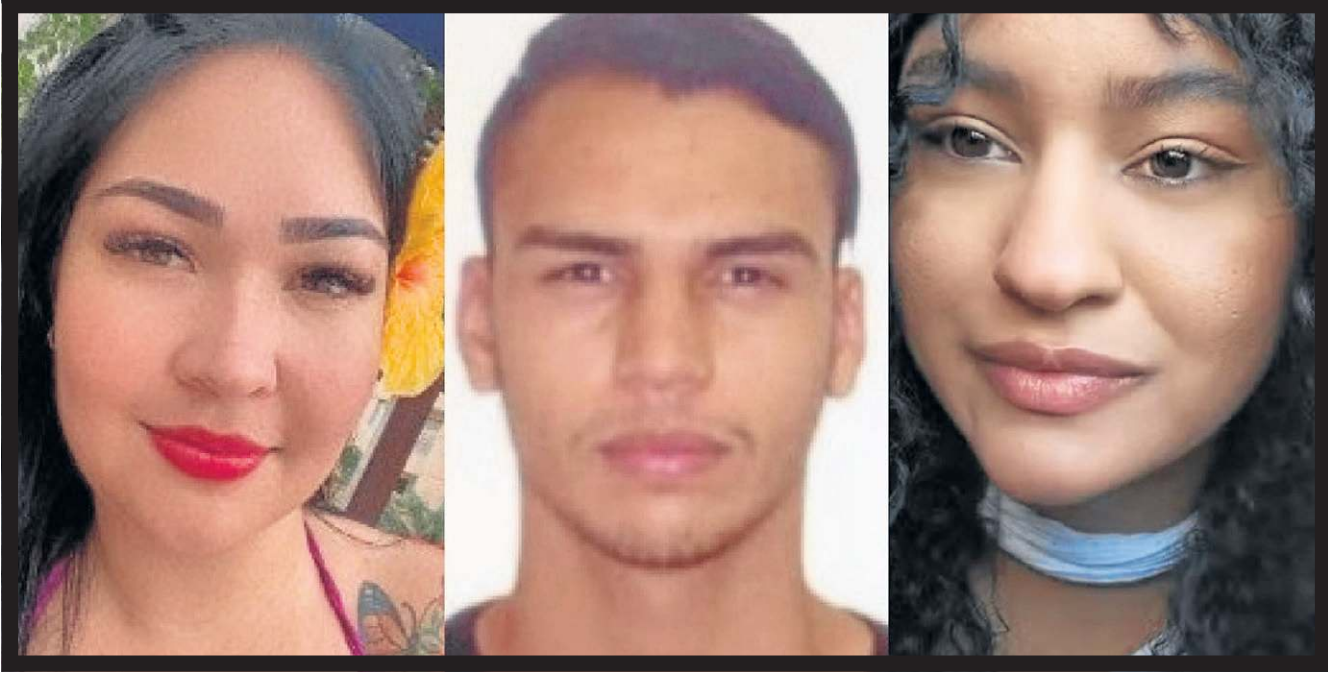
No hospital, a última vítima teria sido Marcos Moreira, servidor dos Correios. Ele deu entrada na unidade em 18 de no-

Redes sociais



As vítimas — Marcos Moreira, João Clemente e Miranildes da Silva — morreram entre novembro e dezembro de 2025

Reprodução/Redes sociais



Amanda, Marcos e Marcela são os três técnicos de enfermagem presos pelos crimes e atuavam na rede privada de saúde

vembro, com fortes dores abdominais. A suspeita inicial era de pancreatite, o que levou ao encaminhamento imediato para a UTI. Pouco depois da internação, sofreu duas paradas cardíacas. Permaneceu em estado grave até morrer, em 1º de dezembro, segundo informou o advogado da família, Vagner de Paula.

Após a morte do paciente, o setor de fiscalização do Anchieta detectou a conduta ilegal dos três técnicos. A comissão levou o caso à polícia e demitiu Marcos, Amanda e Marcela. Uma profissional de saúde relatou que, ao saber da exclusão do quadro de funcionários, Marcos deixou o hospital sorrindo.

Até então, ele não figurava como suspeito. Não tinha antecedentes criminais, ostentava um vasto currículo com passagens em hospitais particulares da capital e dedicava-se ao cristianismo. Era visto como uma pessoa comprometida.

No ensino médio, Marcos manifestava desejo declarado de seguir carreira na área da saúde. O relato é de uma ex-professora do investigado, que deu aulas para ele

durante o primeiro ano do ensino médio e acompanhou de perto seus planos profissionais. Segundo recorda a docente, o rapaz participou de uma atividade escolar em que os alunos deveriam apresentar trabalhos sobre a profissão que pretendiam seguir no futuro. Na ocasião, ele já cursava técnica em enfermagem e manifestava o objetivo de se tornar enfermeiro. “Ele apresentou o trabalho vestido de jaleco, falou que queria ser enfermeiro e que sonhava em estudar enfermagem na UnB”, relatou ao **Correio**.

Além do interesse acadêmico, a ex-professora descreveu Marcos como um aluno querido e bem relacionado. “Era uma pessoa solar, alegre, divertida, muito carinhosa. Ele andava sempre com as meninas, era muito afetuoso, e todos tinham muito carinho por ele”, afirmou. Segundo o relato, colegas e professores viam o jovem como alguém comunicativo e respeitoso no ambiente escolar. O choque ao reconhecer o ex-aluno em reportagens sobre o caso foi imediato.

“Quando vi a foto na notícia, pensei: eu conheço essa pessoa. Foi muito impactan-

te”, disse. A professora contou que passou a acompanhar as reportagens com atenção e se surpreendeu com as informações divulgadas até o momento, especialmente sobre o perfil das vítimas. Para ela, outro aspecto que causa perplexidade é o fato de o caso envolver mais de um profissional. “Muito difícil de entender”, afirmou, em referência às prisões temporárias das técnicas Amanda e Marcela.

Amanda e Marcela

A investigação também se debruça sobre o histórico das duas técnicas presas. Amanda Rodrigues de Sousa, uma das presas, passou por, ao menos, cinco hospitais privados do DF e um da rede pública de saúde. Em 2020, trabalhou no Hospital da Criança de Brasília por oito dias e pediu desligamento. Em 2024, participou de outro processo seletivo, foi aprovada e trabalhou no HCB por quatro meses. Após o período de experiência, foi desligada. Em 2025, concorreu em mais uma seleção da instituição e foi reprovada.

Possíveis penas

Segundo o professor de direito penal do Ibmec Brasília, Tédney Moreira, a responsabilização criminal dos técnicos de enfermagem investigados depende diretamente do resultado das apurações policiais. “Se ficar caracterizada imperícia, ou seja, erro técnico na atividade profissional, eles podem responder por homicídio culposo, cuja pena pode chegar a três anos de reclusão”, explicou. No entanto, caso seja comprovada a intenção de matar, os investigados poderão responder por homicídio doloso qualificado. “Nesse cenário, a pena varia de 12 a 30 anos, podendo ser agravada se houver meio cruel, recurso que dificultou a defesa da vítima ou motivação torpe ou fútil”, afirmou.

O especialista destacou ainda que a condição de profissionais da saúde pode agravar a punição em eventual condenação. “O Código Penal prevê aumento de pena de um terço quando o crime decorre de imperícia profissional. Já nos casos de homicídio doloso, esse mesmo aumento pode ser aplicado se a vítima tiver mais de 60 anos”, disse. Além disso, Tédney Moreira ressaltou que também pode ser imputado o crime de exercício ilegal da arte farmacêutica, caso fique comprovado que os técnicos extrapolaram suas atribuições. “Nesse caso, a pena é de seis meses a dois anos de detenção, podendo haver multa se houver intenção de obtenção de lucro”, completou.

Sobre a possibilidade de punição em razão do número de vítimas, o professor explicou que as penas podem ser somadas. “Os réus respondem por cada uma das vítimas. Se ficar comprovado que os homicídios ocorreram por ações distintas, aplica-se o concurso material, com soma das penas. Se houver continuidade delitiva, com mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, aplica-se uma única pena, aumentada de um sexto a dois terços”, detalhou.

No campo cível, ele destacou que os familiares podem buscar indenização não apenas contra os técnicos, mas também contra o hospital. “Embora não haja responsabilidade penal da instituição, na esfera cível o hospital pode ser responsabilizado objetivamente, desde que comprovada a falha na prestação do serviço”, concluiu.

O Conselho Regional de Enfermagem (Coren-DF) solicitou à polícia acesso aos autos do processo, que corre sob sigilo. A depender das conclusões, a penalidade aos envolvidos pode variar de advertência à cassação definitiva do registro profissional.

Conforme informações de uma rede social, no período em que foi presa, Amanda trabalhava na UTI para adultos de um hospital particular localizado em Taguatinga e na Asa Norte, onde atuou por nove meses. No Anchieta, ela passou pouco mais de um mês, tempo semelhante ao que Marcos trabalhou nesta mesma instituição. Nos demais hospitais — com unidades localizadas na Asa Sul, Asa Norte, Taguatinga Sul, Lago Sul, Águas Claras e Gama —, a suspeita tinha como funções a administração de medicações, o atendimento aos pacientes e serviços ligados à enfermagem cirúrgica.

Assim como Amanda, Marcela tentou ingressar na instituição como jovem aprendiz, em junho de 2022, mas foi eliminada. Marcos tentou uma vaga de técnico de enfermagem no Hospital de Base, por meio do processo seletivo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (IgesDF), em setembro de 2024, porém também foi reprovado. O Iges confirmou ao **Correio**, em nota, que “os três técnicos de enfermagem suspeitos nunca tiveram nenhum vínculo empregatício com o Instituto”.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Aniversário de aquariano

Em dia de aniversário, eu pareço bicho-do-mato, tento fugir de todas as formalidades inerentes à data. Havia um colega de redação que, sabedor da suscetibilidade, botava o dedo na ferida. De cinco em cinco minutos, berrava a plenos pulmões: “Gente, ainda não falei, mas hoje é o aniversário do...”

Gostaria de me explicar. É que sou aquariano, não aprecio as convenções sociais.

Tenho uma amiga que nega com veemência a astrologia como total mistificação a ser repudiada sumariamente. No entanto, ela é a prova mais cabal da força e da influência dos astros sobre uma pessoa. Ilustra, em carne e osso, a cada instante, as qualidades e as vulnerabilidades do seu signo.

Pois bem, sou o clichê do aquariano. Qualquer manual barato registra, com todas as letras, as minhas supostas qualidades e os meus defeitos reais. Sou um repórter distraído. Um amigo já afirmou, com muita pertinência: “O Severino é uma pessoa com os pés no chão. De Marte”.

Tenho um outro amigo ainda mais desligado que, em certo ano, esqueceu o dia

do aniversário. Um colega lhe deu parabéns. E ele respondeu: “Por quê?”. Porque é o dia do seu aniversário, maluco!

Pelo que dizem, assimilei em altas doses outra característica do signo: a excêntrica. Mas pode ser que existam razões detrás da aparente loucura. Não tenho apreço por aniversário porque me desagrada ser tratado de maneira especial somente por causa da chamada data natalícia.

Recorro ao ilustre colega de signo, o aquariano Lewis Carroll, que diz, em *Alice no país das maravilhas*, ser melhor comemorar a data de não aniversário do que de aniversário, pois, assim, se tornaria possível ganhar presentes em 364 dias por ano.

De minha parte, na mesma linha, considero que as pessoas da minha afeição merecem atenções especiais todos os dias, e não apenas na data do aniversário. Tento dispensar a elas esse cuidado e essa distinção. Também não me importo de ganhar presentes convencionais.

Os melhores que a vida me deu são os amores, a família, os amigos e as amigas, pois partilham, amparam, inspiram e engrandecem. É muito bom ter pessoas que te admiram e gostam de você de verdade.

Passei o aniversário confinado, mas cercado de afeto. Os meus dois netos, Judá, de 8 anos, e Aurora, de 12, me deram presentes. Mas, na verdade, eles são os maiores

presentes possíveis. Porque espalham alegria e vida em nossa vida.

E, finalmente, gostaria de brindar aqui às amigas e aos amigos (vivos ou não) de que me lembro neste momento: Gioconda Caputo, Vladimir Carvalho, Armando Freitas Filho, Hugo Nitroglicerina e Wagner Hermusche. Nós não precisamos tomar nenhum aditivo químico. Somos caretas pilhados pela própria natureza, já nascemos com LSD genético. Mais do que nunca, nesse mundo dominado por gente aloprada, armada de arsenais nucleares capazes de destruir o planeta muitas vezes, é preciso celebrar cada dia de vida.

CRIME / Estudante de economia da UnB disse que cometeu o crime por impulso; que foi diagnosticado, na adolescência, com depressão e ansiedade, e a mãe o perturbava com barulhos. Ele teve a prisão preventiva decretada pela Justiça

Filho mata a mãe a facada

» DAVI CRUZ
» DARCIANNE DIOGO
» WALKYRIA LAGACI

Um crime brutal chocou moradores do Guará II na última terça-feira. Maria Elenice de Queiroz, 61 anos, foi morta com um golpe de faca no pescoço, dentro do apartamento onde morava, na QE 40, Rua 10, no Polo de Modas. O autor do ataque foi o próprio filho, Vinícius de Queiroz Nogueira Dourado, 23, que foi preso em flagrante. O caso é investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal como feminicídio. É o segundo crime do tipo em 2026. O velório da vítima ocorre hoje (22), na Capela 4, das 9h às 11h, com sepultamento previsto para as 11h30.

A tragédia aconteceu por volta das 20h. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) foi acionado às 20h54 e mobilizou duas viaturas de socorro até o local. Ao chegarem, os militares encontraram Maria Elenice caída com ferimentos causados por arma branca. A vítima já estava em parada cardiorrespiratória e, apesar dos esforços de reanimação realizados pela equipe, não resistiu aos ferimentos e teve a morte confirmada.

Após o atendimento dos bombeiros, a área foi isolada pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Segundo um tenente dos bombeiros, Vinícius foi encontrado sentado no sofá do apartamento, com a feição tranquila. O estudante de economia da Universidade de Brasília (UnB) foi preso em flagrante e encaminhado à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), onde prestou depoimento.

De acordo com informações da Polícia Militar, não houve discussão

prévia antes do crime. Segundo as investigações, o criminoso teria entrado no quarto da mãe e a atacado de forma repentina. Uma tia do autor, de 80 anos, também estava no apartamento no momento do ocorrido e ficou em estado de choque.

Versão

Vinícius de Queiroz passou por audiência de custódia ontem e teve a prisão convertida para preventiva. À polícia ele afirmou que o ataque foi motivado por um impulso. “Foi um impulso. Nós temos personalidades diferentes, ela fala bem alto, e eu tenho um pouco de sensibilidade. Acabou que eu ataquei”, relatou. Ele também afirmou que havia sonhado com a situação outras vezes antes do crime. “Essa cena não é estranha, como se eu já tivesse visto antes”, disse.

Questionado se aquela era a primeira vez que sentia vontade de cometer o ataque, respondeu que não. “Antes, eu conseguia controlar. Eu ficava muito deprimido ou esmurrava alguma coisa”, declarou. O autor ainda mencionou o incômodo com barulhos altos e sensação de invasão de privacidade.

Em depoimento, o jovem contou, ainda, que foi diagnosticado, na adolescência, com ansiedade e depressão, mas que, atualmente, não fazia uso de medicação. Segundo ele, os remédios chegaram a causar efeitos colaterais, como sonolência excessiva, o que teria atrapalhado sua rotina na universidade.

Choque

Maria Elenice era mãe de dois filhos e muito conhecida na região.

Reprodução/Redes Sociais



O corpo de Maria Elenice de Queiroz, 61 anos, foi encontrado no apartamento onde morava, no Guará

Reprodução



O estudante Vinícius de Queiroz Nogueira Dourado, 23 anos

Desde 2007, ela administrava um espaço de alimentação saudável, no Guará, e era descrita por amigos como apaixonada pelo trabalho. Nas

redes sociais, mantinha uma página onde compartilhava vídeos preparando shakes e outros alimentos. Após o crime, um comunicado foi publicado no perfil da loja: “É difícil expressar em palavras a tristeza que estamos sentindo nesse momento tão adverso”.

Moradores e comerciantes da região do Polo de Modas, do Guará II, ainda tentam assimilar o crime que chocou a comunidade. A vítima era vista como uma pessoa querida e próxima dos vizinhos. O sentimento predominante entre quem convivia com a família é de incredulidade. “Uma pessoa excelente. Sempre que passava aqui em frente brincava com a gente. Ele (o filho) era um pouco mais quieto, mas nunca esperei que poderia fazer algo assim. Foi uma tragédia”, relatou o comerciante Paulo Afonso,

68, dono de um restaurante.

O vizinho contou que soube do ocorrido ao chegar para trabalhar. “Eu ouvi na rádio o que tinha acontecido. Mas nunca imaginei que seria aqui ao lado do restaurante. Estou em choque com toda essa situação”, contou.

Segundo Paulo, a família havia comentado que o jovem enfrentava problemas de saúde mental. “A mãe dele veio explicar para mim que ele tinha esquizofrenia e tomava remédio direito. Era um cara que só vivia estudando, estudando, estudando”, relatou, reforçando que jamais imaginou um desfecho tão violento.

Outro vizinho, que preferiu não se identificar, relatou o choque ao tomar conhecimento do ocorrido. “É uma coisa muito pesada. A gente nunca imagina que algo assim possa

acontecer tão perto da nossa casa. Não nos conhecíamos muito, mas sempre a via passando aqui em frente. Tinha um semblante de uma pessoa muito boa”, afirmou.

Ele afirmou que percebeu a movimentação intensa de viaturas da Polícia Militar e dos bombeiros por volta das 20h30. “Foi muita gente chegando e, logo, percebemos aquele barulho diferente. Depois que contaram o que tinha acontecido, o clima ficou carregado. É um choque muito grande para nós”, disse.

Feminicídios

No último domingo (18), Marlon Carvalho da Rocha foi preso pelo assassinato da adolescente Ester Silva, de 14 anos, em Planaltina — primeiro caso de feminicídio em 2026, no Distrito Federal. No ano passado, segundo o Painel de Feminicídio da Secretaria de Segurança Pública, o estado teve 23 mortes confirmadas, e cinco casos seguem em análise.

A jovem foi encontrada morta com sinais de violência no pescoço e no rosto. De acordo com a Polícia Militar, o suspeito mantinha um relacionamento recente com a mãe da adolescente e cumpria prisão domiciliar desde outubro do ano passado. Após o crime, ele teria fugido levando objetos da residência, entre eles aparelhos eletrônicos, que foram localizados com auxílio de rastreamento por GPS.

A prisão foi convertida em preventiva na última terça (20), pelo Tribunal do Júri de Planaltina. A medida cautelar foi tomada com o intuito de evitar que o criminoso destruza provas, intimide testemunhas ou cometa novos crimes.

Caminhão carregado de soja tomba após colisão e interdita BR-020, na altura do Colorado

» Um caminhão carregado com soja colidiu com três carros e uma motocicleta na BR-020, sentido Asa Norte, na descida do Colorado, por volta das 14h de ontem. Com o impacto, o caminhão tombou. A carga se espalhou pela pista e provocou a interdição da rodovia no sentido Plano Piloto, deixando o trânsito travado na região. De acordo com a equipe do Corpo de Bombeiros (CBMDF), não houve feridos. Após o atendimento, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) foram acionados para manter o controle e a segurança da área. Os bombeiros ficaram responsáveis pelo trabalho de retirada da soja e limpeza da via para a liberação do tráfego. Não foram divulgadas informações sobre a causa do acidente.

Ed Alves/CB/D.A Press



Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 21 de janeiro de 2026

» Campo da Esperança

Bernardino Custódio, 90 anos
Carlito Gomes da Silva, 70 anos
Carlos Antunes Correa, 84 anos
Francisca Borges de Barros, 62 anos
Francisco José Genésio Barroso, 68 anos
Iris Maria Giorgis Bulli, 87 anos
Jacihan Soares de Oliveira, 63 anos
Josefa Severina da Silva Chagas, 66 anos
Leivi Simão de Souza, 69 anos
Marcília Bergallo, 94 anos
Marcos Jose Oliveira Tareo, 63 anos
Nelson João Santos de Carvalho, 80 anos

Rafael Jose Teixeira Junior, 45 anos
Suely Cardoso Gomes de Oliveira, 67 anos

» Taguatinga

Benedito Diniz da Cunha, 74 anos
Damião Dias, 82 anos
Edglei Feitoza do Nascimento, 49 anos
Gabriel Inácio da Costa, 35 anos
Gabriel Ribeiro Faer, 33 anos
Gilmar Sousa do Nascimento, 58 anos
Ivone de Oliveira Dias da Costa, 51 anos
José Perelha Magalhães, 91 anos
José Renildo dos Santos Sena, 57 anos

Leonisia de Menezes da Silva, 84 anos
Marcio Aurélio G. Fonseca, 47 anos
Maria Cecilia A. de Souza Bessa, menos de 1 ano
Maria Ilzete Siqueira Santos, 93 anos
Maxwell de Souza Dutra, 45 anos
Sergina Maria da Conceição, 95 anos
Tereza das Virgens Portela Dias, 73 anos

» Gama

Francisco Alves Pereira, 76 anos

» Planaltina

Manuely Afonso Pereira dos

Santos, menos de 1 ano
Temístocles de Sousa, 109 anos

» Brazlândia

Tarcizio Chaves de Araújo, 49 anos

» Sobradinho

Dom Felipe Bertoudo Moreno de Jesus, menos de 1 ano
Maria Helena Silva do Nascimento, menos de 1 ano
Teonília Brás de Sousa Salviano, 72 anos

» Jardim Metropolitano

Ramiro Neves, 89 anos
Antonio Silva Soledade de Souza, 87 anos (cremação)

ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90020/2025 – UASG 323028

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de planejamento operacional, organização e execução de eventos, receptivos e atividades correlatas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por 36 (trinta e seis) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. A abertura da sessão será às 10h00, do dia 06/02/2026, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sítios <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/ acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

ANDERSON VIERA MARTINS
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

Rinaldo Morelli/Agência CLDF



Distrital vai tirar licença para participar de fórum em Roma

O deputado distrital Martins Machado (Republicanos) vai tirar uma semana de licença na volta dos trabalhos legislativos para participar, em Roma, de evento intitulado United Freedom Forum (UFF). O parlamentar viaja com um assessor da Casa, Daniel Figueiredo Pinheiro, com as despesas de passagem, seis diárias e meia de hospedagem, seguro internacional de viagem e inscrições pagas pela Câmara Legislativa. Ele também terá mantido o salário correspondente ao período em que estará fora, de 2 a 8 de fevereiro. As despesas ainda não foram empenhadas.

Espaço de debates

Segundo informações do site do evento, o United Freedom Forum (UFF) é um espaço internacional de diálogo, articulação e construção de soluções voltadas à defesa da liberdade, da democracia e do desenvolvimento sustentável. O encontro será realizado em 6 e 7 de fevereiro e vai reunir lideranças políticas, especialistas, representantes da sociedade civil e formadores de opinião de diferentes países. Dois dias de evento saem a R\$ 1.885,00 por pessoa.

Mudança nas regras de ITBI

Nova lei promulgada no fim do ano estabelece o valor venal do imóvel para cálculo do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos (ITBI). A nova regra define que o cálculo do imposto devido seja feito com base no valor pelo “qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado”. A iniciativa da lei foi do deputado Thiago Manzoni (PL). O texto foi promulgado pelo presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz (MDB), depois da derrubada de veto do governador Ibaneis Rocha (MDB) à proposta.

Hugo Batista/Divulgação



Projeto para reduzir multas

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) apresentou projeto de lei que estabelece novos critérios para a aplicação de multas por excesso de velocidade no Distrito Federal. A proposta veda a cobrança de penalidades em vias que apresentem limites de velocidade distintos ao longo do mesmo trecho e proíbe autuações registradas por radares móveis. O texto também exige que o Detran-DF e o DER-DF apresentem estudos técnicos que comprovem a eficácia dos radares fixos na redução de acidentes.

Indústria da arrecadação

Segundo Roriz Neto, o objetivo é coibir abusos. “Nossa intenção não é acabar com a fiscalização, mas estabelecer critérios razoáveis e garantir segurança jurídica ao cidadão”, afirma o parlamentar. “A aplicação de multas por radares se tornou uma verdadeira indústria de arrecadação, e precisamos ficar atentos”, completa.

Divulgação



Espectáculo Rita Lee em Brasília

O espetáculo *Rita Lee — Uma autobiografia musical* chega a Brasília em 8 de fevereiro com uma dupla apresentação, após esgotar rapidamente os ingressos da primeira sessão, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A montagem, estrelada por Mel Lisboa, traça a trajetória da Rainha do Rock, que morreu em 2023, com referências ao parceiro de música e vida, Roberto de Carvalho, e representações de ícones da cultura popular brasileira, como Ney Matogrosso, Hebe Camargo, Elis Regina, Gal Costa, Raul Seixas e Gilberto Gil. As apresentações também serão no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com ingressos de R\$ 70 a R\$ 400 (meia-entrada).



À QUEIMA-ROUPA

MICHEL PLATINI,
ativista de
direitos humanos,
militante do PSol

Instagram/@michelplatinidf



“A saída do Fábio (Felix) da disputa à Câmara Legislativa não deixa vazio político, deixa responsabilidade. E ela está sendo assumida”

Como o PSol se prepara para as eleições à Câmara Legislativa sem a candidatura à reeleição do deputado Fábio Felix?

O PSol não recua. O PSol ocupa. A saída do Fábio da disputa à Câmara Legislativa não deixa vazio político, deixa responsabilidade. E ela está sendo assumida. Estamos construindo uma nominata forte, com candidaturas que têm lado, trajetória e enfrentamento. Caminhamos nas mesmas trincheiras que o Fábio sempre caminhou. O eleitorado que ele construiu não é órfão. Ele permanece no partido. E permanece com projeto.

Felix foi o deputado distrital mais votado da última eleição e agora deve concorrer a deputado federal. Há risco de dificultar a eleição de deputados do partido?

Nenhum. O risco seria o Fábio não disputar. Enquanto deputado distrital, não houve retrocessos para a população LGBTQIA+ no DF. Pelo contrário, avançamos. Aprovamos leis fundamentais, barramos ataques conservadores e garantimos que direitos não fossem retirados. Isso gerou consciência política. A comunidade entendeu, de forma muito clara, o quanto é estratégico ter representantes eleitos. A candidatura do Fábio a deputado federal fortalece o PSol e puxa o conjunto das candidaturas distritais.

Para quem devem ir os votos dele?

Para o PSol. Para quem deu resultado. Para quem enfrentou o conservadorismo de frente.

O próprio Fábio me convidou para ser seu legado na Câmara Legislativa e dar continuidade a esse trabalho. Isso não é simbólico, é político. É uma missão clara de manter a representação LGBTQIA+, manter a defesa dos direitos humanos e impedir qualquer tentativa de retrocesso. Esse voto tem lado e tem destino.

Pretende concorrer?

Sim. Sou pré-candidato a deputado distrital. Essa candidatura não nasce do acaso nem da vaidade. Nasce de um convite direto do Fábio Felix para dar continuidade ao trabalho que ele construiu na Câmara. Trago comigo a luta das ruas, dos movimentos sociais e o legado de quem construiu a esquerda no DF: Maninha, Érika Kokay, Toninho e o próprio Fábio. É continuidade com coragem.

Qual é a sua bandeira?

Direitos humanos sem relativização; defesa inegociável da população LGBTQIA+; proteção animal; direitos das pessoas com deficiência; política pública que enfrenta a desigualdade, enfrenta o conservadorismo e não governa para agradar elites.

O PSol já decidiu quem vai apoiar na disputa ao Palácio do Buriti?

O debate está em curso, mas uma coisa é definitiva: o DF precisa se libertar do projeto de Ibaneis. Foram oito anos tentando vender Brasília, privatizar serviços, governar contra o povo e a favor de interesses privados. Nossa tarefa eleitoral é derrotar esse projeto e reconstruir o DF com justiça social, democracia e direitos.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Realização de um sonho



Na terceira edição do vestibular 60+ da UnB, candidatas falam da felicidade da aprovação. Resultado foi divulgado ontem

» LARA COSTA

Fotos: Ed Alves/CB/DA Press



Marlene de Fátima Andrade, 67, museologia



Odine Ferreira de Souza, 65, ciências ambientais



Lígia de Fátima Silva, 66, que continuar ativa profissionalmente

Registro

Os(as) calouros(as) devem fazer o registro acadêmico a partir das 10h de hoje. O prazo vai até as 18h de amanhã, por meio do site cebraspe.org.br/vestibulares/VESTUNB_25_2_60MAIS.

mais tarde, depois de algumas interrupções. Quando soube do certame da Universidade de Brasília, tentou o ingresso duas vezes. Este ano, com uma boa pontuação, conseguiu entrar e destacou o desejo de continuar ativa profissionalmente. “Hoje, a qualidade de vida é melhor e a expectativa de vida tam-

bém aumentou”, disse. “Eu tenho a esperança de ainda ser uma profissional, estudar, trabalhar na minha área e estudar mais, me aperfeiçoar, me atualizar”, completou.

Luana, analista de sistemas de 29 anos e uma das filhas da aprovada, também é aluna da instituição e vibrou com a vitória da mãe. “Fui a primeira pessoa a entrar na UnB, e sei o tanto que o estudo muda a nossa vida. Quando apareceu essa oportunidade, eu a incentivei muito a entrar, trouxe em todos os vestibulares, a acompanhei e vi ela conquistar isso agora. Isso é muito importante, porque ela abdicou de muita coisa para nos criar e agora está aqui, não desistiu e mostra que é um exemplo grande, que não tem idade para irmos atrás dos nossos sonhos”, descreveu.

Surpresa

Enquanto isso, Marlene de Fátima Andrade, 67, comemorou a aprovação no curso de museologia, embora não acreditasse na possibilidade. “Fiz a prova no dia do meu aniversário, em 14 de dezembro. Brinquei que poderia ganhar esse presente, mas, de fato, não esperava”, celebrou a aposentada.

Ela contou que a escolha para museologia foi aleatória e, ao mesmo tempo, porque queria estudar sobre algum tema diferente do habitual. “Agora, eu vou fazer o curso com todo carinho e vou me formar ali quando eu tiver 70 anos, mas com certeza vou me graduar.”

De folga do trabalho, a bombeira militar Luiza, filha de 36 anos de Marlene, mostrou-se orgulhosa ao

falar sobre o resultado e a dedicação da mãe. “Fico muito feliz, porque é uma conquista muito importante, ela se esforçou, estudou da maneira dela, conseguiu olhar as redações. Principalmente pela prova ter caído no aniversário dela, foi uma surpresa, então, foi um dia muito importante e legal, gostei bastante”, disse, emocionada.

A aposentada Odine Ferreira de Souza, 65, foi a primeira colocada para ciências ambientais, após realizar o vestibular pela segunda vez. “Quero fazer um bom curso, gostar do que vou aprender e me manter com a mesma alegria com que estou entrando”, antecipou.

Odine se considera uma pessoa inquieta. A vontade de ingressar em uma faculdade surgiu quando percebeu que, mesmo fazendo ativida-

des físicas para se ocupar, sentia que faltava algo. Ela descobriu o vestibular 60+ pela UnB, projeto de extensão da UnB. “Fiz isso em busca de um envelhecer mais produtivo e, de certa forma, mostrando o meu potencial. Porque nós, pessoas com mais de 60 anos, temos um grande potencial e que precisa ser preenchido, demonstrado, praticado, vivido”, afirmou. “Eu necessitava manter essa qualidade de vida, que já era boa, mas precisava ser preenchida de alguma forma”, acrescentou.

Ela acompanhou a divulgação do resultado ao lado do marido e do filho. A conquista será comemorada em família. “Meu filho cursa ciências biológicas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e meu marido sempre me apoiou. Com certeza vamos celebrar juntos”, finalizou.



No fundo de um buraco ou de um poço,
acontece descobrir-se as estrelas.

Aristóteles



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

IA ajuda a impulsionar carreira profissional

O SENAI criou a Nai, uma plataforma gratuita de inteligência artificial para Carreira e Empregabilidade. Desenvolvida com tecnologia de IA do Google Cloud, a ferramenta analisa o perfil profissional dos usuários a partir de informações como currículo, histórico acadêmico e objetivos de carreira,



identificando competências, sugerindo capacitações e apontando áreas com boa empregabilidade. A iniciativa integra a parceria entre SENAI, Serviço Social da

Indústria (SESI) e Google Cloud, que prevê ações de transformação digital na educação profissional, na educação superior e em outros serviços voltados à indústria.

José Paulo Lacerda

Destaque salarial para serviço de aprendizagem na indústria

Estudo do Observatório Nacional da Indústria aponta que formados pelo SENAI recebem, em média, salários 10,2% superiores aos de outros profissionais que exercem a mesma função na indústria. Quando a comparação é feita sem distinção de setor, o diferencial salarial é de 8,2%, em média, e para trabalhadores admitidos há menos de 12 meses, o índice chega a 6,3%. No ensino superior, a vantagem salarial é ainda mais expressiva: quem se formou no SENAI recebe 17,3% a mais do que profissionais formados em outras instituições.

Competências técnicas atualizadas

“Isso confirma que a educação profissional de qualidade, como a ofertada pelo SENAI há 84 anos, amplia as chances de entrar no mercado de trabalho e de avançar na carreira profissional, sobretudo na indústria, onde são exigidas competências técnicas atualizadas”, afirma o diretor geral da entidade, Gustavo Leal.



Diploma técnico impulsiona salários no Centro-Oeste

Egressos do SENAI apresentam ganhos médios de 10,7%, com destaque para formação continuada (15%) e para cursos técnicos (8,8%) no Centro-Oeste. Já no Norte, o efeito geral chega a 9,5% na indústria. No Nordeste, o diferencial geral chega a 12%.

Fecomércio



Fecomércio



Fecomércio



Sindipel, Sindigêneros e Sindifeira reelegem seus presidentes

Os sindicatos empresariais que representam os segmentos de livrarias, papelerias, açougues, minimercados, floricultura e feiras do Distrito Federal reelegeram, nesta semana, seus atuais presidentes. José Aparecido Freire (Sindipel-DF), Joaquim do Santos (Sindigêneros-DF) e Francisco Valdenir (Sindifeira-DF) foram reconduzidos por unanimidade, em chapa única, para novo mandato até 2030. As posses ocorrerão entre fevereiro e março. As eleições dos 27 sindicatos empresariais antecedem a da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-DF), prevista para maio deste ano.

Representatividade no DF

- Sindipel - cerca de **2 mil** empresas
- Sindigêneros - cerca de **19 mil** empresas
- Sindifeira - **112** feiras públicas e privadas, que reúnem aproximadamente **30 mil** feirantes

Sebrae



Segmento da beleza lidera novos negócios

Cerca de 5 milhões de novos pequenos negócios foram abertos no Brasil em 2025. Um número recorde na história do empreendedorismo. Salões de cabeleireiro e outras empresas ligadas ao segmento de beleza têm o maior volume de novos CNPJs registrados. Levantamento feito pelo Sebrae nacional revela que, no total, foram cerca de 236 mil novas empresas — entre microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) — que se formalizaram em 2025. Por dia, a média é de 646 novos estabelecimentos e 27 unidades por hora. Em comparação ao ano anterior, o crescimento na abertura de novas empresas foi superior a 18%.

Biossegurança e bom atendimento

“É um mercado muito grande e o diferencial deve estar ligado aos cuidados com a biossegurança, esterilização dos materiais, limpeza, organização, muita gentileza e atendimento humanizado. É preciso ver cada cliente não como mais uma que vai deixar um valor monetário, mas uma pessoa que está sendo cuidada”, avalia Maria Consuelo Mello, analista de competitividade do Sebrae.

Data oficial de celebração

Na segunda-feira, 19 de janeiro, foi celebrado o Dia Nacional dos Profissionais da Beleza, que reconhece legalmente as ocupações de cabeleireiro, barbeiro, manicure, pedicure, depilador, maquiador e esteticista em todo o território nacional.



JANEIRO branco

DIÁLOGOS SOBRE A SAÚDE MENTAL NO BRASIL

O Janeiro Branco é uma campanha que busca colocar a saúde mental em pauta, lembrando que cuidar da mente é tão importante quanto cuidar do corpo. É nesse contexto que surge o evento “**Janeiro Branco: diálogos sobre a saúde mental no Brasil**”, um debate realizado pelo Correio Braziliense e que propõe olhar para o tema com responsabilidade, escuta e senso crítico.

29 • JAN

A PARTIR DAS 9H

AUDITÓRIO DO CORREIO BRAZILIENSE

SIG QD. 02 LOTE. 340

INSCRIÇÕES
GRATUITAS



Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

Produção:

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

Um MILHÃO na folia de BRASÍLIA



Carnavalescos se preparam para aumentar o número de pessoas nas ruas em relação ao ano passado, garantindo inclusão, segurança e diversidade, exigências legais para os blocos que utilizam recursos públicos

» VITÓRIA TORRES

Com foco em acessibilidade, combate ao assédio e valorização da cultura popular, Brasília se prepara para viver, em 2026, mais um carnaval de excelência. A expectativa é que cerca de 1 milhão de pessoas ocupem as ruas durante a festa, mais que o dobro do público registrado no ano passado, quando aproximadamente 400 mil foliões participaram das festas. Ao Podcast do **Correio** de ontem, o presidente da Liga dos Blocos Tradicionais de Brasília, Paulo Henrique de Oliveira, e a coordenadora do grupo Street Cadeirante, Carla Maia, explicaram que o crescimento, no entanto, vem acompanhado de um debate sobre como garantir que esse carnaval seja também um espaço de respeito, inclusão e segurança para todos. Aos jornalistas Mila Ferreira e José Carlos Vieira, eles detalharam as iniciativas adotadas pelos blocos e o que falta melhorar.

Entre os blocos que integram a Liga estão nomes tradicionais e já consolidados no calendário da cidade, como Pacotão, Galinho de Brasília, Baratona, Baratinha, Mãe Taguá, Menino de Ceilândia e Ase Dudu. Dentro desse universo, o bloco Portadores da Alegria, criado em 2015, se destaca como referência quando o assunto é inclusão de pessoas com deficiência e de suas famílias.

Segundo Paulo Henrique, a acessibilidade deixou de ser apenas uma boa prática e passou a ser uma exigência legal para os blocos que utilizam recursos públicos. “Isso é determinado em lei para poder utilizar a verba pública. Se você apenas escrever e não oferecer acessibilidade, perde praticamente todos os pontos e não vai conseguir ser contemplado no próximo ano”, explica. Para ele, mais do que cumprir normas, há um processo de amadurecimento coletivo. “É uma preocupação não só dos órgãos públicos, mas também uma conscientização dos próprios blocos. A questão da acessibilidade e da conscientização se tornou muito forte”.

Carla Maia é cadeirante, e reforça que inclusão não significa segregação. “O mais legal da inclusão é misturar. A gente não pode colocar as pessoas em caixinhas. Vamos misturar, vamos interagir”, defende. Ela relata a emoção de ocupar o palco do Portadores da Alegria. “Em Brasília é muito raro ter artistas com deficiência com espaço em um palco para um público grande. A gente se apresentou e depois vieram crianças pedir foto. Se eu não estivesse no palco, eu estaria lá embaixo curtindo com certeza”.

O combate ao assédio e à violência contra a mulher é um tema que todo ano cria destaque nos carnavais do país. Paulo Henrique afirma que os blocos adotam uma postura firme diante de qualquer desrespeito. “Isso é tratado de forma muito veemente. O locutor no palco fala o tempo todo sobre o respeito ao espaço do outro. Temos campanhas como o ‘Não é Não’ e o ‘Todos por Elas’, que são decretos aqui do DF e protegem contra abusos”, afirma.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Carla Maia e Paulo Henrique (E) falaram ao Podcast do Correio sobre o diferencial da folia brasiliense



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista à entrevista completa

Ed Alves CB/DA Press



BLOCO GALINHO DE BRASILIA

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



BLOCO DO PACOTÃO



BLOCO DA BARATINHA NO PARQUE DA CIDADE

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Minervino Júnior/CB



BLOCO PORTADORES DA ALEGRIA NO PARQUE DA CIDADE

Ele explica que casos de violência são tratados com tolerância zero. “Após qualquer incidente relatado, a polícia é acionada na hora. O desrespeito ao corpo da mulher e ao querer da mulher não é tolerado. Ela está em primeiro lugar em todos os blocos”. Paulo também faz alertas práticos, especialmente às mulheres, sobre cuidados durante a folia. “Evitar ficar sozinha mexendo no celular o tempo todo e ter consciência no consumo de bebida alcoólica é fundamental. Infelizmente, há casos de mulheres em coma alcoólico, o que as deixa extremamente vulneráveis”.

“Nos últimos três anos, a polícia tem atuado de forma maciça nos grandes eventos, trazendo mais segurança. Isso é uma satisfação”, observa.

Para Carla Maia, o respeito passa também pela liberdade de expressão. “A mulher tem o direito de escolher vestir o que quiser, principalmente a fantasia”, destaca.

Geração de empregos

Além do aspecto cultural e social, o carnaval de Brasília tem impacto direto na economia criativa. De acordo com Paulo Henrique, o evento movimentaria milhares de postos de trabalho. “Diretamente, são mais de 2 mil empregos gerados nos blocos, entre montadores, equipes de produção, acessibilidade, recepção. Indiretamente, passando por logística, comércio e serviços, são mais de 6 mil pessoas trabalhando durante o período carnavalesco”, contabiliza. Para ele, o retorno é muito superior ao investimento público. “O recurso aplicado no carnaval é muito pequeno perto do retorno em impostos e movimentação econômica”.

“Há mais de dez anos pedimos uma subsecretaria específica dentro da Secretaria de Cultura para o carnaval, para estudar, mapear e planejar a logística durante todo o ano”, completa.

Ele também critica o que considera um excesso de restrições, que acabam afastando o público das ruas. “Os órgãos públicos estão lidando com o carnaval como se fosse um evento privado. Nenhum produtor consegue fazer uma festa para essa quantidade de gente com as mesmas exigências de um evento fechado”, afirma. Questões como a lei do silêncio e a mudança dos blocos para áreas menos residenciais, como o Eixo Monumental, também impactam a participação popular. “Antes, a pessoa descia do prédio e ia para o bloco. Agora, precisa pegar ônibus ou metrô. E quando tudo acaba, o fluxo se concentra na Rodoviária, que nem sempre dá conta da demanda”.

CB Folia 2026

A premiação reconhece os destaques do Carnaval de Brasília em cinco categorias: Melhor Bloco de Rua – Júri Técnico, Melhor Bloco de Rua – Votação Popular, Melhor Momento, Melhor Fantasia e Melhor Fantasia Infantil.

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

CNH

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) realiza o curso *Revisão para Obtenção da CNH*, dedicado aos candidatos que estão em processo de habilitação e vão fazer a prova teórica. As aulas ocorrem nos dias 24 e 25 de janeiro e serão focadas na revisão dos conteúdos referentes às regras de trânsito, legislação, direção defensiva, primeiros socorros e noções de funcionamento do veículo. O curso tem 20 vagas e é gratuito. A inscrição pode ser feita até amanhã, presencialmente, na Escola Pública de Trânsito (713/913 Sul), medianamente agendamento pelo aplicativo Detran-DF Digital ou pelo site portal.detrان.df.gov.br.

Inclusão

A Una Parque oferece atividades gratuitas a pessoas com deficiência. São atividades esportivas, educativas e culturais, voltadas à reintegração social e inclusão. Entre elas, aulas de tiro com arco (com duração de 25 minutos e duas pessoas por vez); tênis de mesa (40 minutos de duração e duas pessoas por vez); escalada (30 minutos de duração e uma pessoa por vez); e canoagem e stand up paddle (40 minutos de duração, que pode ser feito com quatro pessoas por vez no caiaque e duas pessoas por vez no stand up paddle). Inscrições pelo site unaparque.com.br.

OUTROS

Lego Gaming

O Conjunto Nacional recebe o Lego Gaming até 31 de janeiro. O evento reúne diferentes linhas oficiais Lego e propõe que os participantes recriem cenas de jogos ou inventem suas próprias histórias com blocos coloridos. A proposta é estimular o raciocínio, o trabalho em equipe e a criatividade, sempre de forma segura e divertida. No espaço, os visitantes encontram áreas temáticas com franquias queridas do público. Entre os destaques estão Lego Minecraft e Lego Sonic, que aproximam personagens e cenários famosos do universo dos games da brincadeira prática e colaborativa. Para participar, é necessário baixar o aplicativo do Shopping Conjunto Nacional, realizar o cadastro e escolher a sessão disponível na agenda. O evento é gratuito, porém sujeito à lotação,

Desligamentos programados de energia

» Até o fechamento desta edição, não havia informação sobre desligamentos programados.

de acordo com a disponibilidade de horários.

Memória

A exposição *Diálogos da Liberdade* na Coleção Brasília apresenta um recorte com obras do Museu de Arte de Brasília (MAB), do acervo Izolete e Domício Pereira, que reúne trabalhos de artistas fundadores do imaginário visual da capital do Brasil. A mostra propõe um percurso sensível e crítico no qual a noção de liberdade se manifesta em múltiplas dimensões que estabelecem diálogos entre diferentes tempos, linguagens e concepções artísticas. A exposição contempla, ainda, objetos de época e curiosidades históricas, como a maquete de lançamento da Romi-Isetta, itens do serviço do Palácio da Alvorada e a primeira fotografia de satélite do Plano Piloto. No segmento documental, duas relíquias têm destaque: a carta-depoimento de Juscelino Kubitschek, datada de 1961, ao fim do governo dele, e a homenagem da Igreja Católica a Dom Bosco, padroeiro de Brasília, que reúne resquícios de suas vestes. O MAB funciona diariamente, exceto as terças-feiras, das 10h às 19h. A entrada é gratuita.

Brincar de plantar

O Boulevard Shopping Brasília oferece as oficinas Brincar de Plantar, que promovem atividades de customização de vasos e plantio de mudas de hortaliças, que as crianças levam para casa no fim da sessão. Cada oficina tem duração de 20 minutos e recebe grupos de até dez crianças, de 4 a 12 anos. A proposta é estimular o contato das crianças com a natureza, despertar a consciência ambiental e incentivar a alimentação saudável de forma leve e divertida, por meio de ações simples do dia a dia. A programação ocorre diariamente, até 31 de janeiro, das 14h às 20h,

no piso 2. A participação é gratuita, por ordem de chegada.

Teatro infantil

A obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, será apresentada, em versão bilíngue, no Teatro Shopping Brasília, hoje e no dia 29 de janeiro, às 16h, com entrada gratuita. A peça tem criação e interpretação da Trupe Trabalhe Essa Ideia. O projeto reúne espetáculos adultos, infantis e juvenis, com curadoria e ações de democratização cultural, incluindo ingressos gratuitos e acessíveis. É necessário retirar o ingresso no site Sympla, mas isso não garante acesso ao evento. Recomenda-se a chegada com antecedência. A entrada do público será liberada 20 minutos antes do início da apresentação, com prioridade para pessoas que apresentarem o ingresso. A partir de 10 minutos antes do início, caso haja disponibilidade, o acesso será liberado também para o público sem ingresso.

Exposição

No dia 24 de janeiro, das 16h às 20h, a Referência Galeria de Arte abre ao público a mostra *Sussurros*, que reúne obras em pequeno formato de artistas integrantes do acervo da galeria e de convidados. A exposição convida o público a uma experiência de escuta sensível e imaginativa, na qual as obras dialogam de forma sutil e não monumental. Após o evento de abertura, a exposição ficará em cartaz até 14 de março, de segunda a sexta, das 10h às 19h, e aos sábados, das 10h às 14h. A entrada é gratuita.

Reinado do Riso

A Caixa Cultural apresenta, até 29 de março, a exposição *O Reinado do Riso*, que reúne textos, uma coleção de fantasias, mamulengos, fantoches, esculturas em madeira, pinturas e fotografias. O objetivo é mostrar como o riso e a brincadeira ajudam a manter vivas múltiplas tradições populares, como Carnaval, Folia de Reis, Bumba-meu-Boi, circo, teatro de bonecos e literatura de cordel, entre outras. Além disso, a mostra evidencia como a comicidade pode ser uma forma de denúncia, resistência e crítica. A exposição está aberta de terça a domingo, das 9h às 21h. A entrada é gratuita e livre para todos os públicos.

Isto é Brasília

Jáder Rezende/CB/D.A.Press



Esculturas

Lado a lado, dois museus se comunicam por meio de suas esculturas. Enquanto do alto do Memorial JK o ex-presidente Juscelino Kubitschek acena para a cidade, um indígena parece observar a cena. Instalada na entrada do Memorial dos Povos indígenas, a obra de arte se posta como um guardião do projeto de Oscar Niemeyer, um recanto dedicado aos povos originários.

Poste sua foto com a hashtag **#istoebrasiliacb** e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebrasiliacb

» Destaques

Ciência

O projeto Ciência na Estrada estará até 25 de janeiro, na Praça do Trabalhador, em Ceilândia, das 14h às 18h. Depois, irá percorrer mais 11 regiões administrativas, ao longo do ano. O evento conecta ciência, tecnologia e educação de forma acessível, divertida e prática. A iniciativa é da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti-DF) com o Instituto de Gestão e Execução de Projetos (Igepex). Entre os temas propostos estão: introdução à ciência e à tecnologia; oficinas de robótica, inovação e experimentação prática; astronomia e exploração do universo; experiências educativas pensadas para crianças, jovens e adultos; conteúdos que inspiram, ensinam e aproximam o público do futuro. A entrada é gratuita. mediante retirada de ingresso no site symppla.com.br.

Cinema

De 27 de janeiro a 8 de fevereiro, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) promove uma programação dedicada ao público infanto-juvenil. São 12 filmes e 24 sessões que reúnem clássicos, sucessos contemporâneos e animações premiadas, além de oficinas criativas, contação de histórias e sessões de acessibilidade. Entre as obras audiovisuais estão: *Lilo e Stitch*; *Viva, A Vida é uma Festa*; *Turma da Mônica: E.T. O Extraterrestre*; e *Lições*. As oficinas são: fotografia pinhole; teatro de sombras; brinquedos ópticos; e stop motion. A participação é gratuita e os ingressos devem ser retirados na bilheteria do CCBB, uma hora antes de cada sessão ou atividade.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

 (61) 99256.3846

 /correiobrasiliense

 @correio.braziliense

 @correio

 @correio.braziliense

O tempo em Brasília

Chuvoso durante o dia e à noite

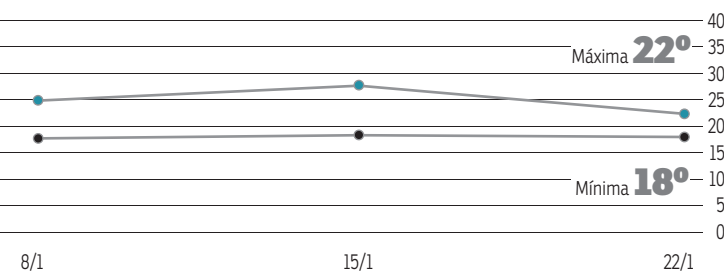


Umidade relativa

Máxima **100%**

Mínima **84%**

A temperatura



O sol

Nascente **5h55**
Poente **18h50**



A lua

Cheia **1º/2**
Minguante **9/2**
Nova **17/2**
Crescente **26/1**



grita geral

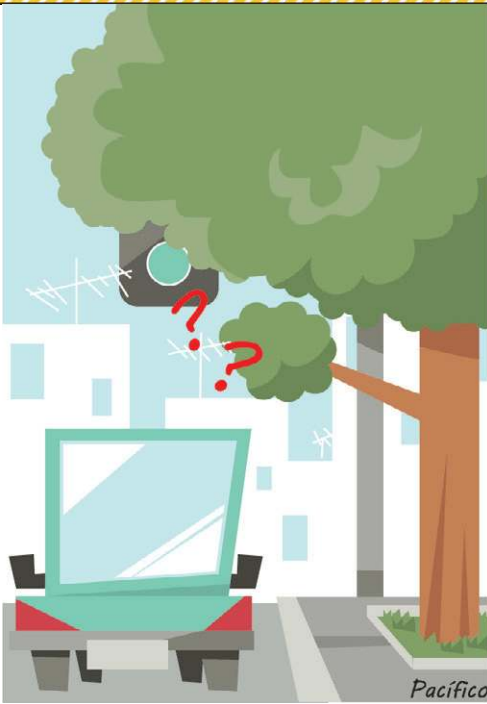
grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

ÁGUAS CLARAS

FALTA DE ILUMINAÇÃO

O morador de Águas Claras Murilo Régis solicita iluminação nas ruas Babaçu e 24 Sul. “Estamos há mais de 15 dias às escuras”, afirma o morador. “Abri dois registros na CEB e nenhum foi atendido. Precisei recorrer ao Aplicativo Participa DF e, mesmo assim, sem solução”, relata.

» *A Companhia Energética de Brasília Iluminação Pública e Serviços (CEB IPes) informa que foram encontrados, no sistema, três chamados abertos para a Rua Babaçu e 24 Sul, todos ainda em prazo para atendimento, e que os locais estão na programação das equipes de manutenção para que os reparos sejam feitos. “Para solicitar a manutenção em pontos de IP, a população deve abrir um chamado diretamente por meio dos canais oficiais: telefone 155; aplicativo Ilumina DF; WhatsApp (61) 3774-1155; ou o site ceb.com.br”, explica, em nota.*



GAMA

ÁRVORES BLOQUEIAM LUZ

Amauri Siqueira, morador do Gama, pede atenção à iluminação pública na área da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e da igreja São Sebastião. “A iluminação existente fica prejudicada pelas árvores e traz riscos aos pedestres”, alerta o morador.

» *De acordo com a Neoenergia, a manutenção das árvores em áreas públicas é responsabilidade exclusiva do Governo do Distrito Federal, por meio da Novacap, e que quando a poda não é feita de forma preventiva e a árvore se aproxima da rede elétrica, a Neoenergia precisa atuar, por segurança. “No caso das árvores próximas a UPA do Gama, a Neoenergia fará as podas ainda nesta semana”, conclui, em nota.*

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Casares renuncia no São Paulo

Julio Casares renunciou ao cargo de presidente do São Paulo. Na última sexta-feira, o dirigente teve o impeachment aprovado pelo Conselho Deliberativo por 188 votos a favor e já estava afastado. Ele afirma que as acusações pelas quais responde iniciaram com "versões frágeis. Em campo, o tricolor foi derrotado pela Portuguesa, por 3 x 2, no Morumbis. O argentino Calleri marcou os dois. O clube é o 12º da disputa com 16 times. O próximo desafio é sabado, às 18h30, contra o Palmeiras.

PAULISTÃO Santos e Corinthians são os times que mais seguram a pelota após três rodadas do Estadual. Estatística turbina a dupla alvinegra nas finalizações e passes certos e será colocada à prova no clássico desta noite, às 19h30, na Vila Belmiro

Íntimos da bola

Raul Baretta/Santos



Rodrigo Coca/Ag. Corinthians



Na ausência de Neymar, Zé Rafael tem sido uma das peças-chave do Santos na retenção da bola e criação

O meia argentino Rodrigo Garro está à disposição de Dorival Jr. para hoje, após cirurgia no punho esquerdo

VICTOR PARRINI

O clássico mais antigo de São Paulo, com 113 anos de história e 355 jogos, também é o duelo entre as duas equipes mais possessivas do Campeonato Paulista após três rodadas. Adversários, hoje, às 19h30, na Vila Belmiro, Santos e Corinthians são os clubes que mais re-têm a bola entre os 16 do estadual mais forte do Brasil.

O Santos teve mais a pelota nos três compromissos até aqui: na vitória de virada sobre o Novorizontino, no empate com o Guarani e, inclusive, na derrota para o Palmeiras no primeiro clássico do ano. A média é de 57,7% por partida, fruto da filosofia de jogo organizado do técnico Juan Pablo Vojvoda.

O Corinthians lidera o quesito, com 61%. Teve mais domínio no empate contra o São Paulo e na derrota para o Red Bull Bragantino. Na estreia diante da Ponte Preta, ostentou 74% de posse nos dois tempos, mas, na primeira etapa, chegou a colocar a Macaca na roda com 89% de controle de bola.

Os números de Santos e Corinthians chamam ainda mais atenção ao lembrar que os alvinegros não contaram com os principais articuladores nos primeiros três compromissos pelo Paulistão. Camisa 10 do Peixe, Neymar passou por cirurgia de correção da lesão no menisco em 22 de dezembro e ainda não entrou em campo em 2026. Está em fase final de recuperação e será ausência no segundo clássico da temporada. A responsabilidade

Terça-feira
Novorizontino 4 x 0 Palmeiras
Ontem
Noroeste 1 x 1 Capivariano
São Paulo 2 x 3 Portuguesa
Mirassol 0 x 0 Bragantino
Ponte Preta 0 x 1 São Bernardo
Hoje
19h30 Santos x Corinthians
20h Botafogo x Primavera
21h30 Velo Clube x Guarani

na transição tem sido da trinca formada por Zé Rafael, Willian Arão e Gabriel Menino.

O alvinegro do Parque São Jorge não contou com o maestro Rodrigo Garro na virada do ano. O argentino foi submetido a uma operação no punho esquerdo em 7 de janeiro e está relacionado pela primeira vez. Outro artigo luxuoso

do técnico Dorival Júnior na criação e circulação da bola, o holandês Memphis Depay também não tem jogado. Está em transição após edema ósseo e fez, ontem, o primeiro treino com bola. Será ausência na Vila. Os gringos não têm feito falta. O prodígio Breno Bidon está em evolução e consegue atuar tanto no papel de volante quanto de meia organizador.

Em tempos de muitas estatísticas no futebol, alguns números podem ser enganosos. Reter mais a bola não significa, necessariamente, propor mais o jogo. Entretanto, nos casos de Santos e Corinthians neste início de temporada tem sido importante a intimidade com a redonda. O Red Bull Bragantino é o time com mais finalizações por jogos (17,3%), seguido do Timão (15,3%) e

do Peixe (14,7%). Os passes também têm sido bem aproveitados pela dupla alvinegra. A companhia da capital paulista dá 419 certos por partida, à frente do Palmeiras (377) e do time da Vila Belmiro (368).

O Santos, oitavo na tabela, e o Corinthians, sétimo, têm campanhas idênticas, com quatro pontos somados por cada. Vitória hoje significará a manutenção no G-8 para as quartas de final. O Timão tem quatro gols marcados e quatro sofridos, enquanto Peixe balançou as redes três vezes e foi vazado em três oportunidades.

Com bons números neste Paulistão, Santos e Corinthians seguem no mercado para qualificação do elenco. Ontem, o Timão anunciou a contratação do lateral-direito Pedro Milans. O uruguaio de 23 anos

estava livre após deixar o Peñarol e assinou por quatro temporadas. Antes, o clube trouxe o zagueiro Gabriel Paulista e o meia Matheus Pereira. Está encaminhada a chegada do atacante Kaio César e do goleiro João Ricardo. A diretoria também deseja trazer, por empréstimo de um ano e sem custo, o centroavante Júnior Santos, artilheiro da Libertadores de 2024 com 10 gols pelo campeão Botafogo.

Na lista de dispensa do Flamengo, Michael está próximo de se mudar para Santos. O ponta de 29 anos tem acerto sobre tempo de contrato e valores com o Peixe, mas cobra, aproximadamente, R\$ 2 milhões em luvas de acordo costurado com a gestão anterior, de Rodolfo Landim. O jogador não quer deixar o Rio antes de recebimento do dinheiro.

CARIOCA

Com os profissionais, Flamengo derrota o Vasco

Quatro minutos do segundo tempo no Maracanã. O volante vascaíno Barros pisa na panturrilha do flamenguista Carrascal durante jogada veloz do rubro-negro em direção ao ataque. O árbitro Bruno Arleu de Araújo saca do bolso o primeiro cartão e logo um vermelho de uma partida que não era desleal. A expulsão de um dos cabeças de área do cruzmaltino foi crucial para o desfecho do primeiro Clássico dos Milhões de 2026, com vitória por 1 x 0 da trupe profissional de Filipe Luís.

Com a perda de um dos protetores da zaga, o Vasco deu campo ao Flamengo, que teve os profissionais pela primeira vez no ano. O único sub-20 no time titular era Daniel Sales na lateral-esquerda. O ataque com Gonzalo Plata, Cebo-linha, Bruno Henrique e Carrascal incomodaram a retaguarda cruzmaltina. O gol da vitória sai da pressão devido ao jogador a mais, aos 24 minutos da etapa final. Carrascal, motivo da expulsão de Barros, aproveitou rebote na entrada da área e, de primeira, estufa a rede.

O cartão vermelho contra o Flamengo foi o segundo do Vasco em três rodadas de Carioca. Na estreia, com vitória por 4 x 2 sobre o Maricá, o lateral Lucas Piton prejudicou a equipe. Ontem, o Vasco deu um chute ao gol. A inoperância é reflexo da ausência do atacante Rayan, não relacionado devido à negociação avançada com o Bournemouth, da Inglaterra, por aproximadamente R\$ 220 milhões.

O Flamengo saiu da zona de incômodo do Estadual, soma

quatro pontos e está na 3ª posição do Grupo B. A situação é a mesma do Vasco na chave A.

Na estreia do time principal e do treinador Martín Anselmi, o Botafogo venceu o Volta Redonda por 1 x 0 no Nilton Santos e chegou aos seis pontos. Hoje, às 21h30, o Fluminense encara o Nova Iguaçu no Estádio Luso-Brasileiro. O duelo marcará a estreia dos titulares. O elenco está perto de ser reforçado meia venezuelano do Botafogo, Jefferson Savarino. O contrato será de quatro anos.

Gilven de Souza/Flamengo



Flamengo "gente grande" dominou o Vasco diante de 50 mil presentes

ESPORTES

CANDANGÃO Paranoá, Ceilândia e Real Brasília vencem na rodada cheia de meio de semana e escalam posições na tabela

Superquarta embola disputa

DANILO QUEIROZ

O dia recheado de jogos no Campeonato Candango de 2026 movimentou, e muito, a classificação da elite do futebol do Distrito Federal, com direito a demissão de técnico. Ontem, as cinco partidas realizadas na superquarta — todas válidas pela terceira rodada da competição local — serviram para embolar de vez as brigas por vaga nas semifinais e contra o rebaixamento, muito por vitórias de quem está vindo da parte de baixo da disputa. Nenhum membro da antiga formação do G-4 conseguiu consolidar um novo resultado positivo. Assim, a terceira rodada foi benéfica para novas equipes se incluírem no bolo das equipes com maiores pretensões. Ceilândia, Paranoá e Real Brasília, por exemplo, ganharam as primeiras partidas na temporada 2026 e, com novo fôlego, subiram degraus na escada de posicionamento do Candangão.

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	V	SG
1º Gama	7	3	2	3
2º Brasiense	5	3	1	4
3º Samambaia	5	3	1	1
4º Sobradinho	5	3	1	1
5º Capital	4	3	1	2
6º Ceilândia	4	3	1	2
7º Real Brasília	4	3	1	0
8º Paranoá	3	3	1	-1
9º Aruc	3	3	1	-5
10º Brasília	0	3	0	-7

O Paranoá deu um salto importante ao vencer o Brasília no confronto entre os dois últimos colocados, no Estádio JK. O triunfo por 1 x 0, com gol de Renê Silva, tirou a Cobra Sucuri do Z-2 e atolou o Colorado na lanterna, na condição de único time sem pontuar depois de três jogos. Com a série negativa, o time optou por demitir o técnico Paulo Helber.

O Real Brasília quase se juntou na confusão, mas a vitória diante do Capital, também por 1 x 0, e gol de Davi Araújo, alçou o Leão do Planalto para sétimo. No cenário, a Aruc entrou no Z-4 com a derrota por 3 x 0 para o Ceilândia. Os gols de Patrickão (duas vezes) e Magdiel, por outro lado, colocaram o Gato Preto em sexto, colado no G-4 da competição local. Os confrontos entre os times mais bem posicionados do Candangão resultaram em equilíbrio. No Serejão, o vice-líder Brasiense não tirou o zero do placar diante do agora quarto colocado Sobradinho. No Bezerrão, a falta de efetividade decretou o mesmo destino para Gama e Samambaia. O alviverde manteve a ponta, enquanto o Cachorro Salsicha subiu para terceiro. A próxima rodada, com clássico entre Brasiense e Gama, está marcada para fim de semana. Nela, os clubes seguirão a luta por afirmação e sequências capazes de desmentar a disputa.

Renan Pariz/Ceilândia



Patrickão comemora um dos dois gols marcados por ele no Abadião: resultado importante para o Gato Preto

Michal Cizek/AFP



Barcelona está perto da vaga direta nas oitavas de final do torneio

LIGA DOS CAMPEÕES

Gigantes ganham e se aproximam da classificação ao mata-mata

A camisa pesou no complemento da sétima rodada da Liga dos Campeões. Ontem, Chelsea, Juventus, Barcelona, Liverpool e Bayern de Munique conquistaram vitórias importantes e deram mais um passo em direção à fase de mata-mata da competição de elite do Velho Continente. O Barcelona sofreu para renascer na atual edição, mas cumpriu a obrigação. Em duro compromiss-

so na casa do Slavia Praga, alcançou uma importante virada por 4 x 2, com golaço de Dani Olmo, que o deixou bastante perto da vaga direta às oitavas de final. Depois do líder Arsenal (21 pontos), o Bayern de Munique é a segunda equipe garantida de maneira antecipada nas oitavas de final. Os alemães, na segunda colocação, chegaram aos 18 pontos depois de um duro primeiro

tempo, no qual sofreu com o paredão defensivo do Union Saint-Gilloise. Na etapa final, contudo, buscou a vitória por 2 x 0. Dois gigantes ingleses entraram em campo necessitando ganhar para não se complicar e mostraram força. O Liverpool visitou o Olympique de Marselha, ganhou por 3 x 0 e, com 15 pontos, consolidou-se no quarto lugar, bem perto da classificação direta.

O Chelsea passou aperto com a retranca do Pafos, em Londres, mas desencantou na etapa final e, com o 1 x 0, fecha o G-8 com os mesmos 13 pontos do Barcelona. A Juventus se impôs diante do Benfica e ganhou por 2 x 0. Os três pontos deixam o time em condição de buscar uma vaga direta nas oitavas. Os portugueses estão em 29 e fora da zona de repescagem.

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

INSCREVA-SE JÁ!

brasilcorrida.com.br

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

Apoio:

Apoio Gráfico:

Promoção:

Realização:

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Sol, Mercúrio e Plutão em conjunção. A ordem social que promulgou a interdependência entre as nações e a promulgação do bem-estar coletivo foi e ainda está sendo rasgada por aqueles que supostamente deveriam defender as pedras fundamentais da civilização, porque consideram que todos os avanços sociais das décadas recentes foram um equívoco. Esse tipo de surto histórico, mediante o qual uma parte da humanidade se sente lesada ao ter de abrir mão de um tanto de suas demandas egoístas, provoca a desintegração da ordem social, mas essa é e será sempre reconstituída, mesmo que pareça desaparecer totalmente. Enquanto as pessoas decentes continuarem a abrir as portas umas às outras, cooperando entre si e constituindo laços de mutualidade, o mundo parece morrer, mas sua ressurreição é tão certa quanto a morte.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Sua alma e corpo são cidadãos de um país que, como todos os outros, tem seu funcionamento e deveres que precisam ser cumpridos. Agora é quando se torna necessário colocar em dia esse relacionamento. Em frente.



TOURO
21/04 a 20/05

Faça exatamente aquilo que prometeu, seja para si mesmo ou para alguma pessoa, porque assim você aproveitará a onda produtiva do momento sem, no entanto, se embaralhar com expectativas impossíveis de cumprir. Em frente.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

As fofocas rolam soltas e se você se deter a esclarecer cada uma dessas acabará dando tom de seriedade a algumas questões que seria melhor tratar com indiferença. Procure levar acima das fofocas, elas são muito baixas.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Aquilo que é seu não será entregue em bandeja, você precisará lutar pelos seus direitos, mesmo que a situação seja estressante e provoque, inclusive, rompimentos indesejados. Não importa, siga em frente.



LEÃO
22/07 a 22/08

Apesar do susto inicial diante dos movimentos executados por certas pessoas, você precisa transcender esse estado de ânimo com rapidez, porque no fundo as coisas se tornarão favoráveis a você a qualquer momento.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Por trás de tudo que anda acontecendo, e das potencialidades que sua alma enxerga, reside a necessidade de você selecionar direito a que vai dedicar seu tempo e esforço nos próximos meses. Foque sua atenção nisso.



LIBRA
23/09 a 22/10

A imprecisão há de ser evitada nesta parte do caminho, porque agora somente vingam os desejos que tenham sido formulados com absoluta clareza e precisão, de modo a não se confundirem com ilusões mal acabadas.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Tome para si o direito de romper com seu passado, porque ainda que você tenha saudade de algumas experiências e relacionamentos, nada mais será como antes, e por isso é melhor seguir em frente com os rompimentos.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Apesar da frenética atividade mental deste momento, mediante a qual fluem ideias magníficas misturadas com outras, de duvidosa reputação, é melhor adotar a atitude de amadurecer melhor tudo que é pensado.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Está tudo posto para sua alma cair na tentação de se envolver nalguma encrenra, mas você faria bem em se conter e selecionar direito em que experiências se envolver, porque todo tipo delas está disponível.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Você verá que se tomar a iniciativa, mesmo que de forma impulsiva, a trapalhada inicial logo dará lugar a um cenário onde as coisas se acomodam bastante bem. Há horas em que é preciso chutar o pau da barraca.



PEIXES
20/02 a 20/03

Há coisas que precisam vir à tona e que, para isso, é necessário resistir à tentação de as varrer para baixo do tapete, como se nada tivesse acontecido. Você não precisa se expor publicamente, mas reconhecer tudo.

LITERATURA

Material cedido



Poeta Vicente Sá, que morreu em 2025, passa a dar nome a praça na Asa Norte

Poesia permanente

» JOÃO PEDRO ALVES*

A 312 Norte, que, neste sábado, recebe amigos do escritor Vicente Sá, é ponto de encontro há anos. Foi nas mesas do antigo bar do Chicão e atual Chiquinho, apelidada de “Chicolândia”, que muitas ideias de composições surgiram. Nesse mesmo lugar, a partir das 16h, haverá apresentações pela memória de Vicente, quando se completa um ano da morte do poeta e cronista. “Ali virou um caldeirão cultural”, diz Beth Fernandes, uma das organizadoras da homenagem. A praça da quadra passa a ser batizada com o nome do poeta.

Participam do evento parceiros musicais como o grupo Liga Tripa, Renato Matos, Flávio Faria, Clara Teles, Sérgio Duboc, Caloro, Célia Porto, Rênio Quintas e Fernando Machado. Os amigos Sóter, Noélia Ribeiro e Beth Fernandes ficam encarregados de recitar a poesia de Vicente. “Ele foi um dos precursores da rapaziada que ocupou espaços públicos de Brasília, tornando-se uma das referências na construção de uma literatura com a cara da ‘capital da esperança’”, define o poeta Sóter. “Foi uma grande perda para Brasília. Poética, literária, de alegria”, afirma o cantor Renato Matos.

Descrito por pessoas próximas como apaixonado por Brasília, Vicente incorporou a cidade à produção literária.

“A poesia dele entrava na alma da gente. E, como cronista, ele realmente deixava ver Brasília de maneira pulsante”, comenta Beth Fernandes. “Ele escrevia muito sobre a Asa Norte, criou personagens mágicos que viviam ali”, acrescenta o poeta e músico Gadelha Neto.

A “Pracinha do poeta Vicente Sá”, como será batizado o jardim entre os blocos A e B da 312 Norte, é também o espaço em que foram espalhadas as cinzas do autor. “Esse território povoou a inspiração do poeta e cronista”, afirma Sóter. “A praça é uma iniciativa dos amigos para preservar sua memória e o reconhecimento do que ele fez por Brasília”, aponta a ex-companheira, Lúcia Leão. “Me sinto tremendamente emocionada com essa homenagem.”

Vicente Tadeu Maranhão Gomes de Sá nasceu no Maranhão e veio para Brasília ainda menino. Além da atuação como jornalista, desenvolveu trabalho literário, com a publicação de diversos livros de poesia e os romances *Aldenus Baxter* e o *Diário de Anís*.

SERVIÇO

Homenagem ao poeta Vicente Sá, neste sábado, a partir das 16h, na 312 Norte.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

CANDANGUICES

trovão acorda
o cerrado

na tesourinha
água da chuva brinca
de ser cachoeira
Nara Fontes

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		4			3			9
5			4			6		
		6				8	2	
								1
		9			8			
	4		9					
	8		7		4			
	2			1			5	
9	6					2		

Grau de dificuldade: difícil

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Direito de declarar a própria identidade	↙	Nariz, em inglês		Thales e Camila Brait, no vôlei brasileiro Lanche farto de origem sulista (BR)	↘	Panela de tradicional prato espanhol	↙	A mãe que "sufoca" os filhos
		↘			↘			↘
↖								
Produto antimofo para plantas				Silvio de (?), autor de telenovelas	↗			
Estronda	↗							
↖								
Iguaria de carne bovina malpassada				Nome dos frutos polpudos		Antigo produto musical em ascensão nos EUA	↗	
			Móvel do quarto de dormir	Nem, em inglês		Baba, em inglês		
Decente; honesto		Ter a mesma opinião sobre algo	↗	↘		↘		
↖								
								Lêdo (?), escritor de "Ninho de Cobras"
Indicação da bússola (abrev.)	↗	Símbolo de massa em Física	↗	Significa "Letras" na sigla ABL	↗	Ouvir, em espanhol	↘	
						Seguidor; partidário		
Esporte praticado em estandes	↘							
Elemento do verso do repentista		Azeite do acarajé	↗			Orlando Teruz, pintor carioca	↗	
		Hábitat da baleia						
↖		↘		Mãe-d'água (Folcl.)	↗			
				Líquido para frituras	↘			(?) Costa, cantora dos anos 1950
Aqui; neste lugar	↗			Brado do flamenco	↗			↘
				Juntei (à vaquinha)	↘			
Lago salgado em vias de extinção, na Ásia	↗					Robert De (?), ator de "Taxi Driver" (Cin.)	↗	
Princípio filosófico defendido por Gandhi		Desafinar (o tom)	↗					
↖								

BANCO. 3/nor — oir. 4/nose. 5/drool. 6/paella. 17/autoidentificação.

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM				A	V	T	O	N	K	A	B
		F	A	V	A	T	O	N	K	A	
		C	A	L	O		R	A	^V E		R
			R		A	M	E			L	A
			R	G		A	S	S	^O P		R
			A	U	N		P	R	O	U	D
	^R O		D	E	R	F	O	S		A	E
			O	R	E	R		N			P
			B	R	A	N	Q	U	E	A	R
		F	^O I	^E		D	E	U	C		
		S	I	R	I	R	I			D	O
				O	N		N	E			E
			G		A	N	H	E	M	B	I
		S	O	L	A	N	O	I	A	N	
	I	M	P	R	E	S	S	O	R	A	

SUDOKU DE ONTEM

4	2	5	8	3	1	9	7	6
9	8	1	7	2	6	3	4	5
6	3	7	4	5	9	1	2	8
3	9	4	5	7	8	6	1	2
8	7	6	9	1	2	4	5	3
1	5	2	6	4	3	8	9	7
2	4	9	3	8	7	5	6	1
7	6	3	1	9	5	2	8	4
5	1	8	2	6	4	7	3	9

#FaçaCoquetel

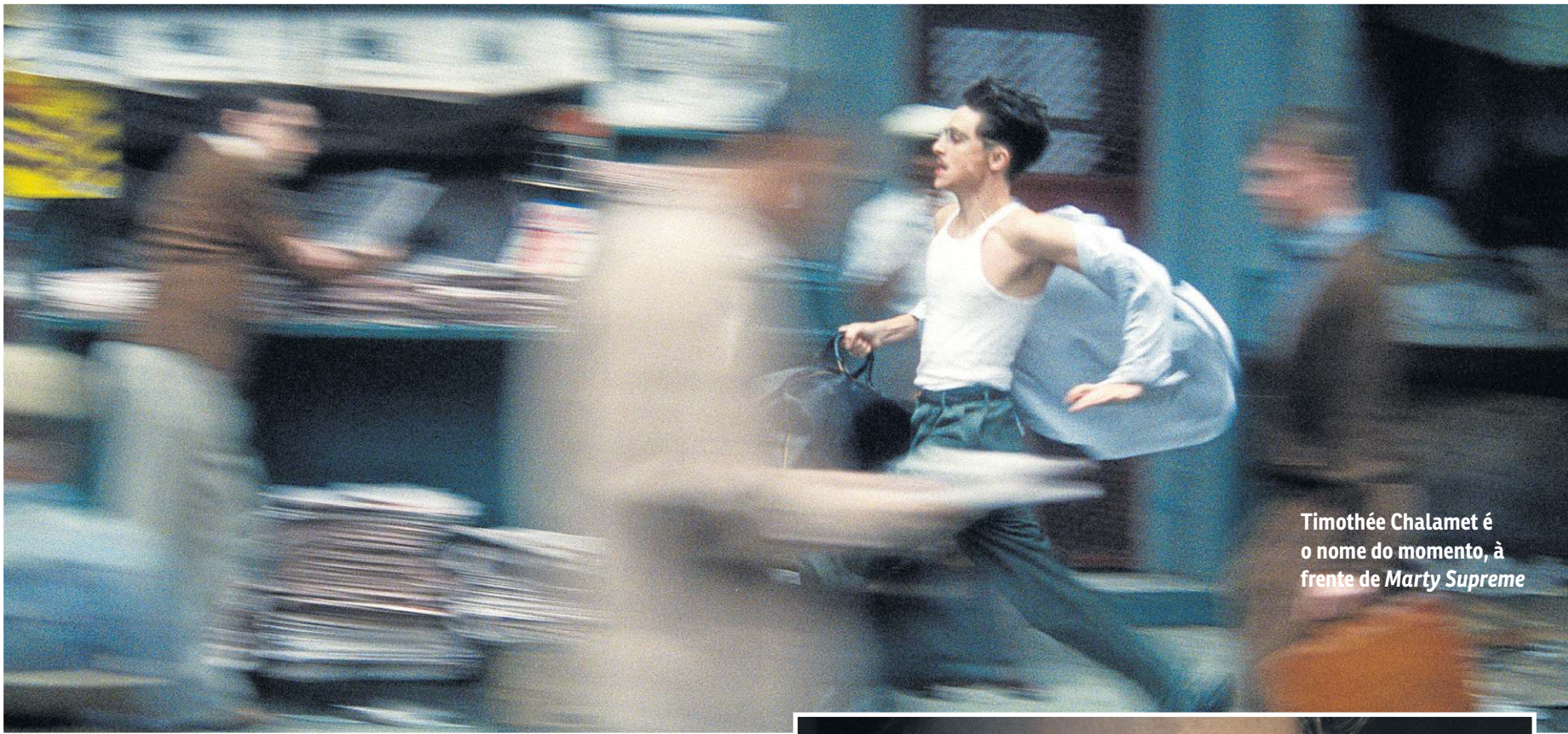
Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Acesse nosso site!

COQUETEL

Fotos: Diamond Films/Divulgação



Timothée Chalamet é o nome do momento, à frente de *Marty Supreme*

Exuberantes, esforçados e cômicos



Atuação brilhante e perturbadora no papel de um jogador de tênis de mesa

» RICARDO DAEHN

É quase impossível que, no dia das indicações ao Oscar, hoje, o nome de Timothée Chalamet não esteja entre os finalistas ao prêmio de melhor ator, no qual tem muito para disputar com Wagner Moura e Leonardo DiCaprio. Representando, no longa *Marty Supreme*, um tipo com perturbadores arroubos de prepotência e de narcisismo, Chalamet já pontuou, na vida real, tentar encadear tudo com a medida da “leveza”. Foi assim no agradecimento ao conquistado prêmio de melhor ator de comédia, no Globo de Ouro, quando, depois de quatro vezes, se viu perdedor (em outras ocasiões). “Seguindo ensinamento de gratidão (repasado pelo meu pai), naquelas vezes, saí de mãos vazias, de cabeça erguida, grato apenas por estar ali (na competição)”, demarcou no palco do evento. Bem que George Clooney se esforçou, no papel do astro Jay Kelly, mas na temporada de prêmios foi o franzino novaiorquino de 30 anos quem ofuscou o jogo. Com o charme de um Paul Newman, a insegurança à la James Dean, a precisão cênica de Dustin Hoffman e a nuançada esperteza de um Warren Beatty ou Giancarlo Gianinni, o brilho de astro arraigado em Timothée Chalamet se acendeu.

Indicado ao Oscar, anteriormente, por *Um completo desconhecido* (2024) e *Me chame pelo seu nome* (2018), na pele do jogador de tênis de mesa Marty Mauser, o ator não economiza alardear para a BBC: “Se você se der ao trabalho de assistir a este filme, não se decepcionará”. À frente do papel, ele destacou o

Atitudes extremadas alimentam dois filmes que chegam ao circuito: *Marty Supreme* e *A única saída*. Meticulosos, os competitivos personagens ganham a diferenciada atuação de Timothée Chalamet, concorrente ao Oscar, e de Lee Byung-hun

empenho por mais de seis anos de preparação, diante de mesas de ping-pong. Mas vale o alerta que o peso do esporte é relativo na telona. O frescor de verdadeiro ímã na tela brota de uma jornada comparável ao da protagonista de *Anora*: encharcado de vivacidade, o roteiro mostra, nos anos 50, um americano disposto a muito para popularizar o tênis de mesa, simultaneamente aos caprichos da autopromoção.

Na tela, estão as qualidades do mesmo intérprete de *Querido menino* (2019), *Duna* (2021) e *Wonka* (2024). “Timothée é focado no trabalho e não perde tempo até que tudo esteja resolvido”, demarcou, para a revista *People*, o colega de elenco Kevin O’Leary, que assume no filme o papel de um

mecenas meio a contragosto. Curiosamente, foi Leonardo DiCaprio que alertou o colega para galgar o sucesso: “Nada de drogas pesadas e nada de filmes de super-heróis”.

E, assim, com enraizada “postura muito bem preparada” (como dito por Kevin O’Leary), Chalamet segue o caminho rumo à excelência que ele detecta em Denzel Washington, Christian Bale e Joaquin Phoenix. Na trama de *Marty Supreme*, o protagonista se vende como “um produto final da derrota de Hitler”.

Entre cerco de policiais, propinas, maracutaias e estratégias ousadas para se afirmar, *Marty Supreme* (o longa assinado por Josh Safdie) se apoia em dados da vida de Marty Reisman (vencedor de cinco

campeonatos de pingue-pongue). Dono de lábia esmagadora e capacitado a promover assédios dos mais diversos, o personagem mergulha num universo do cada um por si. Entre ressentimentos de coadjuvantes, atente para a subtrama parcialmente baseada na vida do competidor polonês Alojzy Ehrlich — no filme, abraçada pelo ator Géza Röhrig, na pele do húngaro Béla. É extremamente tensa a conversa entre o ressentido personagem Kevin O’Leary, Marty e Béla, alvo de controversos comentários antissemitistas. *Marty Supreme* ainda se vale da figura sensual da decadente atriz Kay (Gwyneth Paltrow), da interação com um idoso amalucado (Abel Ferrara) e de um inesquecível cachorro.



Como personagem emblemática, Gwyneth Paltrow faz a diferença na comédia

A única saída: baseado em livro de Donald E. Westlake



Mares Filmes/Divulgação

Crítica // A única saída ★★★★★

Um perigoso filme que entorpece, na mesma medida em que o diretor sul-coreano Park Chan-wook conseguiu, em 2002, com o longa *Oldboy*: assim é *A única saída*, que abduz o senso ético ao tematizar algo sério, dentro de uma dramaturgia rica em violência estilizada. Capitalismo e humanismo entram em mórbida rota de colisão nesta perturbadora adaptação de *O corte* (da literatura de Donald E. Westlake), antes trazida às telas como um drama assinado por Costa-Gavras.

Man-su (Lee Byung-hun, em brilhante atuação, pela qual competiu

ao Globo de Ouro) se afunda ao personificar o trabalhador do segmento industrial do papel que é engolido pelo novo domínio do setor por americanos invasores de mercado externo. Demitido, ele cria um mirabolante e sórdido plano de ação individual.

Com uma direção de fotografia estonteante de Kim Woo-hyung, *A única saída*, desde o Festival de Veneza (em que competiu), arrebolante, por onde passou, prêmios e a atenção vital da crítica especializada. Pouco a pouco, na ação de Man-su (que se vê responsável por Miri,

a esposa, e os filhos Si e Ri), o diretor ativa o pior do espectador que, inconscientemente, adere à vontade de ver o protagonista vitorioso.

Parece cada vez mais plausível a maneira como o desesperado provedor se comporta ante a um círculo de oponentes (à futura e desejada vaga no mercado de trabalho). Não à toa, deixa o ambiente da Solar (nome da primeira empresa) rumo à sombria Moon (Lua). Marinheiro de primeira viagem, Man-su, na versão meticulosa e sem sentimentos, tangencia se ver mecanizado, à altura do futuro que o espera. (RD)



As polêmicas de Toffoli

Maria Eduarda Lavocat
Ana Maria Campos

A liquidação do Banco Master vem ganhando destaque nos noticiários como uma das maiores fraudes bancárias da história do Brasil. Além das cifras bilionárias e da complexidade do esquema, outro aspecto tem chamado a atenção: desde que foi designado para a relatoria do caso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli passou a ser alvo de questionamentos e debates sobre os limites institucionais e a transparência dos atos judiciais.

A mais recente polêmica ocorreu após a última operação da Polícia Federal (PF) contra o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e outros empresários, na semana passada. Toffoli determinou que todo o material apreendido permanecesse retido e lacrado no STF, em vez de ser encaminhado diretamente à PF para análise pericial, como ocorre normalmente nesse tipo de operação.

Diante da decisão, a PF solicitou a reconsideração da medida, argumentando que a investigação poderia ser comprometida caso os equipamentos não fossem submetidos imediatamente à perícia técnica. A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se favorável ao pedido, defendendo que o material permanecesse sob custódia da autoridade policial e, posteriormente, fosse encaminhado ao Ministério Público.

Com isso, o ministro recuou e atendeu à solicitação da PGR, determinando que o material ficasse sob a guarda do Ministério Público Federal. Segundo Toffoli, a medida permitiria que o procurador-geral da República, destinatário das provas colhidas, “tenha uma visão sistêmica dos supostos crimes de grandes proporções, em tese, identificados até o presente momento”.

Na mesma decisão, o ministro determinou que a PF adotasse as providências necessárias para encaminhar o material diretamente à PGR, que deverá observar os cuidados adequados para a custódia das provas, mantendo os aparelhos eletrônicos carregados e desconectados de redes telefônicas e de wi-fi, de forma a garantir a preservação do conteúdo e a realização da perícia.

Apesar do recuo, Toffoli voltou a causar surpresa ao definir pessoalmente quais seriam os quatro peritos da PF autorizados a analisar o conteúdo apreendido. A escolha direta de peritos por magistrados é praticada em ações de natureza cível. No entanto, em investigações criminais — como no caso do

Antonio Augusto/STF



Banco Master — a perícia é realizada por peritos oficiais da PF, designados internamente pela própria instituição.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandar de Paiva, explicou, em entrevista ao *CB.Poder*, na última segunda-feira, que, em procedimentos regulares, nem mesmo os delegados responsáveis pela investigação escolhem quais peritos atuarão no caso.

Dois dias antes da operação, Toffoli fez críticas diretas à PF em decisão que autorizou a nova ação policial responsável pelas recentes polêmicas. Embora o inquérito tramite sob sigilo, o ministro determinou a divulgação de parte dos despachos relacionados à operação.

Nos documentos tornados públicos, é possível verificar que Toffoli havia determinado a realização das diligências em 7 de janeiro, um dia após o pedido da Procuradoria-Geral da República. No entanto, segundo a decisão, a PF teria demorado a cumprir as ordens judiciais. Diante do atraso, o ministro proferiu nova decisão em 12 de janeiro, estabelecendo o prazo de 24 horas para a execução das medidas — prazo que, de acordo com ele, novamente não foi cumprido.

Ainda conforme os despachos, somente no dia seguinte, 13 de janeiro, a PF apresentou novos pedidos classificados como urgentes, sob a justificativa de risco de fuga dos alvos da investigação. Com base nesses novos elementos, Toffoli autorizou a adoção de providências, que culminaram na operação deflagrada em 14 de janeiro.

Na sequência, o ministro determinou

que o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, prestasse esclarecimentos sobre o atraso no cumprimento das ordens judiciais. A ADPF divulgou, no último sábado, uma nota para esclarecer a posição de delegados da corporação sobre a condução das investigações envolvendo o Banco Master.

Segundo Paiva, há um clima de inquietação e perplexidade entre delegados da PF diante das decisões judiciais tomadas no caso. “Uma sequência de medidas acabou interferindo diretamente no planejamento da investigação”, afirmou ao *CB.Poder*.

O presidente da ADPF ressaltou que investigações conduzidas pela PF seguem um planejamento estratégico, com fases e técnicas aplicadas no momento adequado para garantir a elucidação completa dos fatos. “Alterações sucessivas nesse planejamento, impostas por decisões externas, podem comprometer a eficiência do trabalho”, declarou.

Outra decisão que causou estranhamento entre os que acompanham o caso foi a iniciativa do ministro de marcar uma acareação entre dois investigados no inquérito — o empresário Daniel Vorcaro e o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa — e um diretor do Banco Central (BC) envolvido no processo de liquidação, Ailton de Aquino.

A medida gerou debate porque a acareação é um instrumento destinado a confrontar versões divergentes apresentadas em depoimentos formais, o que ainda não havia ocorrido no caso, uma vez que os envolvidos sequer haviam sido ouvidos. Além disso, esse tipo de procedimento costuma envolver investigados

e/ou testemunhas, condição que não se aplicava ao diretor do BC que tem papel de fiscalização. Diante das críticas, o ministro recuou: Ailton de Aquino prestou depoimento, mas foi dispensado da acareação.

Na visão do advogado criminalista Antônio Gonçalves, as decisões de Toffoli no caso Master têm produzido insegurança jurídica, especialmente pela não observância ao devido processo legal. “O ministro tem se portado como investigador, promotor e juiz, em contrário sensu ao papel de ministro relator que deveria receber eventual denúncia da PGR caso sejam apurados crimes pelas autoridades policiais”, avalia.

O advogado Eduardo Silva, presidente do Instituto Empresa, afirma que a atuação do Judiciário é pautada por regras com códigos e leis que atribuem segurança jurídica ao devido processo legal. “São essas normas que tornam o magistrado impedido ou suspeito para julgar”, afirma. De acordo com ele, Toffoli confrontou esses requisitos e por dever ético, não deveria ter assumido o caso ou, logo depois, deveria tê-lo renunciado.

“Nunca se ouviu falar de provas serem retiradas do órgão investigador. Tampouco de o juiz escolher os peritos ou limitar o tempo de investigação. São tantos eventos subsequentes que se poderia esquecer um dos primeiros: determinar uma acareação logo no seu início e antes mesmo dos depoimentos. Todos são precedentes perigosos e cada um desses atos anômalos pode ter contaminado provas ou beneficiado a defesa” lamenta.

As controvérsias começaram logo após Toffoli se tornar relator do caso. No dia seguinte à designação, o ministro viajou em um jatinho particular para Lima, no Peru, ao lado de um dos advogados de um dos investigados, para assistir à final da Libertadores — episódio que passou a ser citado como elemento de desconforto nos bastidores.

Pouco depois da viagem, Toffoli acolheu dois pedidos considerados relevantes apresentados pela defesa de Vorcaro: a imposição de sigilo ao processo e o deslocamento da investigação da Justiça Federal para o STF.

O ministro justificou a transferência com base na menção a um deputado federal nas investigações, autoridade detentora de prerrogativa de foro. Já o sigilo foi fundamentado na alegação de que o inquérito envolve informações econômicas sensíveis, com potencial impacto no mercado financeiro. Com essas decisões, a investigação passou a ficar concentrada no gabinete de Toffoli, retirando da Justiça Federal a competência para deliberar sobre os principais atos do caso.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

PGR defende que feminicídio da cabo Maria de Lourdes seja julgado pelo Tribunal do Júri

Reprodução Rede Sociais



A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir conflito de competência positivo suscitado pela primeira instância da Justiça Militar da União em Brasília sobre quem deve julgar o feminicídio da cabo Maria de Lourdes Matos, assassinada pelo soldado Kelvin Barros da Silva, dentro do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG), em dezembro de 2025. O caso será relatado pelo ministro Ribeiro Dantas e já tem parecer do Ministério Público Federal. O subprocurador-geral da República Roberto dos Santos Ferreira sustenta que se trata de um caso para o Tribunal do Júri de Brasília. No parecer, Ferreira sustenta que, apesar de vítima e algoz serem militares e o crime ter ocorrido dentro de um quartel, a motivação teve cunho pessoal, vinculadas a razões afetivas e privadas, sem relação com o exercício das funções militares. “Assim, a persecução penal deve prosseguir perante a Justiça Comum”, ressaltou.

Ed Alves CB/DA Press



Delação, agora não

O advogado Sérgio Leonardo, que representa o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, nega “com veemência” qualquer tratativa para um acordo de delação premiada que incluía o seu cliente. Os rumores surgiram com o desligamento do advogado Walfrido Warde, do caso por supostamente ser contrário a uma colaboração que resulte em benefícios, diante do agravamento da situação.

Balanço da repercussão geral

Em 2025, o STF julgou o mérito de 51 recursos com repercussão geral reconhecida, resultando na liberação de, pelo menos, 220 mil processos que estavam suspensos em outras instâncias aguardando a resolução das matérias. Desde 2007, quando o procedimento entrou em vigor, o STF criou 1.443 temas de repercussão geral. Em 938 casos, a repercussão foi reconhecida, em 483, negada e 21 temas foram cancelados. Atualmente, há 134 casos que aguardam o julgamento de mérito, e um tema está em fase de análise de admissibilidade no plenário virtual.

PSol contra a “gratificação faroeste”

O PSol ajuizou ação no STF contra norma do estado do Rio de Janeiro que instituiu a chamada “gratificação faroeste”, que estabelece entre os critérios de produtividade passíveis de pagamento adicional no contracheque a eliminação de criminosos. O processo foi distribuído ao ministro Alexandre de Moraes em razão da relação do tema com a ADPF das Favelas. A ação trata da atuação das forças de segurança e os índices de letalidade policial no Rio.



Mariana Campos/CB/DA Press

Save the date

O Gilmarpalooza deste ano já tem data marcada. O XIV Fórum de Lisboa, coordenado pelo IDP e que tem o ministro Gilmar Mendes como anfitrião, será realizado em 1, 2 e 3 de junho, na Universidade de Lisboa. No ano passado, o evento reuniu parte das principais autoridades da República.



Capacitação de magistradas

Magistradas brasileiras poderão participar do programa de capacitação internacional Women Judge's Program – Judicial Training & the Brazilian Judiciary, que será realizado entre 15 e 17 de abril, em Brasília. As inscrições podem ser feitas até 6 de fevereiro, por meio de formulário eletrônico no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa é resultado de uma cooperação acadêmica entre o CNJ e o Supremo Tribunal Federal (STF) com o Superior Tribunal Militar (STM), a Escola Nacional do Judiciário (Enaju), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o King's College London (KCL) e a University of New South Wales (UNSW Sydney).

Mariana Campos/CB/DA Press



“Não vejo nenhuma razão para não tê-lo (ministério da Segurança Pública). É uma necessidade colocada, suplicada, requerida pela população brasileira — e note, pela democracia. Democracia, às vezes, você precisa lembrar, precisa de ordem. O que a democracia nos dá? É uma ordem regulada, é uma ordem democrática. O que quer dizer? É uma ordem que todos consentem com ela. Não é impositivo, não é autoritário. Mas, sem sombra de dúvida, democracia é ordem regulada”

Raul Jungmann (1952-2026) — em entrevista ao Correio, publicada em 16 de novembro de 2025

Entrevista — Camila Guerin / Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid)

Em defesa da aplicação da Lei Maria da Penha

Ana Maria Campos

A juíza Camila Guerin do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) assume hoje a presidência do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid).

A eleição ocorreu em São Luís, no Maranhão, durante a 17ª edição do Encontro Anual do Fórum. O Fonavid reúne magistrados e magistradas para discutir e aperfeiçoar a aplicação da Lei Maria da Penha.

A ideia é promover o intercâmbio de experiências, elaborar estratégias e estabelecer políticas públicas para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, com o propósito de fortalecer o Judiciário nessa área.

A magistrada assume com uma missão importante, quando o país registra uma onda crescente de casos de feminicídio. Camila Guerin tem credenciais para o trabalho. Coordenadora de Projetos Especiais da Coordenadoria da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, ela possui trajetória marcada pela atuação contínua na área da violência doméstica, dos direitos humanos e da efetividade da Lei Maria da Penha.

Na presidência do Fonavid, Camila Guerin tem como prioridades o fortalecimento da articulação institucional, o aprimoramento da assessoria legislativa do Fórum e a identificação de entraves à plena efetividade da Lei Maria da Penha, com foco no avanço das políticas judiciais de enfrentamento à violência contra a mulher.

O que representa assumir a presidência do Fonavid neste momento?

Assumir a Presidência do Fonavid é uma honra e uma grande responsabilidade, que absorvo consciente da força da coletividade que represento e do movimento gerado por esta força.

Quais serão as principais prioridades e metas da sua gestão à frente do Fórum?

Fortalecer e aprimorar os vínculos e projetos já construídos, como a campanha Judiciário pelo fim do feminicídio, aprimorar os fluxos de trabalho do grupo permanente de assessoria legislativa, salientar o que foi conquistado desde o advento da Lei Maria da Penha e buscar aquilo que falta, que ainda precisamos fazer, para que esta normativa atinja sua

Divulgação/TJMA



"O feminicídio é um crime que tem narrativa, linguagem e história. Ele pode ser evitado. E a informação tem papel fundamental na prevenção"

plena eficácia, como discutir a violência de gênero na internet e debater acerca das masculinidades.

O número de feminicídios bateu recorde no Brasil em 2025, com 1.470 registros ao longo do ano, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Quatro mulheres foram mortas por dia no país. Como a senhora vê essa situação?

A alta ocorrência de feminicídios, cujos números são estarrecedores, nos alerta para o fato de que não podemos descansar. Temos que levar informação sobre os riscos de feminicídio, aqueles atos e aquelas violências que demonstram uma maior probabilidade de que o crime ocorra, para que as mulheres possam se conscientizar da situação de violência com brevidade e pedir ajuda. O feminicídio é um crime que tem narrativa, linguagem e história. Ele pode ser evitado. E a informação tem papel fundamental na prevenção.

Quais desafios considera mais urgentes no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil hoje?

Trazer o homem para o debate e para a participação neste enfrentamento, discutir masculinidades e conscientizar que este não é um problema das mulheres, é um problema da sociedade.

Como o Fonavid pode contribuir para o fortalecimento da efetividade da Lei Maria da Penha, especialmente no cumprimento das medidas protetivas?

Por meio de campanhas de conscientização, articulação com projetos educacionais e fortalecimento da rede de proteção e de enfrentamento, de forma a eliminar a rota crítica percorrida pela mulher.

De que forma a nova gestão pretende fortalecer a articulação entre o Judiciário e a rede de proteção às mulheres?

Esta articulação será feita por meio da

participação do Fonavid na composição de grupos de trabalho voltados ao aprimoramento da rede e da política judiciária.

Qual é o papel do Fonavid na padronização e disseminação de boas práticas nas Varas de Violência Doméstica em todo o país? Com divulgação e publicidade das boas práticas realizadas nos diversos estados, de forma a possibilitar a troca de experiências e fluxos de trabalho relacionados à criação e execução dessas práticas, disseminando-as.

Como avalia a importância da formação continuada de magistradas e magistrados que atuam nessa área?

A formação continuada é inegociável. A importância da empatia, da escuta ativa e da interdisciplinaridade se fazem ainda mais evidentes na violência doméstica e é a formação continuada que capacita e prepara para as especificidades do tema.

De que maneira dados, indicadores e tecnologia podem apoiar decisões judiciais mais eficazes e políticas judiciárias mais assertivas?

Estatísticas e indicadores, facilitados pela tecnologia, direcionam políticas públicas e judiciais de forma mais eficaz, considerando que demonstram as hipóteses de maior vulnerabilidade e as situações que indicam maior risco.

Como o Fonavid pode se aproximar da sociedade e ampliar a comunicação institucional sobre o enfrentamento à violência contra a mulher?

Por meio da promoção de campanhas, promovendo palestras, encontros e debates, participando de audiências públicas e apoiando projetos educacionais.

Que mensagem deixa às mulheres em situação de violência, às magistradas e aos magistrados que atuam diariamente nessa pauta?

Às mulheres eu diria para confiar que o Fonavid é composto por pessoas dedicadas que diariamente trabalham no enfrentamento à violência, juízas e juizes que buscam compreender a complexidade do fenômeno e pensar nas formas de erradicação. Aos que atuam diariamente na pauta, eu diria para não se isolarem. Vamos trabalhar juntas, dialogar, debater, trocar ideias. De forma coletiva, os resultados serão catalisados.

Visão do Direito



Celeste Leite dos Santos

Promotora de Justiça em último grau do colégio de recursos do Ministério Público (MP) de São Paulo; doutora em direito civil; presidente do Instituto Brasileiro de Atenção Integral à Vítima (Pró-Vítima)

O Agente Secreto: limites jurídicos da atuação do Estado à margem da legalidade e a corrosão da democracia

Um dos filmes mais comentados do momento e vencedor de dois prêmios no Globo de Ouro, *O Agente Secreto* trata da atuação clandestina de agentes estatais, cuja missão, supostamente orientada à proteção da ordem pública e da Segurança do Brasil, se desenvolve num território nebuloso, à margem da legalidade formal.

Dirigido por Kleber Mendonça Filho e com Wagner Moura no papel principal, o longa-metragem serve como ponto de partida para uma reflexão jurídica essencial: quais os limites do poder estatal quando ele opera sob o manto do segredo, da excepcionalidade e da suposta necessidade?

No Estado Democrático de Direito, o exercício do poder público é, inseparavelmente, vinculado à Constituição Federal. Princípios como legalidade,

proporcionalidade, controle de atos estatais e dignidade da pessoa humana funcionam como freios indispensáveis.

A proteção de bens jurídicos relevantes não autoriza a suspensão indiscriminada de direitos fundamentais, tampouco legítima a adoção de práticas que subvertam o próprio sistema constitucional que se alega defender.

No filme, o personagem central movimenta-se, precisamente, nesse espaço de ambiguidade jurídica, em que vigilâncias clandestinas, violações de privacidade, prisões informais e até execuções extrajudiciais são justificadas como “meios necessários” ao cumprimento de uma missão maior. Tal lógica remete ao perigoso discurso da razão de Estado, utilizado, historicamente, para legitimar abusos em nome de estabilidade política.

Sob a perspectiva do direito constitucional, condutas desta natureza confrontam

garantias, a exemplo do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da inviolabilidade da intimidade. Embora o instituto do segredo de Estado seja legítimo em situações específicas, ele não pode ser convertido em escudo absoluto contra o escrutínio jurídico e democrático. A ausência de transparência e de mecanismos de responsabilização institucional tende a transformar exceções em práticas ordinárias, corroendo os pilares republicanos.

No âmbito do direito penal, o filme em tela reabre o debate sobre a responsabilidade criminal de agentes públicos que violam a lei sob o pretexto do cumprimento do dever. Ressalto: o ordenamento jurídico brasileiro não admite a ideia de que razões de Estado afastem a ilicitude ou a culpabilidade de condutas arbitrárias. Ao contrário: abuso de autoridade, desvio de finalidade e

crimes praticados por agentes públicos reforçam a premissa de que não existe imunidade penal decorrente de ordens superiores quando estas violam a Constituição Federal ou a legislação vigente. A hierarquia não legitima a ilegalidade.

Desta forma, *O Agente Secreto* escancara que o maior risco à sociedade não reside apenas nas ameaças externas, sejam visíveis ou invisíveis, mas na normalização de práticas estatais que operam à margem do Direito.

A Segurança Pública, para ser verdadeira e sustentável, não pode significar a erosão silenciosa das liberdades e das garantias que o Estado tem o dever de proteger. A ficção estrelada por Wagner Moura nos lembra, portanto, que a Democracia não se perde apenas por golpes explícitos, mas também por permissões tácitas concedidas à sombra.

Visão do Direito



Deborah Toni

Advogada especialista em direito público e sócia-proprietária do Deborah Toni Advocacia

O “Descongela” e a recomposição dos direitos dos servidores: avanços, limites e desafios jurídicos

A sanção da Lei Complementar 226/2026, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representa um marco relevante no debate relativo aos efeitos da pandemia da covid-19 sobre os direitos funcionais dos servidores públicos.

A nova norma altera o regime instituído pela Lei Complementar 173/2020 e encerra, formalmente, a vedação à contagem do tempo de serviço para fins de vantagens temporais no período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, intervalo que corresponde aos conhecidos 583 dias de “congelamento”.

A LC 226/2026 promove duas mudanças centrais. De um lado, revoga expressamente o inciso IX do art. 8º da LC 173/2020, afastando a proibição legal que impedia a contagem do tempo de serviço para efeitos de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e vantagens equivalentes.

De outro, autoriza os entes federados

a instituírem, por lei própria, o pagamento retroativo dos valores não percebidos no período, desde que respeitados os limites orçamentários e fiscais previstos na Constituição e na legislação financeira.

Sob o ponto de vista jurídico, é fundamental distinguir os efeitos automáticos da nova Lei daqueles que dependem de deliberação local.

A revogação da vedação legal restabelece, como regra geral, a contagem do tempo de serviço, com reflexos diretos sobre progressões, enquadramentos e aquisição de direitos funcionais cujo pressuposto seja o decurso do tempo. Trata-se de consequência normativa direta, que não se confunde com aumento remuneratório, mas com a recomposição de um marco temporal artificialmente interrompido.

Diversa, contudo, é a situação do pagamento retroativo das vantagens. A LC 226/2026 não impõe essa recomposição

financeira de forma automática ou uniforme em todo o país. Ao contrário, o novo art. 8º-A da LC 173/2020 condiciona expressamente o pagamento à edição de lei do respectivo ente federativo, à existência de disponibilidade orçamentária própria e ao respeito às regras do art. 169 da Constituição e do art. 113 do ADCT. Essa opção legislativa preserva a autonomia financeira de estados e municípios, ao mesmo tempo em que afasta qualquer transferência compulsória de encargos entre entes federativos.

Se, por um lado, a LC 226/2026 corrige uma das medidas mais sensíveis adotadas durante a pandemia, por outro, transfere para o plano local a decisão política e jurídica sobre a recomposição financeira retroativa.

É justamente nesse ponto que se projeta um novo ciclo de controvérsias jurídicas. A tendência é de que a aplicação concreta da Lei varie significativamente entre os entes federativos, abrindo espaço para

judicializações envolvendo: (i) a extensão subjetiva dos efeitos da norma, inclusive quanto a aposentados e pensionistas; (ii) a possibilidade de reconhecimento judicial do direito ao retroativo diante da inércia legislativa local; e (iii) a compatibilização entre a autorização legal e os limites fiscais efetivamente demonstrados pela Administração.

Em síntese, a LC 226/2026 não encerra o debate inaugurado pela LC 173/2020, mas inaugura uma nova fase, marcada pela devolução do protagonismo normativo aos entes federativos e pelo deslocamento das disputas para o campo da legislação local e do controle jurisdicional. Trata-se de avanço relevante, que reafirma a centralidade da autonomia federativa na gestão dos regimes jurídicos de pessoal, sem afastar os desafios estruturais de financiamento e implementação que ainda se colocam no horizonte.

Visão do Direito



Christyane do Amaral
Bacharela em direito e
pós-graduanda em direito
processual civil pelo IDP



Lucas de Souza Martins
Professor e doutorando em
estudos das relações EUA-América
Latina na Universidade de Temple



**Ronald Siqueira
Barbosa Filho**
Subprocurador-geral
do STJD

Rodrigo Mudrovitsch e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Em novembro de 2025, o jurista Rodrigo Mudrovitsch foi eleito para a presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no biênio 2026-2027. No próximo 26 de janeiro, o juiz brasileiro Rodrigo Mudrovitsch e a juíza chilena Patricia Pérez Goldberg participarão da posse da Junta Diretiva da CIDH, como presidente e vice-presidente.

A superação das violações aos direitos fundamentais e a consolidação de um ecossistema democrático robusto constituem imperativos categóricos para as nações contemporâneas. Sob uma perspectiva jusfilosófica, é indubitável que democracia e direitos humanos guardam uma relação de co-originariedade: a soberania popular só se legitima quando exercida sob o respeito à dignidade humana, enquanto os direitos fundamentais carecem de um processo democrático deliberativo para sua plena conformação e proteção.

No contexto latino-americano, em especial em nações como Brasil e Argentina, a história recente é marcada por um esforço hercúleo de transição e fortalecimento institucional.

Enquanto países como a Argentina se destacou pioneiramente pela via judicial no acerto de contas com o passado, o Brasil consolidou uma ordem constitucional que coloca os direitos humanos como princípio regente de suas relações internacionais. Essa conexão dialética entre os dois países reafirma que a democracia não é um estado estático, mas um processo de constante realização por meio da atuação de seus quadros institucionais.

Nesse cenário, a composição dos tribunais internacionais adquire relevância transcendental. A eleição do jurista Rodrigo Mudrovitsch para a presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no biênio 2026-2027 não representa apenas um êxito pessoal, mas um marco histórico para a diplomacia jurídica brasileira e para o sistema regional de proteção.

A história da América Latina, principalmente, é uma história de coragem. A coragem se materializa nas realizações e neste quesito a biografia do atual presidente está muito bem assentada. A trajetória de Mudrovitsch é caracterizada por uma singular combinação de rigor intelectual e sensibilidade humanística. Reconhecido desde os tempos de faculdade por uma capacidade

"A presidência de Rodrigo reafirma a tradição brasileira de protagonismo jurídico internacional, ao mesmo tempo em que simboliza renovação geracional, pluralidade profissional e amadurecimento institucional do direito brasileiro"

de trabalho superlativa, inteligência inquestionável e erudição notória, o jurista sempre se destacou pela coragem na defesa de importantes teses. Sua atuação na Corte reflete essa ousadia técnica, especialmente na densificação de conceitos complexos que buscam humanizar o direito internacional.

Em uma de suas contribuições demonstrou grande desenvoltura intelectual e coragem ao tratar sobre o direito ao projeto de vida. Seu voto foi importantíssimo em um caso ocorrido em Mendoza. Vale lembrar que este caso chocou a Argentina, e a voz de Rodrigo foi importantíssima na discussão sobre o direito ao projeto de vida como direito autônomo.

Neste caso apresentado a Corte, dois rapazes, José Zambrano e Pablo Rodríguez, foram assassinados na Argentina por um policial com participação de outros indivíduos. Na ocasião, os familiares ficaram completamente sem informação sobre o paradeiro dos dois.

Por esta razão, posteriormente, a CIDH entendeu que o Estado foi negligente e acabou por garantir impunidade dos agentes públicos. Isso fica mais que evidente ao se notar que passaram-se mais de 25 anos sem que os atores dos assassinatos fossem julgados e punidos.

Mudrovitsch foi brilhante ao entender a complexidade da questão e trabalhar em seu voto que houve violação ao direito de projeto de vida dos envolvidos e que esta violação deveria ser entendida como direito autônomo.

Ele explicou que esse direito transcende a mera sobrevivência biológica, protegendo a liberdade do indivíduo de realizar-se vocacionalmente e de traçar o próprio destino de acordo com suas opções e expectativas. A violação do projeto de vida ocorre quando o ato ilícito estatal causa um dano irreparável às perspectivas de futuro da vítima, impedindo-a de alcançar o que, de outra forma, seria factível. Sob a ótica de Mudrovitsch, a tutela desse direito é importante expressão do compromisso da Corte

com a dignidade da pessoa humana em sua dimensão existencial.

Em suma, este momento transcende a trajetória individual de um jurista de excelência para projetar-se como uma afirmação institucional do Brasil. A representatividade brasileira na Corte IDH, em um diálogo profícuo com as experiências dos países vizinhos, como a Argentina, reforça a esperança de um sistema interamericano mais célere, sofisticado e, acima de tudo, comprometido com a concretude dos direitos humanos no continente.

Desde a redemocratização, o Brasil vem buscando consolidar sua presença no sistema internacional de direitos humanos, compromisso que encontra respaldo expresso no artigo 4º, inciso "II", da Constituição Federal de 1988.

Em dezembro de 2020, Rodrigo Mudrovitsch, advogado e sócio fundador do escritório Mudrovitsch Advogados, foi indicado como candidato ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O processo eleitoral subsequente foi considerado um dos mais competitivos da história da Corte IDH, com número recorde de candidatos concorrendo às vagas disponíveis. A eleição exigiu dos postulantes não apenas excelência técnica, mas também reconhecimento internacional, capacidade de diálogo institucional e compromisso com os valores estruturantes do sistema interamericano.

A candidatura e posterior eleição de Rodrigo Mudrovitsch apresentaram uma característica singular: sua origem profissional na advocacia. Historicamente, a composição da Corte Interamericana foi formada majoritariamente por magistrados de carreira ou acadêmicos com forte vinculação ao Judiciário. A presença de advogados sempre foi exceção e, quando existente, minoritária.

A incorporação de um jurista oriundo da advocacia contribuiu para ampliar a pluralidade institucional da Corte,

trazendo a perspectiva de quem atua diretamente na defesa de vítimas, no acesso à justiça e na provocação dos mecanismos jurisdicionais nacionais e internacionais. A advocacia, nesse sentido, não figura como função acessória, mas como elemento essencial à efetividade dos direitos humanos.

Rodrigo Mudrovitsch é doutor em direito constitucional pelo Departamento de Direito do Estado da Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), instituição na qual também se graduou.

Sua produção acadêmica o posiciona como um dos expoentes da nova geração do constitucionalismo brasileiro, com contribuições relevantes sobre jurisdição constitucional, direitos fundamentais e teoria do Estado.

Paralelamente à atividade acadêmica, construiu carreira expressiva na advocacia, atuando em causas de grande relevância institucional e integrando importantes comissões da Ordem dos Advogados do Brasil, contribuindo de forma ativa para o debate jurídico nacional. Essa conjugação entre teoria, prática e institucionalidade explica sua inserção natural no sistema interamericano de direitos humanos.

Após assumir em 2022 como juiz da Corte Interamericana, Mudrovitsch passou a atuar em casos de elevada complexidade jurídica e impacto regional, envolvendo temas como garantias judiciais, liberdade de expressão, proteção de grupos vulneráveis e responsabilidade estatal por graves violações de direitos humanos.

A presidência da Corte IDH ultrapassa funções meramente administrativas. Trata-se de posição que envolve a condução dos trabalhos jurisdicionais, a representação internacional da instituição e o fortalecimento do diálogo com Estados, tribunais nacionais e organismos multilaterais.

A presidência de Rodrigo reafirma a tradição brasileira de protagonismo jurídico internacional, ao mesmo tempo em que simboliza renovação geracional, pluralidade profissional e amadurecimento institucional do direito brasileiro. Em um contexto regional marcado por desafios à democracia e à independência judicial, a liderança de um brasileiro na Corte IDH projeta o país como referência na defesa da dignidade humana e do Estado de Direito.

Visão do Direito



Leticia Schroeder Micchelucci
Tributarista, sócia do Loeser e Hadad Advogados



Thulio Alves
Tributarista do Loeser e Hadad Advogados

O ano da virada no contencioso tributário?

O início de cada ano fiscal no Brasil não se resume apenas ao calendário de obrigações acessórias. Para o mundo jurídico e empresarial, é o momento de reativar os radares e voltar a atenção aos plenários do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2026, essa vigilância estratégica ganha contornos ainda mais decisivos.

Vivemos um período de transição normativa, com a reforma tributária começando a moldar o horizonte, mas com as regras atuais ainda em pleno vigor e sob intenso questionamento.

Este cenário gera um aumento natural da litigiosidade e coloca nas mãos dos Tribunais Superiores a responsabilidade de traçar os rumos da segurança jurídica que balizará as decisões corporativas ao longo dos próximos meses.

O primeiro semestre de 2026 promete ser dinâmico, com julgamentos capazes de redefinir paradigmas sobre a tributação da renda, do consumo e da própria relação

entre Fisco e contribuinte. A pauta é densa e seus reflexos, imediatos.

No STF, os holofotes estão sobre temas de impacto bilionário. A mais aguardada decisão, marcada para 25 de fevereiro, é a do Tema 118, que define se o ISS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins. Apesar da semelhança com a famosa “tese do século” (que excluiu o ICMS), o placar mostra um impasse tenso: 5 a 5, aguardando o voto de desempate. A incerteza é total. No mesmo dia, o Tema 843 será julgado, discutindo a inclusão do crédito presumido de ICMS nas bases do PIS e COFINS, uma questão que toca profundamente os benefícios fiscais estaduais.

Na seara da tributação da renda, a Corte analisará, ainda em fevereiro, a cautelar nas ADIs 7912 e 7914, que versam sobre regras de tributação mínima e distribuição de lucros. A decisão é sensível para empresas que fizeram planejamentos societários no fim de 2025, podendo afetar a segurança jurídica dessas operações.

Já o STJ, ainda sem pauta oficial

divulgada, deve trazer respostas urgentes para o contencioso do dia a dia. A expectativa é de que temas repetitivos de grande impacto voltem à tona. Destaque para o Tema 1.369, que definirá a validade da cobrança do ICMS-DIFAL para consumidor final contribuinte antes de 2022, e o Tema 1.372, sobre a incidência de PIS/Cofins sobre o próprio DIFAL – onde a tendência é de afastamento, seguindo a lógica do STF.

Outro ponto crítico no STJ será o Tema 1.390, que debate a limitação a 20 salários-mínimos para base de cálculo de contribuições a entidades como Incra e Salário-Educação. A preocupação aqui é dupla: além do risco de vitória do Fisco, há o fantasma da modulação de efeitos, que pode gerar uma insegurança jurídica generalizada, conforme ocorreu no julgamento sobre contribuições ao Sistema S.

Por trás de todas essas discussões técnicas, pulsa uma questão central: a segurança jurídica. A ADPF 1276 no STF colocará em xeque a possibilidade de o Fisco rever

lançamentos com base em mudança posterior de entendimento. A definição desse limite é crucial para a previsibilidade dos negócios e para conter a sensação de eterna instabilidade nas relações tributárias.

Em síntese, enquanto o STF traça as grandes linhas mestras e os princípios estruturantes, o STJ dará a tacada prática, definindo como essas regras são aplicadas no cotidiano das empresas. A leitura estratégica para 2026 é clara: acompanhar de perto esses julgamentos não é mais uma questão apenas para especialistas em tributação, mas uma necessidade imperativa para a gestão de risco, o planejamento financeiro e a própria sobrevivência competitiva das empresas.

O ano começa com os tribunais em sessão, e o que será decidido nestes primeiros meses ecoará fortemente nos resultados do ano inteiro. A antecipação e a análise cuidadosa dessas tendências jurisprudenciais são, sem dúvida, os melhores remédios contra a surpresa e a instabilidade neste complexo sistema tributário brasileiro.

Visão do Direito



Marcos Fioravanti
Sócio da área de contencioso e arbitragem do Vieira Rezende

A ameaça silenciosa à estabilidade contratual no Brasil

As recentes alterações propostas ao Código Civil no campo dos contratos civis e empresariais, atualmente em tramitação no Congresso Nacional, merecem atenção e firme oposição por parte da sociedade civil, da comunidade jurídica e, sobretudo, dos operadores do Direito comprometidos com a segurança jurídica.

Sob a justificativa de “atualização legislativa”, o Projeto de Lei nº 4/2025 propõe uma série de mudanças que relativizam princípios historicamente consolidados no Direito Contratual brasileiro, como a força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda), a autonomia da vontade e a previsibilidade das relações jurídicas.

São preocupantes, dentre outras, as previsões do artigo 421 do PL de que “nos contratos civis e empresariais, paritários, prevalecem o

princípio da intervenção mínima e da excepcionalidade da revisão contratual” e de sua alínea “c” ao afirmar que os contratos civis e empresariais se presumem paritários e simétricos.

Essa nova ordem contratual é extremamente preocupante, porque significa dizer, a contrario sensu, que se não houver paridade e simetria, a intervenção judicial será constante. Mas quais são os conceitos de paridade e simetria? Isso ninguém sabe. São conceitos abertos, abstratos, que não encontram clareza na prática da advocacia, na doutrina, ou na jurisprudência.

Se aprovadas como estão, essas alterações não modernizarão nosso ordenamento – ao contrário, abrirão margem para interpretações subjetivas, incentivando disputas judiciais e fragilizando a confiança nos contratos como instrumento eficaz de alocação

de riscos e garantias de cumprimento. Em um país que já sofre com alta litigiosidade, insegurança regulatória e incertezas institucionais, mudar o Código Civil de forma açodada é irresponsável.

Outro ponto: a tentativa de supervalorizar a função social do contrato (artigo 421, §2º do PL), desvinculando-os de critérios técnicos e da jurisprudência consolidada, pode transformar o juiz em árbitro discricionário de conveniências posteriores – algo perigoso para qualquer ambiente de negócios.

A jurisprudência brasileira, especialmente após a crise de 2008 e durante a pandemia da COVID-19, já demonstrou maturidade em aplicar o reequilíbrio contratual quando efetivamente necessário, sem a necessidade de reformas estruturais.

Mudanças legislativas em matéria

contratual devem ser feitas com parcimônia, amplo debate e base técnica sólida. A proposta atual, todavia, carece desses elementos. Ignorar isso é comprometer a previsibilidade das relações econômicas, afastar investimentos e expor os cidadãos e empresas a um cenário de incerteza.

Como advogado e árbitro atuante em resolução de disputas, como alguém que estudou na faculdade o vetusto Código Civil de 1916, vejo com preocupação o aumento inevitável da judicialização e a retração da autonomia da vontade das partes – caso esse projeto avance em sua forma atual.

É imperativo que os legisladores reuam, promovam audiências públicas de verdade e ouçam quem aplica o Direito contratual no dia a dia. Modernizar, sim; destruir fundamentos, não.

Visão do Direito



Elisa Alonso

Advogada especialista em direito trabalhista, pós-graduação em direito público e direito do trabalho. Foi vice-presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF)

Burnout e a nova geração: por que as empresas precisam se adaptar a um trabalhador mais vulnerável?

O ano de 2025 foi marcado por um aumento expressivo no número de ações trabalhistas relacionadas ao burnout. Somente no primeiro semestre, registrou-se um crescimento de 14,5%, sinalizando não apenas um alerta jurídico, mas a consolidação de um novo cenário humano dentro das organizações. A Geração Z, que hoje ingressa no mercado de trabalho, traz consigo competências relevantes, mas também vulnerabilidades emocionais próprias do seu tempo, decorrentes da hiperconectividade, pressão por resultados imediatos e maior exposição ao estresse contínuo.

Nesse contexto, as empresas não ocupam o papel de vilãs, mas passam a contribuir para o agravamento do problema quando tentam responder a essa nova dinâmica com modelos de gestão pensados para uma realidade que já não existe.

Não se pode ignorar que o burnout passou a ocupar um espaço central nas discussões de saúde mental no mundo do trabalho, sobretudo após o seu reconhecimento, em 2022, pela Organização Mundial da Saúde, como condição diretamente relacionada ao exercício laboral. Paralelamente, os registros do INSS revelam números recordes: mais de 421 mil afastamentos em 2023, além de estimativas que apontam que cerca de 30% da população ocupada apresenta sintomas compatíveis com esgotamento profissional.

Esses dados revelam um cenário em que, mesmo empresas bem estruturadas, ainda se encontram em processo de amadurecimento para identificar, gerir e mitigar riscos

psicossociais, especialmente quando estes se relacionam a um perfil de trabalhador que percebe, responde e se relaciona com o ambiente de trabalho de maneira distinta das gerações anteriores.

A Geração Z apresenta traços específicos que a tornam mais suscetível ao burnout. A hiperconexão constante compromete a capacidade de realmente se desligar, criando uma sensação permanente de urgência e comparação social. A pressão econômica relacionada a salários iniciais mais baixos e custo de vida elevado, além da competitividade do mercado se soma a um repertório emocional ainda em formação, marcado por maior oscilação de humor, insegurança, medo de fracassar e dificuldade em lidar com frustrações.

Não se trata, aqui, de rotular a geração como “frágil”, mas de reconhecer vulnerabilidades reais, decorrentes de mudanças sociais e tecnológicas, que exigem das organizações novas formas de escuta, gestão e suporte.

Quando esse perfil chega ao ambiente corporativo, normalmente marcado por metas, cobranças e exigências próprias do mundo do trabalho, o choque é inevitável. Muitas empresas já ajustaram processos internos, criaram setores específicos e canais para acolhimento, além de flexibilizarem rotinas, mas, ainda assim, enfrentam o desafio de compreender a fundo como essa geração funciona.

A análise aqui não se dirige às empresas que buscam se adaptar, mas à maneira como a velocidade da transformação humana supera a velocidade da transformação organizacional.

Apesar dos esforços adotados, a realidade é que persistem limites estruturais relacionados à formação das lideranças, ritmos operacionais que não podem ser reduzidos e exigências de produtividade que fazem parte da competitividade do mercado.

Diante deste cenário, não surpreende o crescente ajuizamento de ações sobre o tema. O Poder Judiciário tem sido, por diversas vezes, utilizado como canal inicial para solução de conflitos que sequer foram previamente levadas ao conhecimento das empresas.

Neste contexto, justamente para equilibrar a proteção à saúde do trabalhador com a necessidade de amadurecimento das práticas empresariais, a nova NR-1, que entrará em vigor em maio deste ano, passou a exigir de forma expressa a identificação, avaliação e gestão dos riscos psicossociais, reforçando a importância de procedimentos internos estruturados e contínuos.

É inegável que a responsabilidade pela saúde mental não se concentra apenas no jovem trabalhador, da mesma forma que não se pode exigir das empresas a eliminação integral de todos os fatores potencialmente associados ao esgotamento, considerando a própria natureza da atividade econômica, as exigências de produtividade e a dinâmica competitiva do mercado.

O caminho mais consistente está no equilíbrio: organizações mais preparadas para oferecer suporte adequado e ambientes estruturados, e profissionais mais conscientes de que o ambiente de trabalho envolve desafios que demandam resiliência, capacidade de lidar com frustrações e desenvolvimento emocional contínuo.

O futuro do trabalho não será definido pela suposta fragilidade das novas gerações, nem por uma postura rígida das organizações, mas pela capacidade de ajuste mútuo. As empresas precisarão investir em lideranças emocionalmente preparadas, comunicação clara, políticas consistentes de saúde mental e ambientes saudáveis e organizacionalmente estruturados. A Geração Z, por sua vez, precisará desenvolver mecanismos de autorregulação, fortalecimento psicológico e compreensão das dinâmicas próprias e inevitáveis do ambiente profissional.

O burnout não é apenas um problema individual ou sintoma do ambiente de trabalho, mas um ponto de encontro entre vulnerabilidades individuais e limitações organizacionais. A solução não está em responsabilizar uma geração, nem exigir que as empresas façam milagres, mas em reconhecer que essa é a primeira grande transição emocional do mercado de trabalho no século XXI; reconhecer que, de fato, o mercado de trabalho passa por uma mudança relevante na forma como as pessoas lidam com pressão, desempenho e expectativas.

Diante dessas mudanças e da nova realidade do mercado de trabalho, torna-se imprescindível a construção de equilíbrio e maturidade de ambos os lados. Quando isso ocorre, conflitos tendem a ser tratados de forma mais preventiva, com redução da judicialização. Na ausência desse equilíbrio, a Justiça do Trabalho seguirá sendo o espaço onde se concentram tensões que o ambiente corporativo e o desenvolvimento individual ainda não conseguiram absorver.

Visão do Direito



Elvis Cavalcante Rosseti

Advogado da área cível do escritório Diamantino Advogados Associados

Abandono afetivo parental pode ser indenizável

A Lei Federal 15.240/2025, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para reconhecer expressamente o abandono afetivo parental como fato gerador do direito à indenização, entrou em vigor em 29 de outubro de 2025.

Os tribunais já reconheciam o abandono afetivo como ilícito civil, no entanto, a previsão legal confere agora maior segurança jurídica à matéria.

Importante destacar que o abandono afetivo não é a simples falta de demonstração de

amor pelo genitor, mas, sim, a omissão voluntária e injustificada em relação aos deveres de convivência, apoio e proteção que toda criança merece. Trata-se do descumprimento do dever jurídico de exercer a paternidade ou maternidade de forma responsável.

Ou seja, mesmo pagando pensão alimentícia um pai que rompe abruptamente e sem justificativa o contato com o filho de tenra idade, ignorando seu desenvolvimento, pode ter sua conduta caracterizada como abandono afetivo.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que o “dever jurídico de exercer a parentalidade de modo responsável compreende a obrigação de conferir ao filho uma firme referência parental, de modo a propiciar o seu adequado desenvolvimento mental, psíquico e de personalidade. “A inobservância que resulte em traumas ou prejuízos pode gerar o dever de reparação” (STJ, REsp 1.887.697/RJ, julgado em 23/09/2021).

O objetivo de impor uma indenização, portanto, não é compensar a falta de afeto sofrido, mas reparar um dano decorrente

da violação de um dever legal.

Além disso, deve ser provado, por meio de laudos e relatórios psicológicos ou psiquiátricos, que a omissão foi a causa de quadros de ansiedade, depressão, baixa autoestima ou outros traumas que afetem a personalidade e o desenvolvimento da criança.

A nova lei não se mostra eficaz na prevenção do abandono nem traz inovações relevantes, mas representa, ao menos, um avanço ao reconhecer que a infância é um valor a ser protegido.

Visão do Direito



Alan Bouso

Advogado e mestre em direito pela PUC-SP



Rafael Bouso

Advogado, graduado pela PUC-SP

Quando a decisão judicial precisa sair do papel: o acerto do STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou, em 24 de dezembro, acórdão que estabelece parâmetros para a adoção de medidas executivas atípicas em execuções cíveis, reafirmando uma ideia essencial: a jurisdição não se completa na sentença, mas apenas quando o direito reconhecido se concretiza na realidade.

Em um contexto em que a execução civil ainda é tratada como simples desdobramento secundário da sentença, o resultado é a banalização do descumprimento e a naturalização da inefetividade, como se decidir fosse suficiente, ainda que nada se concretize.

Essa discussão ultrapassa a técnica processual e alcança a própria credibilidade do sistema de Justiça. Uma decisão judicial desprovida de capacidade de transformação concreta produz um paradoxo perigoso, no qual o jurisdicionado vence, mas não recebe, o Judiciário decide, mas não entrega e o processo, que deveria servir à pacificação social, passa a ser visto como um ritual de utilidade limitada. É justamente nesse contexto que o acórdão do STJ assume relevância, ao reforçar o sentido do processo como instrumento de concretização do direito, e não como mera formalidade destinada a proclamar garantias que se esvaziam no momento decisivo da execução.

No Brasil, prevalece um vício cultural que precisa ser enfrentado com firmeza e lucidez: a ideia de que é possível “conviver” com decisões judiciais como se fossem meras recomendações, sujeitas ao grau de conveniência de quem deve cumprir. Essa mentalidade produz um ambiente

propício à inadimplência estratégica e ao uso do processo como tática de postergação indefinida.

Quando o STJ valida e dá densidade jurídica à adoção de medidas executivas mais eficazes, o que está em jogo não é o mero punitivismo. O objetivo é garantir autoridade às decisões e racionalidade ao sistema. Não se pode, afinal, exigir confiança no Judiciário se o próprio sistema tolera, na prática, o descumprimento reiterado.

Nesse sentido, o acórdão consolida uma compreensão que já vinha se formando no processo civil contemporâneo, segundo a qual a execução baseada apenas em medidas típicas e padronizadas muitas vezes se revela ineficaz diante de situações em que o devedor atua de forma deliberada para não pagar. Em regra, a dificuldade não é jurídica, mas fática, marcada pela pulverização do patrimônio, por mecanismos informais de blindagem, por titularidades artificialmente construídas e por uma sucessão de obstáculos que faz com que o credor seja compelido a perseguir um direito cuja existência já foi reconhecida pelo próprio Estado.

As chamadas medidas executivas atípicas, previstas no Código de Processo Civil e aplicáveis com critério pelo magistrado, não representam um “estado de exceção”. Constituem, na verdade, uma tentativa de equilibrar o jogo quando o processo deixa de ser um instrumento de solução e passa a ser explorado como ferramenta de resistência indevida. Ao prestigiar a lógica dessas medidas, o tribunal reafirma que não há efetividade sem meios adequados, e não há meios adequados se o Judiciário se autocondena à impotência

diante de condutas abusivas.

Um ponto particularmente positivo do acórdão recente é o reforço de que o uso dessas medidas não pode ser banalizado. Esse é o equilíbrio necessário para que o sistema seja forte sem ser arbitrário.

Medidas executivas eficazes não dispensam cautela. Exigem motivação concreta, respeito à proporcionalidade, análise da adequação e observância da menor onerosidade possível, sempre com a possibilidade de revisão e de contraditório real. É justamente nesse ponto de equilíbrio — distante do engessamento inoperante e do voluntarismo perigoso — que se encontra o caminho adequado.

Há quem veja nessas medidas um constrangimento excessivo. Mas, com honestidade intelectual, é preciso reconhecer que, em muitos casos, o “constrangimento” não decorre do ato judicial em si, mas da recusa reiterada em cumprir uma obrigação reconhecida, com a tentativa de transformar o tempo do processo em vantagem. O que o STJ faz, nesse sentido, é promover um reequilíbrio do sistema, deixando claro que aquele que deve e deliberadamente se esquia do cumprimento da obrigação não pode ser beneficiado pela própria conduta.

Lembremos que, em muitos casos, o credor é justamente a parte mais vulnerável, como o trabalhador, o consumidor, o pequeno fornecedor, o ex-cônjuge que busca o cumprimento de obrigação alimentar ou a família que depende da efetivação de um acordo. A execução ineficaz acaba por perpetuar injustiças silenciosas

e difusas, na medida em que converte o direito reconhecido em frustração prolongada.

Ao reafirmar que existem instrumentos legítimos para fazer cumprir o que foi decidido, o STJ protege não apenas o credor individual, mas o próprio sistema. A execução eficiente reduz litigiosidade, desestimula fraudes, encurta prazos e melhora a qualidade do ambiente econômico. Ninguém investe com tranquilidade em um país em que o Judiciário decide, mas não consegue realizar.

Os parâmetros fixados pelo STJ vão além de um simples movimento de modernização processual. Revelam um posicionamento institucional claro acerca do que se espera de um Estado de Direito maduro, no qual as decisões judiciais devem ser efetivamente cumpridas e, quando isso não ocorre, o próprio sistema precisa dispor de mecanismos razoáveis e proporcionais para assegurar o adimplemento.

Além de assegurar a necessária efetividade, a decisão também fortalece a previsibilidade do sistema, ao sinalizar com clareza quais comportamentos o ordenamento jurídico admite e quais não tolera, reafirmando que o processo não pode ser instrumentalizado como estratégia permanente de negação do direito. O acórdão é, assim, igualmente relevante para a segurança jurídica, pois permite confiar que a regra será aplicada e que a decisão judicial não se reduzirá a uma fórmula bem redigida em papel timbrado.

Ao reforçar a força da execução, o STJ consolida a credibilidade do direito como promessa efetivamente cumprida, em um avanço que merece reconhecimento.



Marcela Cunha Guimarães

Doutora em direito tributário e advogada no escritório Marcela Guimarães Sociedade de Advogados

Consultório Jurídico

O que muda com a implementação do Código de Defesa do Contribuinte?

Em 8 de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar 225, que instituiu o Código de Defesa do Contribuinte, aplicável à Administração Tributária federal, estadual e municipal, com o objetivo declarado de conferir maior segurança jurídica à relação entre Fisco e contribuinte. A lei sistematiza direitos já consagrados no ordenamento jurídico, destacando a segurança jurídica e a boa-fé na atuação administrativa, a redução da litigiosidade, o respeito ao devido processo administrativo, com contraditório,

ampla defesa e decisões fundamentadas, além da exigência de uma atuação proporcional e menos onerosa, orientada pela transparência, pela presunção de boa-fé do contribuinte e pelo diálogo institucional.

A lei também disciplina programas de conformidade tributária, como o Confa, o Sintonia e o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA), voltados a incentivar o cumprimento voluntário das obrigações fiscais por meio de diálogo prévio, autorregularização e tratamento diferenciado aos contribuintes com histórico de conformidade. Esses programas preveem a classificação dos contribuintes por selos de conformidade, com benefícios e bonificações, como a redução de multas e a possibilidade de utilização de valores bonificados como desconto

no montante do tributo devido, além de priorização no atendimento e maior previsibilidade na relação com o Fisco.

Em paralelo, o Código estabelece critérios para a caracterização do devedor contumaz, definida pela inadimplência substancial, reiterada e injustificada, prevendo processo administrativo próprio e a aplicação de sanções de elevada gravidade, como restrições a benefícios fiscais, impedimentos para contratar com o poder público e medidas que podem alcançar o impedimento do acesso à recuperação judicial e até a decretação de falência, com impactos diretos sobre a continuidade da atividade empresarial.

Embora a Lei Complementar nº 225 se intitule Código de Defesa do Contribuinte, não se observam instrumentos objetivos capazes de

assegurar a efetividade dos direitos nela previstos. Com exceção da previsão genérica de responsabilização por abuso, a norma não estabelece sanções específicas para o descumprimento de seus comandos pela Administração Tributária, nem prazos claros e vinculantes para atos como restituições ou decisões administrativas.

Em sentido oposto, no tratamento do devedor contumaz, o Código avança de forma rigorosa, com previsão detalhada de penalidades gravosas, concentrando na própria Administração as funções de instaurar, julgar e aplicar sanções. A norma é um diploma que reconhece direitos no plano formal, mas que, na prática, mantém, e em alguns pontos reforça a assimetria estrutural da relação entre Fisco e contribuinte, ampliando o risco de arbitrariedade na imposição de penalidades.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 22 de janeiro de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Os melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5



PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179



SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazeado, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

3 QUARTOS



216 SUL 5 andar, vazeado 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417



216 SUL 5 andar, vazeado 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su ctes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO

3 QUARTOS

711 ELEVADOR vazeado reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m2 cond fechado 98311-5595 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m2 cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS
CJ 9417
QRSW 02/03 Kit mobiliada e decorada, c/ 35m2 suíte, sala, cozinha, americana. Zap 99109-6160 SR. Imóveis cj9417

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

SQSW 305 COBERTURA
VISTA PANORAMICA c/ 210m2 área útil 2qts originais, podendo fazer 3 quartos, churrasqueira piscina, elevador privativo até a cobertura. Tr: 99976-3789 Mário Soares c4459

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PON TE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

GUARÁ

4 OU MAIS QUARTOS

QE 15 SOBRADO
3 PAVIMENTOS 300m2 de área 4qts (sendo 01 suíte), armários, terraço desocupado. º vista, aceito (-) valor. Tr: 99886-0943 ou 99976-3789 Mário Soares c4459

QE 15 SOBRADO
3 PAVIMENTOS 300m2 de área 4qts (sendo 01 suíte), armários, terraço desocupado. º vista, aceito (-) valor. Tr: 99886-0943 ou 99976-3789 Mário Soares c4459

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar3 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

OS MELHORES
REGINA NEVES
CONSULTORIA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL



CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS

AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guar3 Tr.99857115 c1533

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitation al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698


GOLPE!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

1.4 ÁGUAS CLARAS

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duassalasjuntasreforma-das phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.5 PARK WAY

PARK WAY

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/ água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

INVESTIMENTO!!
PIRENÓPOLIS-GO Terrenos de 1.000 m². Próximo à Cachoeira Araras. Um local ideal para descanso Tr: (62) 98128-6425

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

SQSW 305 COBERTURA
VISTA PANORÂMICA
c/ 210m2 área útil 2qts originais, churrasqueira piscina, elevador privativo até a cobertura. Tr. 99976-3789 Mário Soares c4459

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!




Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4

ASA NORTE

2.4

LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCLRN 713 BI A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVENS ALUGA QOF

conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial, Avenida do hospital c/ elevador 99976-4334

ST OESTE

alugo loja comercial. Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

GAMA

ST CENTRAL Alugo salas comerciais. 99976-4334

4

CASA & SERVIÇOS

4.1

Construção e Reforma

4.2

Moda, Vestuário e Beleza

4.3

Saúde

4.2

Comemorações, e Eventos

4.5

Serviços Profissionais

4.6

Som e Imagem

4.7

Diversos

4.3

SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSAGENS RELAXANTE TERAPÊUTICA, NURU

ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1

Agricultura e Pecuária

5.2

Comunicados, Mensagens e Editais

5.3

Infomática

5.4

Oportunidades

5.5

Pontos Comerciais

5.6

Telecomunicações

5.7

Turismo e Lazer

5.2

COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHO

para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHO

para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.7

ACOMPANHANTE

5.7

TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

CARLOS MACHAO -- Ativão sigiloso peludo 42 anos 61 99642-9963

CACAU SOLTERINHA

20 ANOS seios furando a blusa! Faço oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

LARISSA ORGÁSMICA NOVATA !!!

21 anos mulherão, toda boa (61) 99980-5574 Asa norte

MASSAGEM RELAX

LINDA LOIRA

MASSAGISTA no Setor Hoteleiro Norte (61) 98598-5623 Tiffany

MASSAGEM PROSTÁTICA INVERSÃO DE papéis

s/ frescura, nova equipe 6133267752/992004541

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1

Oferta de Emprego

6.2

Procura por Emprego

6.3

Ensino e Treinamento

6.1

OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE AJUDANTE DE VIDRA-CEIRO

Tratar : (61) 98352-3174

6.1

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE CÂMARA FRIA

CONTRATA PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Enviar CV para: rh@germana.com.br

COZINHEIRA, Sushiman , Chapeiro , Atendente e Sub-Gerente . Salário inicial a partir de R\$ 1.770,00 Restaurante Contrata. Enviar currículo: curriculum.guara@gmail.com

CUIDADOR AUTÔNOMO

masculino contrato p/ajudar deficiente físico ativo, 2 ou 3 x semana R\$250,00. ajudadef@gmail.com

DOMÉSTICA SEM EXPERIÊNCIA

p/ morar , tenha disponibilidade de horário. Tr. (61) 99455-5814 Zap

CASA DA MERENDA CONTRATA

DOMÉSTICA / OPERADOR de Caixa / Auxiliar de Cozinha PCD (pessoas com deficiência). CV para: rhondurica@gmail.com

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM

Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

MASSOTERAPEUTA PAGO fixo, com MEI Urgência! c/ experiência e referência . Tr: 98270-3234

MECANICO

com experiência em carteira. Para trabalhar em Ceilândia. Tr: 98411-3558

VAGA PARA PIZZAIOLLO PARA VALENTINA

Pizzaria.Trabalhar na Asa Norte ou Asa Sul. Turno das 16h as 23h00. Enviar currículo p/ whats: 98616-0909

6.1

NÍVEL BÁSICO

CARRERA KART CONTRATA

SERVIÇOS GERAIS Para trabalhar em pista de Kart, na manutenção da pista, limpeza e atendimento ao cliente. De terça à sexta das 16:30 às 23h, e sábados, domingos e feriados das 9:30 às 21h, (carro da empresa leva na rodoviária). Folgas todas as segundas e 1 sábado ou domingo por mês. Salário líquido R\$ 2.000,00 vale transporte + refeição no local. Enviar currículo com referências e telefone para contato. Enviar para: curriculo@carrerakart.com.br

TRABALHADOR RURAL

c/ exper. em manutenção /servente. Para morar. 61 98275-9742.

AGÊNCIA ELE & ELA PROCURA DOMESTICA

Salário R\$ 3.000, +VT, com referência. Tr: 98124-2442

CASEIRO (CASAL) ----

Contrata-se p/ chácara na Ponte Alta Norte. Salário a combinar. Zap (61) 98494-3328

SOLUÇÃO PARABRISAS CONTRATA

Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas . Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

AGÊNCIA ELE & ELA PROCURA DOMESTICA

Salário R\$ 3.000, +VT, com referência. Tr: 98124-2442

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE

Sub-Gerente, Chapeiro, Cozinheira e sushimam, Salário inicial a partir de R\$ 1.770,00 Restaurante Contrata . Enviar currículo: curriculum.guara@gmail.com

6.1

NÍVEL MÉDIO

URGENTE !!! CONTRATA-SE

ATENDENTE DE LANCHONETE e Caixa . Salário comercial. Segunda a segunda, um domingo por mês, folga na segunda-feira. Enviar CV: rhfloodoacai@gmail.com

ESCOLA CONTRATA

AUXILIAR para serviços administrativos . CV: rh.educacaobasica@gmail.com

PRECISA-SE

MASSAGISTA Com ou Sem exper. jornada diurna ou noturna. Ganhos acima de 2.000 por semana 61 98148-2358

MOTORISTA ENTREGADOR CONTRATAMOS

Necessário CAT. D e conhecer todo o DF e entorno. Com experiência em entregas em supermercados e atacadistas. Enviar CV para e-mail: rh@germana.com.br

EMPRESA DE ENGENHARIA CONTRATA

ORÇAMENTISTA COM experiência comprovada em execução de obras de reformas e instalações na área de engenharia. Enviar CV c/ pretensão salarial p/: avantebrasil44@gmail.com

ESCOLA CONTRATA

AUXILIAR para serviços administrativos . CV: rh.educacaobasica@gmail.com

6.1

NÍVEL MÉDIO

IES SELECIONA SECRETARIA ACADÊMICA

Enviar currículo somente pessoa c/ experiência no cargo p/ processo seletivo p/ e-mail: rhcontatodff@gmail.com

CONTRATA-SE OPERADOR(A) DE CAMPO

(Dedetização), com ou sem experiência. Requisitos: pontualidade, comprometimento e CNH, preferencialmente categoria p/moto. Enviar currículo p/ hccontrole@gmail.com

NÍVEL SUPERIOR

A EMBAIXADA DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA

01 TRADUTOR (Arabe - português- Árabe) e 01 Recepcionista. Para a sede deste chancelaria. Os interessados(as) podem mandar os CVs para o E-mail : saudiebassyinbrazil@gmail.com

ANUNCIE O SEU PRODUTO LIGUE PARA: 61 3342-1000 CLASSIFICADOS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2026

Objeto: Prestação de serviços de suporte e manutenção, para equipamentos de processamento, backup e servidores de rede. Data da sessão pública: 04 de fevereiro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sites: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.
Brasília, 22 de janeiro de 2026
MARCOS FRANÇA SOARES
Coordenador de Licitações e Contratos

TJDFT PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2VFAMOSACL - 2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras
Quadra 202, Lote 01, Sala 2.24, 01, Sul (Águas Claras), BRASÍLIA - DF - CEP: 71937-720 E-mail: 02vfos.ago@tjdft.jus.br
Telefones: (61) 3103-8599 e 3103-8597
Balcão Virtual: para questões urgentes - <https://balcaovirtual.tjdft.jus.br/> - 2VFOACL - Horário de atendimento: das 12h às 19h

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - CURATELA

Número do processo: 0701249-39.2025.8.07.0020
Classe judicial: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: ANA CLAUDIA DE ALMEIDA
REQUERIDO: MANOELA BOTELHO DE ALMEIDA
REPRESENTANTE LEGAL: ANA CLAUDIA DE ALMEIDA
O(A) Dr(a) MARIA LUISA SILVA RIBEIRO, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Águas Claras, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0701249-39.2025.8.07.0020, ajuizada por ANA CLAUDIA DE ALMEIDA em desfavor de MANOELA BOTELHO DE ALMEIDA, foi DECRETADA, mediante sentença proferida em 20/10/2025, devidamente transitada em julgado em 14/11/2025, a CURATELA DEFINITIVA de MANOELA BOTELHO DE ALMEIDA, com fundamento no art. 4º, III, do CC, a fim de que o(a) represente na prática de todos os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial (art.757, primeira parte, do CCB), em razão de ser portador de Alzheimer (CID G 30.8/F03), apresentando uma doença em estágio avançado, comprometendo sua capacidade para os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado(a) o(s) Curador(a) ANA CLAUDIA DE ALMEIDA.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015).
Este Juízo tem sede na 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Águas Claras, Quadra 202, lote 01, Águas Claras/DF - CEP: 71937720 - Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00. Eu, Diretor de Secretaria, confiro e assino por determinação do(a) MM(ª). Juiz(a) de Direito.
DOCUMENTO DATADO E ASSINADO DIGITALMENTE, CONFORME CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Este documento foi gerado pelo usuário 023 ****-47 em 21/01/2026 15:50:14
Número do processo: 0701249-39.2025.8.07.0020
Número do documento: 2511162232200000023743206 | Tipo de documento: Edital
<https://pje.trf1.jus.br/4438/Processo/ConsultaDocumento/listar.jspx?cd=2511162232200000023743206>
Assinado eletronicamente por: HEBER MOREIRA - 19/11/2025 22:32:22 Num. 257450573 - Pág. 1
Perfil: Diretor de Secretaria

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

SICOOB Empresarial

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE VENDA DE IMÓVEIS Lei 9.514/97

AVISO DE VENDA - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO nº 001/2026

MOACIRA TEGONI GOEDERT, Leiloeira Pública Oficial, inscrita na JUCIS/DF sob o nº 63/2013, comunica a todos quanto o presente aviso vierem ou dele tiverem conhecimento que, devidamente autorizada pelo credor fiduciário SICOOB Empresarial - Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda, CNPJ nº 05.856.736.0001-80, com sede em Brasília/DF, promoverá a venda em LEILÃO PÚBLICO on-line (internet), do tipo "Maior Lance ou Oferta", com base na Lei 9.514/97 e no Decreto 21.981/1932, de imóveis com consolidação da propriedade fiduciária em favor do SICOOB Empresarial, a saber:
Descrição dos Imóveis

item	DESCRIÇÃO E ENDEREÇO	Lance Mínimo 1º Leilão (R\$)	Lance Mínimo 2º Leilão (R\$)
1	Imóvel edificado: Casa 06 no Conjunto 08 da QI 09, no SHIN, em Brasília/DF. Terreno com 776 m2 e 712,12 m2 de área construída (Av-3), com os limites e confrontações descritos na matrícula nº 30.623 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição nº 14021781 no GDF.	R\$ 2.733.769,84	R\$ 1.967.246,14

Datas e horários: Se no primeiro leilão público, às 10h do dia 13/02/2026, o maior lance oferecido for inferior ao valor de avaliação dos imóveis estipulado na forma da Lei 9.514/97, será realizado o segundo leilão às 10h do dia 23/02/2026, quando será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária. No segundo leilão, caso não haja lance igual ou superior ao valor definido nos itens 4.1 e 4.1.1 do edital, poderá ser aceito e declarado vencedor, a exclusivo critério do SICOOB Empresarial, lance que seja igual ou maior que 50% da avaliação do imóvel. (Lei 9.514/97, art. 27, §2º).
Situação Física: o imóvel é ofertado "ad corpus", nas condições, inclusive de ocupação, em que se encontra;
Local do Leilão: exclusivamente eletrônico (pela internet), no website da leiloeira: <https://moacira.lel.br/leilao/721>.
Forma de pagamento, encargos e demais condições: consulte o edital completo na página do leilão eletrônico, na aba EDITAL E INFORMAÇÕES.
Informações: contato@moacira.lel.br e moacira.leiloeira@gmail.com | telefones: (61) 3041-9533 e (61) 99232-8207.

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE